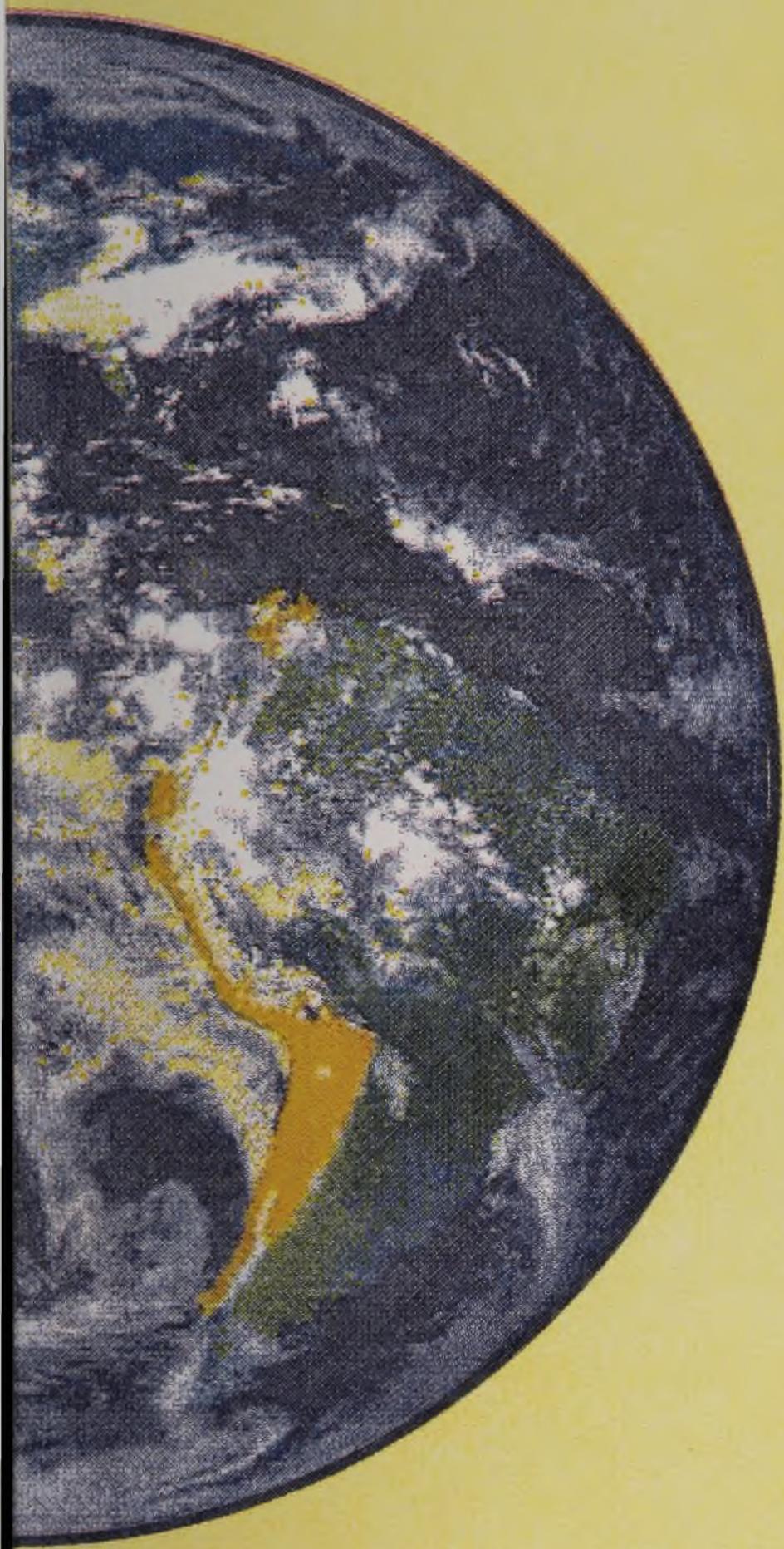


ISSN - 14147416



GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

N. 2 - 1997 - Departamento de Geografia

Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

ISSN-14147416

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia
N. 2

Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1997

Universidade de São Paulo

Reitor: Flávio Fava de Moraes

Vice-Reitora: Myriam Krasilchik

Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas

Diretor: João Baptista Borges Pereira

Vice-Diretor: Francis Henrik Aubert

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: José Bueno Conti

Suplente de Chefe: Maria Elena Ramos Simielli

Departamento de Geografia - Coordenação da Pós-Graduação

(Geografia Humana)

Coordenador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Vice-coordenador: Ana Fani Alessandri Carlos

**GEOUSP Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**

Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos

Comissão Redatorial

Ana Maria Marangoni Rita de Cássia Ariza da Cruz

Eduardo Yázigi Paulo César Scarim

Comissão Científica

Adyr Balastrieri Rodrigues (USP) Eliseu Spósito (UNESP - P.P.)

Ariovaldo U. de Oliveira (USP) Silvana Maria Pintaúdi (UNESP - R. C.)

Amália Inês G. de Lemos (USP) Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Iraci Palheta (USP) Pablo Ciccollela (Uni, Buenos Aires)

Maria Elena Ramos Simielli (USP) Lia Osório Machado (UFRJ)

Nidia Nacib Pontuschka (F.E - USP)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Secretária

Andrea de Marco Leite de Barros

Revista publicada pelo Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

() abril de 1997/abril 1999



SUMÁRIO

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos 05

Artigos

- Jaime Tadeu Oliva 09 Cotidiano: "a quarta dimensão social"?
- Doralice Sátyro Maia 21 Os escritos etnográficos e a Geografia: encontros e desencontros
- Ana Cristina Mota Silva 31 O cotidiano na perspectiva dos ritmos.
- Adriana Bernardes 35 MetrÓpole global: marketing ou realidade? Uma breve análise para a cidade de São Paulo
- Valéria de Marcos 41 A comunidade Sinsei e a (U)topia da produção
- Rosicleide Alves Moura 49 Remanso: a coexistência de tempos/espacos
- Carmem Lúcia Rodrigues 57 ONGs ambientalistas em busca de uma sociedade sustentável no Brasil - limites e possibilidades
- Mirandulina Maria Moreira Azevedo 67 Da Lanterna Mágica às Paisagens com Cupins: visões de cidade em Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto
- Ricardo José Nogueira 79 Amazônia: uma visão que emerge das águas

Nota de Pesquisa de Campo

Vicente Eudes Lemos Alves 85 Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo

Resenha

Ricardo Castilho 93 Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI

Notícia de Encontro

Anderson Pereira Portuguese 97 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local: Balanço Geral do Evento

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

(maio/agosto 1997)

- Defina Trica 101 Modernização, espaço e novos conteúdos do presente na Venezuela
- Elvio Rodrigues Martins 101 Da Geografia à Ciência Geográfica - o discurso lógico
- Silvio Jorge C. Simões 101 Variedade, fragilidade e dinâmica da paisagem em uma área de transição urbano-rural
- José Luis Lopes Araújo 101 As transformações na produção artesanal de redes-de-dormir no nordeste brasileiro e suas relações com a produção do espaço
- Marcos Aurélio da Silva 102 A indústria de equipamento elétrico do nordeste brasileiro: um estudo de geografia industrial

CONTENTS

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos 05

Articles

- Jaime Tadeu Oliva 09 Everyday-life: "the fourth social dimension"?
- Doralice Sátyro Maia 21 The Etnographic' writings and Geography: convergences and divergences
- Ana Cristina Mota Silva 31 The everyday life in the perspective of rhythms
- Adriana Bernardes 35 Global metropolis: marketing or reality? A brief analysis for the São Paulo city
- Valéria de Marcos 41 The Sinsei community and the (u)topia of the peasant's production
- Rosicleide Alves Moura 49 Remanso: the coexistence of time/space
- Carmem Lúcia Rodrigues 57 Enviromental NGO's in search of a sustainable society in Brazil - limits and possibilities
- Mirandulina Maria Moreira Azevedo 67 From "Lanterna Mágica" to "Paisagens com Cupins": city visions in Carlos Drummond de Andrade and João Cabral de Melo Neto
- Ricardo José Nogueira 79 Amazonia: a vision that emerges from the waters

Notes on fieldwork

Vicente Eudes Lemos Alves 85 Fieldwork: a geographer's instrument

Reports

Ricardo Castilho 93 Economy, space, and globalization in the rise of the XXI century

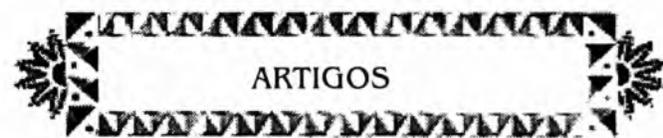
Notices about congresses

Anderson Pereira Portugal 97 1^o National Congress of Turism with local basis: a general balance of the event

Theses defended

(maio/agosto 1997)

- Defina Trica 101 Modernization, space and new contents of the Venezuelan present
- Elvio Rodrigues Martins 101 From Geography to Geographic science: the logic speech
- Silvio Jorge C. Simões 101 The variability, fragility and dynamic of the landscape in an area of urban-rural transition
- José Luis Lopes Araújo 101 The transformation of the hand-crafted production of hammocks in the Brazilian northeast and their relations with space reproduction
- Marcos Aurélio da Silva 102 The industry of electric equipment in the Brazilian northeast: a study of industrial Geography



EDITORIAL

Trazemos a público o número 2 da Revista GEOUSP, uma publicação que visa primeiramente dar visibilidade às pesquisas realizadas pelos alunos da pós-graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. É no cotidiano da pesquisa que o pensamento geográfico sobre o mundo vai se construindo. Este cotidiano revela também a natureza do trabalho acadêmico, que deve ser baseado na idéia da liberdade de pensar, refletir, questionar, realizando-se na possibilidade de se criar um conhecimento capaz de entender a realidade. Sem a pesquisa não há uma efetiva produção de conhecimento.

No mês de maio realizamos no Departamento de Geografia um seminário sobre a pós-graduação, evidentemente um momento de reflexão e debate sobre nossa atividade que vem baseando-se, segundo o professor Ariovaldo U. de Oliveira, em três princípios norteadores; o da liberdade, da autonomia e do compromisso social, que estão na raiz da implantação dos cursos de pós-graduação na Geografia.

O tema central do seminário, a avaliação da pós, nos faz pensar na necessidade de se criarem espaços para o debate de idéias e de realizamos balanços periódicos capazes de revelar tendências de pesquisa e seus pontos de estrangulamento, num ambiente que seja favorável, em meio às sempre crescentes atividades que a nossa ausência de "autonomia" nos impõe.

Seria ilusório, a meu ver, acreditar que a Universidade seja autônoma, hoje, quando nossa pesquisa está toda ela submetida às exigências dos ór-

gãos de fomento, que determinam e mudam regras sobre a realização da pesquisa, impondo prazos, e definindo modos, sem um amplo diálogo com a comunidade científica, impondo a todos os ramos do conhecimento, indistintamente, as mesmas regras, como se toda a pesquisa pudesse ser homogeneizada num único padrão.

É por isso que todo o seminário acaba sendo permeado por preocupações com o número e o valor das bolsas, da quantidade de verba para a pesquisa, do aparelhamento dos laboratórios, que acabam assumindo uma dimensão às vezes mais importante sobre o debate do que a reflexão sobre a pesquisa propriamente dita, sobre as suas linhas e sobre o conteúdo objetivo da produção acadêmica.

Deste modo continuamos dispensando um imenso esforço com relatórios inócuos, formatação as mais variadas de nossos currículos, telefonemas sem retorno aos órgãos de pesquisa, cartas e o preenchimento cada vez maior de formulários, que nos afastam da pesquisa e tiram da universidade seu poder de efetivamente avaliá-la segundo padrões eminentemente acadêmicos e não segundo regras de produtividade que dizem muito sobre a quantidade mas que menosprezam constantemente o tempo da reflexão, a necessidade do debate.

Como mote para pensarmos a pós-graduação, quem sabe seria bom lembrar que tanto a pesquisa, parafraseando Vitor Hugo, o conhecimento, como a alma necessitam "pour plafond la vaste liberté, et ne peut demeurer que dans l'illimité, ni cloisons, ni rideaux, ni toiles..."

Ana Fani Alessandri Carlos

COTIDIANO: "A QUARTA DIMENSÃO SOCIAL"?

Jaime Tadeu Oliva

RESUMO:

Traçando paralelos entre algumas elaborações de Henri Lefebvre e Juergen Habermas, o artigo destaca a emergência dos conceitos de cotidiano e mundo vivido no campo filosófico e nas ciências humanas (em especial, na Geografia). Constata também que as concepções de verdade vigentes sofrem mudanças e ampliação incluindo o papel da estética -, pois, permitir que o cotidiano (e/ou mundo vivido) insira-se nos estudos sociais revela a existência de diferenças e de outras racionalidades desprezadas com a prática convencional das ciências e da filosofia.

PALAVRAS-CHAVE:

cotidiano mundo vivido verdade estética racionalidades força do local

ABSTRACTS:

By comparing some of Henri Lefebvre's and Juergen Habermas's reflections, this article points out the emergence of the concepts of everyday life and "lived world" in the philosophical field and on human sciences (specially in Geography). It also verifies that the conceptions of current truth go under change and amplification including the role of aesthetics -, as the insertion of everyday life (and/or "lived world") in social studies reveals the existence of differences and other rationalities which are despised by the conventional practice of sciences and philosophy.

KEY-WORDS:

everyday life lived world truth aesthetics rationalities local strength

1. INTRODUÇÃO

A idéia de nos referirmos ao *cotidiano* como a *quarta dimensão social* é um recurso metafórico que faz alusão à possibilidade da existência de uma suposta quarta dimensão geométrica do espaço, que superaria a geometria euclidiana, feita de três dimensões. Discussão célebre na primeira metade do século XX, que envolveu as principais vanguardas artísticas, encontrando guarida no *movimento cubista*, talvez a mais importante manifestação do século nas artes plásticas. Haveria uma quarta dimensão do espaço? O que, até então, o figurativismo, automaticamente derivado da tridimensionalidade, havia escondido, iludido, em nome de uma verdade imitativa, ou representativa do real?

Nos mesmos termos poderíamos colocar a discussão do *cotidiano* enquanto esquecido por uma certa abordagem clássica da filosofia - e das ciências parcelares - que não o enxergava, não o percebia e nem o pressentia. Haveria algo que no campo do pensamento sobre os fenômenos humanos corresponderia ao "dogmatismo" da visão tridimensional do espaço? Que não permitisse o acesso a uma dimensão do real sem a qual a verdade, entendida de que forma fosse, não seria possível? O filósofo da desconstrução da racionalidade ocidental, inimigo do *Logos* clássico, responde incisivamente:

... "a razão, assim como o espaço euclidiano, não passa de uma idiosincrasia." (Nietzsche, apud, FERRY, 1994).

Aos pensadores competiria a destruição da razão, e dos pintores de vanguarda esperaria-se o mesmo empenho em demolir a tridimensionalidade.

Assim, a premissa de nosso texto parte de situações tratadas como análogas. O *cotidiano* e a quarta dimensão do espaço, vítimas de um esquecimento, produzido pela razão e pela geometria euclidiana, respectivamente. Em ambos os casos já nos encontramos num estágio de discussão avançada. As vanguardas modernistas e pós-modernistas já tiveram sua oportunidade de ultrapassar as três dimensões do espaço¹. O *cotidiano*, por sua vez, se intromete cada vez mais nas considerações filosóficas e científicas e parece ter vindo para ficar. Contudo, o preço filosófico dessas empreitadas é algo que vale a pena comentar, já que elas repercutiram sobre a razão e sobre as noções de verdade, além de terem dado *status* superior à arte como forma de desvelamento do mundo.

2. A ARTE COMO DESVELAMENTO DO MUNDO

Nossa intenção, a partir do recurso metafórico até agora empregado, é traçar neste texto uma série de paralelos que podem tornar-se úteis. Assim, se iniciamos com um paralelo entre a busca de uma revelação nas artes plásticas, a quarta dimensão do espaço, e a inclusão do *cotidiano* (uma "quarta dimensão social") nas análises da sociedade humana, nada mais justo do que permanecer nesta trilha explorando as possibilidades estéticas de desvelamento do mundo, pois neste caso, mais do que paralelos, os temas se encontram. Em especial devido à obra de Henri Lefebvre, que em suas teorizações sobre o *cotidiano* introduz a discussão sobre a arte como elemento de suma importância na consecução de seus objetivos. Talvez, seja este o aspecto enunciador da face "nietzscheana" deste autor. Se sairmos em busca da concepção do *cotidiano*, sua circunscrição histórica e a idéia de verdade subjacente que sustenta esta teorização em Lefebvre, vamos encontrar material farto que indica o papel atribuído à arte nesta missão. No seu *A vida cotidiana no mundo Moderno*, este autor anuncia por meio de exemplos relacionados ao registro da imprensa no início do século XX o embrião do futuro não percebido e a vida cotidiana como ausente dos noticiários, até .. Ulisses de James Joyce, primeira aparição consistente e de peso. Aí já fica implícito

que a razão clássica não nota a virtualidade e a diferença. Colocar isso em discussão já abre uma pista para o método de Lefebvre.

As formas de vida das pessoas sem importância revelam o *cotidiano* descrito em *Ulisses*, que encerraria o espírito de nossa época. Em Ulisses estariam presentes as várias facetas da cotidianidade. Lefebvre pergunta-se se a cotidianidade irrompe na literatura com Joyce, ou já teria irrompido antes com Balzac, Flaubert, Zola e outros. Mas a resposta mais imediata que vem desvia-se da pergunta e indica que com certeza o *cotidiano* não se *presentificou* na filosofia e nem nas ciências parcelares.

A filosofia que no seu conjunto, segundo Lefebvre, na sua pretensão de *totalidade encerra o projeto de um 'ser humano' livre completo, plenamente realizado, racional e real ao mesmo tempo, numa palavra total* (1991)², teria tomado, ou melhor não tomado a dimensão do *cotidiano* como seu objeto, por não ser este filosófico. Este seria o mundo real, manifestação sensível ilusória, distante em relação ao ideal. Assim, a filosofia pretende-se superior e descobre-se vida abstrata e ausente, distanciada e separada (1991).

Indagando-se, por intermédio de um interlocutor que representaria a razão científica clássica, Lefebvre nos coloca diante da questão de um eventual não abandono do *cotidiano* pelas ciências parcelares, em especial as humanas. Mas a resposta aqui é a mesma. As ciências transformaram-se em cientificismo, pois também não adotam o *cotidiano* no seu conjunto e o desfiguram. Fragmentam-no arbitrariamente em diversos objetos, pois se vêem constrangidas pela imensa complexidade do *cotidiano*. Assim, nosso autor denuncia aqui a cientificidade positiva ou a racionalidade científica como ideológica (1991, p.29).

Neste momento Lefebvre comete uma "traição" à Nietzsche, pois, ao contrário deste, não é sua intenção descartar a Filosofia e nem as ciências parcelares como formas de alcançar e desvendar o *cotidiano*, permitindo sua inclusão e dissolução no seio do pensamento teórico. Este aspecto será discutido mais adiante. A esta altura vamos tratar das fidelidades de Lefebvre a Nietzsche e a ... Heidegger, já que elas se instalam no campo da estética.

Correndo o risco de uma simplificação excessiva, apontamos agora alguns aspectos no texto de Lefebvre que podem indicar a influência dos filóso-

1 Os resultados artísticos são respeitáveis, mas a verdade da quarta dimensão do espaço continua questionável.

2 Data da edição brasileira, que por sua vez traduz publicação original de 1968.

fos alemães citados. Ele mostra como Joyce em *Ulisses* dissolveu a linguagem literária e a corrente para melhor expressar o *cotidiano*. Explorando outros aspectos, refere-se também a Claude Simon em *La Route de Flandres*. Isto autoriza uma analogia com os aforismos nietzscheanos como tentativa de exprimir a fragmentação do sujeito e por decorrência com a visão da estética de Nietzsche. Lefebvre identifica também a revolução joyceana à atonalidade da música. Nota que o *cotidiano* possui o repetitivo construtor do devir como a música. Simultaneidade do passado, do presente e do futuro que dissolve o tempo no espaço, consegue ser representado em filmes. E assim por diante.

Quais as características do *cotidiano* em *Ulisses*? Trata-se de um super-objeto inapreensível e o sujeito que lá está se desdobra no monólogo interior, dominado por um fluxo inconsciente infinito. Como se vê a estética consegue algum sucesso onde a filosofia e as ciências fracassaram. Voltamos a lembrar que este fracasso não é definitivo. Nos interessa agora problematizar esta visão da estética como desvelamento do mundo e suas implicações filosóficas. Para tanto, nos apoiaremos no magnífico trabalho³ de um jovem filósofo francês, Luc Ferry. Trata-se de *Homo Aestheticus - A Invenção do Gosto na Era democrática*.

Parte o autor do princípio de que o campo estético no mundo moderno é a instância mais privilegiada para as reflexões em torno da subjetividade e seu dilema crucial. A saber. Como a expansão da subjetividade e o conseqüente encolhimento do mundo objetivo podem se (re?) conciliar? No seu estudo analítico e retrospectivo, Ferry identifica duas correntes básicas no campo da estética, na história do pensamento filosófico, que respondem esta questão. Uma que ele vai denominar *clássica*, que entende a arte como revelação da verdade. As variantes nesta corrente são muitas, a começar pela idéia de verdade. E a outra corrente, denominada *romântica*, que atribui à arte um campo próprio, de importância para o ser humano, mas que não se entrega à árdua busca da verdade.

A principal variante entre os *clássicos* encontra-se na posição que a arte ocupa diante do pensamento filosófico. Para uns, os clássicos mesmos⁴, a estética teria função menor diante da filosofia, do juízo ideal, da razão. Assim é que Hegel decretará o

fim da arte quando a filosofia se realizar. Quando a razão coincidir com o real, transformando-se em razão absoluta. Para os clássicos modernos (ou antimodernos, ou pós-modernos?), ou melhor dizendo, para os *hiperclássicos*, a arte mostra-se superior à filosofia⁵ e capaz do desvelamento da verdade. Aqui os expoentes são Nietzsche e Heidegger, e é nesta altura que Lefebvre⁶ cruza a ponte.

É dos *hiperclássicos* que vamos tratar. Notando, que, por paradoxal que seja, Lefebvre é um "hiperclássico moderado". Apontando seus problemas e suas contribuições, e o principal, a idéia de verdade que daí surge, e como ela fundamenta a chamada "filosofia da diferença" Por fim, verificaremos e o restante do texto será para isso -, como o que daí se extrai servirá ou não para apreender a "quarta dimensão social". o *cotidiano*.

Retomemos a discussão da negação da tridimensionalidade euclidiana. No admirável capítulo IV do *Homo...* Luc Ferry trata do *Declínio das Vanguardas* e descreve a partir do cubismo a busca da quarta dimensão do espaço como a tentativa do outro não notado, inapresentável, mas a verdade que é ausência, mas ainda verdade, obscurecida pela ilusão tridimensional. E alguns iam mais longe, inspirados consciente ou inconscientemente em Nietzsche, atribuindo à tridimensionalidade uma expressão da dominação ideológica do mundo moderno, do capitalismo, da burguesia, da razão etc. Nesta postura antimodernidade, os modernistas já seriam os pós-modernos sem o saberem. O paradoxo dessa posição surge quando verificamos como esta inapresentável⁷ quarta dimensão se fazia existente. Por dedução. Portanto, pelo mais puro raciocínio abstrato.

O cubismo, que se apresenta aos nossos olhos como deformação do real, evita a ilusão do mimetismo figurativo do real, este sim uma ilusão. A verdade não está na identidade, na adequação. Por quais caminhos teóricos e retóricos se desenvolve esta postura fica o convite para que os interessados se remetam ao Luc Ferry.

O que nos importa destacar é que pode-se então, a partir de Nietzsche, acreditar-se que abrir caminho para uma pós-modernidade era antes

5 Fonte de ilusões metafísicas.

6 A vinculação de Lefebvre a esta forma de ver a estética, embora relativizada e moderada, é de responsabilidade do autor do texto e não de Luc Ferry, que não faz menção a este autor.

7 A representação cubista das quatro dimensões acaba por ser feita em duas dimensões.

3 Esta é a opinião de um não profissional filósofo, um leigo, e tem todos os riscos inerentes a este atrevimento.

4 A grande e formidável exceção é Kant.

de tudo subtrair as diferenças e sua riqueza à tirania niveladora da identidade (e do princípio da identidade)" (Ferry e Renaut, p. 149).

Mas estes autores, por sua vez, não abrem mão da razão, e fazem neste caso companhia a Lefebvre. Reivindicam uma razão que se sustente na argumentação. Mas este também é um assunto para mais adiante. Ainda há mais o que explicitar sobre a visão da estética como desvelamento do mundo.

O hiperclassicismo de Nietzsche na sua estética é coerente⁸ com sua concepção de sujeito cindido, estilhaçado, dilacerado. É por um lado uma fisiologia da arte, onde se forma o gosto pela sensibilidade do corpo do apreciador ou do criador na sua embriaguez dionisiaca. Assim pensa a arte a partir do sujeito. Cada sujeito uma sentença, não há verdade objetiva por aí. Contudo, Nietzsche pensa também a arte como *Grande Estilo*, como um clássico, o que se realça é a verdade da obra, do objeto, e aí o sujeito se apaga. Isto parece uma contradição, mas é bom evitar enganos. Estes dois aspectos estão indissoluvelmente ligados, e a argumentação de Ferry neste ponto é muito inteligente.

Ambos os lados da presumida contradição associam-se à cisão do sujeito. São efeitos da mesma causa e "unem-se e se completam mutuamente". (Ferry, p. 263).

Não há mundo, pois tudo são interpretações. Cada sujeito, um juízo distinto. É um historicismo radical...

"doravante torna impossível, estando o próprio sujeito aberto para o infinito de 'seu' inconsciente, que ele pretenda enunciar qualquer verdade absoluta" (Ferry, p. 263).

Assim, cada suposta verdade é apenas sintoma desses fluxos inconscientes, uma infinidade de pontos de vista que jamais se deixa reunir numa totalidade, num uni-verso.

Mas quando a arte é algum tipo de verdade? Por que a etiqueta de *hiperclassicista* a Nietzsche e depois a Heidegger e mais delicadamente a Lefebvre?

"Trata-se de pensar a arte a partir de um classicismo da diferença (um convite a pensar a arte como uma expressão da 'realidade' que não é mais a do ser, e sim a do devir), que tem também sua origem na cisão do sujeito" (Ferry, p. 262)

A objetividade não mais existe, pois o sujeito desfez-se. O mundo deixou *de ser* e agora o real é mudança

"portanto, é também pela mesma razão que a verdade não poderia por mais tempo ser definida como identidade, como não-contradição, validade universal etc, mas tornou-se Vida, ou seja, multiplicidade, diferença e temporalidade." (Ferry, p. 263)

Igualmente em Heidegger, como veremos, a crítica avassaladora que ele faz da subjetividade o inclui no classicismo da diferença, e o leva a considerar a obra artística uma expressão de verdade do ser. Para Heidegger a razão emancipadora e a dominadora (tida como "irracional" pelos crentes da razão) são ambas, a mesma. A razão instrumental. A subjetividade, por força de sua própria lógica, trabalha para sua própria extinção. Tudo o que cria é dominação e ilusão.

Voltemos à estética heideggeriana:

"a arte é a verdade em operação", ainda mais precisamente "a arte é a salvaguarda criadora da verdade na obra... A arte faz brotar a verdade. Faz surgir assim na obra, como salvaguarda instauradora, a verdade do ente" (Heidegger⁹, apud Ferry).

É preciso lembrar que a verdade para Heidegger não é entendida como adequação a um objeto, a um ente visível na representação. Aplica-se mais ao sentido original da *poiésis*, trabalho de domesticação que tem como base o impulso mais íntimo duma liberdade primeva.

Luc Ferry cita o filósofo J. Locaste, considerado por ele um dos melhores filósofos da estética, referindo-se à estética de Heidegger:

"... a arte está, pois, fadada por essência à verdade. Porém, quer isso dizer que a arte seja a reprodução 'verdadeira' do real? Isso seria retomar a concepção tradicional da verdade como adequação a um objeto. Ora, a análise da obra vai nos levar a uma definição mais original da verdade como desvelamento". (p. 264)

Desvelamento, termo que traduz o alemão *Unverborgenheit* e o grego *alêtheia*. Como descreve Luc Ferry, *"na fenomenologia de Heidegger o essencial não está na representação, mas sim na presenti-*

8 O que é uma heresia para os nietzscheanos ortodoxos, que percebem a coerência como patologia do logos ocidental.

9 M. Heidegger, *L'Origine de l'oeuvre d'art*, Gallimard, citado no livro do Luc Ferry.

fição do ente enquanto tal, no des-velamento". Assim a obra de arte, diferentemente da razão identitária, "desvela" o invisível. Teria desse modo Heidegger superado o horizonte da adequação, que não seria mais legítimo? Sim, no sentido determinado da adequação do juízo à coisa. Não, se tratarmos a idéia de adequação no seu sentido amplo.

A noção de adequação pode reencontrar uma significação. A arte autêntica garantirá a "presença" dessa dimensão invisível que é a presentificação do ente, ultrapassando as representações ilusórias. Apresentará o que há de inapresentável, portanto se mostrará mais fiel, ou dito, de outra maneira, mais adequada, senão a própria coisa.

"Embora já não seja mais o objeto visível, um objeto presente na representação, identificável e estável, mas sim um nada, uma ausência, uma diferença, não deixa de ser dela que se trata na obra de arte, dela que se deve dar a medida e é nesse sentido que a arte conserva como tarefa clássica exprimir a verdade." (Ferry, p.265)

É inegável o parentesco das formulações de Lefebvre com este classicismo da diferença, desde sua aderência à arte como reveladora primeva do *cotidiano*, como, por exemplo, às assertivas presentes em suas elaborações sobre o urbano, em que ele busca desvelar o campo cego, que é a *diferença* que a razão clássica não capta. Em *La Révolution Urbaine* podem-se encontrar enunciados tais como, o espaço urbano contém em si o possível-impossível, sua própria negação. Mas o que é o urbano?

"Um campo altamente complexo de tensões; é uma virtualidade, um possível-impossível que clama um término; uma presença-ausência sempre renovável, sempre exigente." (Lefebvre, p.58)

Embora a dialética revele-se nessa definição, o que seria uma presença-ausência senão a presentificação (e não sua representação) do ente e a *diferença* que a razão clássica não vê? Aqui o real não é. Ele está sempre em transformação. Como se vê, as negativas dos nietzscheanos sobre a dialética não sensibilizam Lefebvre. Quanto à estética, Lefebvre talvez seja um clássico que inverteu os clássicos mais antigos, que viam na arte um caminho inferior para a verdade. Para este autor, arte tem um função nobre, mesmo que não exclusiva, de alcançar foros do real que outras formas não alcançariam.

3. A FILOSOFIA SE RENDENDO AO COTIDIANO

Para Henri Lefebvre o benefício epistemológico, ou melhor, quem sabe ontológico, de um resgate filosófico do *cotidiano*, seria um duplo combate à alienação presente na própria filosofia, que se impregnaria do real e presente no *cotidiano*, que passaria a se relacionar com a verdade. Em sua fórmula feliz: *alienação filosófica* - verdade sem realidade e *alienação cotidiana* - realidade sem verdade. (1991, p.20)

O caminho "para descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia e para permitir revelar suas dualidades decadência e profundidade; miséria e riqueza; é partir da filosofia, de seus conceitos, de sua linguagem, liberando-os dos sistemas especulativos e jogando-os no confronto com o mundo não filosófico (antídoto contra a alienação do filósofo e não filósofo" (Lefebvre, 1991, p.19).

O dilema é superar essas alienações, ou voltar à metafísica, ao desespero de Kierkegaard, ou ao niilismo que Nietzsche pretende superar. (Lefebvre, 1991,p.20).

Fica claro que resgatar o *cotidiano* na filosofia não é submetê-la à irracionalidade que estaria presente neste. Trata-se, neste caso, de um projeto racional, pois visa desconstruir aquilo que no mundo *cotidiano* é opressor e produto de predestinações alienantes, e que passa por racional, sendo na verdade irracional, se tivermos como perspectiva a humanização do homem. Afinal, como lembra Lefebvre,

"a razão sempre teve como sentido e fim o domínio dos determinismos". (1991)

Aqui entramos no fio da navalha em que se encontra o debate da filosofia e do pensamento contemporâneo. *"Tornar patentes as virtualidades do cotidiano não é restabelecer os direitos de apropriação, esse traço característico da atividade criadora, pela qual o que vem da natureza e da necessidade se transforma em obra, em um 'bem' para e pela atividade humana, e em liberdade?"* Será que louvar as "virtualidades do *cotidiano*" que recolocaria em cena o valor de uso e possibilitaria o exercício de um "certo potencial crítico" que o *cotidiano* conteria, é de fato um projeto racional? Com efeito uma pergunta se impõe. Há formas seguras de se definir o que é racionalidade, e, por contraposição, o que é irracional?

O flanco rígido da racionalidade, ou melhor, da Razão clássica, cartesiana, vem sendo quebrado na filosofia, tido como manifestação metafísica. O sucesso dessa crítica abre um horizonte e nos joga numa situação que permite ao filósofo brasileiro José Arthur Giannotti afirmar que

"ninguém tem no bolso um critério de racionalidade" (1987, p. 7).

Avançar nesta discussão seria estabelecer o que se pode entender como a irracionalidade contemporânea e quais seriam as formas de racionalidade. Contudo, no momento

"...basta apontar para o fato de que a filosofia contemporânea está discutindo intensamente o problema da razão, de tal modo que a velha oposição entre racionalismo e irracionalismo perdeu sentido" (Giannotti, p.14).

Talvez, por tudo isso, possa se falar em *novas racionalidades*.

O certo é que para Lefebvre há um potencial racional, bem entendido, que não se confunde com a razão metafísica, tornada no mundo moderno razão instrumental, no *cotidiano* a ser liberado. E, é óbvio, Lefebvre não está sozinho nesta empreitada. A partir daqui vamos traçar um paralelo com um dos mais importantes filósofos contemporâneos que constrói sua trajetória tendo como referência uma temática que nos parece convergente em muitos aspectos às elaborações de Lefebvre. Trata-se de Juergen Habermas, que, a partir de sua *Teoria da Ação Comunicativa*, coloca com extraordinário vigor na cena filosófica a virtualidade de uma certa racionalidade comunicativa presente no *mundo vivido*, ou mundo da vida¹⁰

A *Lebenswelt* seria o lugar da interação cotidiana. Ou, dito de outra maneira, o *cotidiano* ele mesmo. Na sociedade moderna a reprodução simbólica da sociedade teria se afastado da produção e reprodução de bens e serviços. Nas sociedades primitivas e antigas ("tradicionais") estas duas instâncias estavam imbricadas. Na sociedade moderna a reprodução simbólica é o local da ação comunicativa, enquanto que a produção e reprodução de bens e serviços é a instância de predomínio da ação estratégi-

ca (trabalho capturado pela razão instrumental). Essas duas esferas se opõem. Por isso, surge o *cotidiano*. Aqui a convergência com Lefebvre é notória:

"cotidianidade e modernidade são aparições simultâneas". (1991, p.30)

Entretanto, essa separação entre o *mundo vivido* e o mundo do trabalho capturado não isolou estas duas esferas da vida moderna. Há uma colonização da ação comunicativa (que seria uma racionalidade) por outras formas de racionalidade subordinadas ao mundo da produção e reprodução dos bens econômicos. E no que resulta desta invasão residiria todo o problema da cultura moderna.

"A reprodução simbólica assistiu a uma racionalização da *Lebenswelt* que, de maneira progressiva, solapou as teorias e as crenças tradicionais, fazendo a ação comunicativa mais e mais dependente da ação racional" *Por outro lado, "o crescimento e a complexidade de sistemas" têm colidido com a Lebenswelt, ameaçando, com sua lógica muito diferente, asfixiar aquele momento potencial de racionalidade comunicativa" (Habermas, apud Giannotti, p.7).*

Mas a asfixia é total e irreversível? Haveria como escapar a esse soterramento e resgatar a razão comunicativa de sua latência tumular? O próprio Habermas mostra como em nossos dias é frustrada inteiramente a esperança de que as artes e as ciências promovam o controle da natureza, favorecendo a compreensão do mundo e de nós mesmos, garantindo a justiça e a felicidade. A cisão entre ciência, moral e arte fez dessas manifestações fenômenos apartados do *mundo vivido*, que só retornam instrumentalizados e como invasores. Assim, tornam-se elementos desvinculados da comunicação habitual.

Desse modo, como será possível permanecer fiel, em qualquer medida, à filosofia, mesmo após a crítica à metafísica? Habermas, de alguma maneira, e Lefebvre também, não rompem por inteiro com a herança iluminista, e não abandonam a filosofia. Mas, como resistir à virulência das desconstruções dos pós-modernos feitas a marteladas, que pulverizam a razão em todas as suas formas? Por tudo que demonstram não entram em desacordo essencial com Habermas e nem com Lefebvre, que por sua vez não mostram nenhuma condescendência com a "sociedade de consumo dirigido" e com "um mundo vivido dominado pela razão instrumental"

10 *Lebenswelt* : termo alemão extraído da obra de E. Husserl, traduzido variadamente como *mundo vivido* ou mundo da vida. Não se descartam ainda outras traduções.

Como já vimos, as desconstruções da razão encontram em Nietzsche seu grande alimentador. Foucault, por exemplo, nunca hesitou em dizer, *"sou antes de tudo um nietzscheano"* A diferença está no fato de que Nietzsche radicalizou a crítica à razão de tal forma que desmontou (desconstruiu?) os próprios fundamentos de sua crítica, pois para ele a idéia de consciência é sempre falsa (inclusive a dele, não é mesmo?) e deve se buscar qualquer coisa, fora dela. Ou melhor, o homem nunca terá consciência, o sujeito não é possível. Já para Habermas a recusa da falsa consciência deve encontrar suas próprias armas no seio da própria consciência. Acreditamos que Lefebvre compartilharia dessa postura.

De fato estamos diante, ou dentro, de uma contradição. Como criticar a razão pela razão? É melhor, antes de tudo, não fugir a esta contradição e sim tentar resolvê-la por dentro. Mesmo porque, como pensamos ter ficado claro, a visão estética de Nietzsche como forma nobre de apreensão do mundo, embora possa ser negada pela ortodoxia nietzscheana, tem lá uma boa dose de pensamento racional, e bem elaborado. O discurso da diferença não é irracional, a menos que acreditemos que cada pensador se livre do seu tempo e partamos de um gênio próprio a-histórico, e sobrenatural. Nietzsche pensa muito bem. Podemos não ter critérios claros para definir as racionalidades, muito menos para desclassificar formas em detrimento de outras, mas ainda é possível identificar racionalidades.

O que seria uma manifestação de racionalidade ou uma crítica racional? Seria algo que se constrói com base na busca de critérios formais de consciência interna entre premissas e conclusões e no uso de uma lógica argumentativa adequada. Esta é a posição de Habermas, que de resto não é estranha e nem original. Está de acordo com a tradição do pensamento. O pensamento nietzschiano não escapa a esta definição.

O que Giannotti faz bem, na continuidade de sua argumentação sobre a indefinição dos critérios de racionalidade, é explicitar que a filosofia moderna demonstrou a inexistência de uma unicidade lógica-racional. Não há uma lógica verdadeira que se imponha como a racionalidade única. A conclusão, por mais assustadora que seja, é que o máximo que podemos dizer é que atualmente

"os sistemas formais lógicos que existem estão subordinados a compromissos ontológicos e de pretensões de validade pragmáticas e não a

verdades absolutas. Assim, nenhum sistema filosófico e lógico se realizou." (Giannotti, 1987).

Assim o racional o é em relação a uma visão e representação do mundo. Nada pode ser feito, a não ser admitir racionalidades e tocar o barco assim mesmo.

Esta postura não é cômoda e preguiçosa, já que reflete a realidade da discussão filosófica. E pelo menos permite atirar e ferir a racionalidade dominante, tida como única. E permite mais! Legítima a detecção de outras racionalidades que, por exemplo, seriam as estruturas resistentes à racionalidade teleológica totalizada, a racionalidade instrumental. Segundo Habermas, e não muito distante de Lefebvre¹¹

"seria a racionalidade imanente à prática comunicativa cotidiana, que valoriza o sentido próprio das formas de vida frente às exigências funcionais dos sistemas econômicos e administrativos autonomizados." (Habermas, 1987)

Isto posto, fica nítido que esta visão mais realista a respeito da racionalidade significa um revigoramento da prática racional, que agora pode contar, torpedeando estatutos mumificados, com uma expansão enriquecedora presente no mundo vivido, ou, se quiserem, *cotidiano*, a nossa "quarta dimensão social"

Igualmente a Lefebvre, em Habermas, para comportar essa racionalidade, ocultada pela razão instrumental, há que se rever a idéia de verdade, que não pode mais ser apenas a adequação sujeito-objeto. Neste caso, para o filósofo alemão, este tipo de adequação é a *objetividade*, fundada na experiência. E a verdade? Está na interesubjetividade e é baseada na validade discursiva. Estaria aí a razão comunicativa, produto da ação comunicativa.

No mundo moderno a razão instrumental colonizou o mundo vivido, então, como haveria a possibilidade de estruturas resistentes provenientes da ação comunicativa? Existiriam ainda critérios de validade que permitissem algumas formas de verdade consensual? Manifestando-se residualmente ainda há formas de validade herdadas da tradição...

"na ação comunicativa estas exigências de validade permanecem em sua maioria implícitas e

11 Há uma racionalidade explícita na Filosofia e uma implícita no cotidiano (LEFEBVRE, p.22).

não problemáticas, porque o mundo da vida, partilhado intersubjetivamente, mantém à disposição uma sólida reserva de verdades culturalmente autoevidentes, assumidas em princípio" (Habermas, p. 93).

Não se descarta a arte como elemento de entendimento do *cotidiano*, mas a invasão deforma a arte e a transforma em cultura de massa, e na mais cara tradição da *Escola de Frankfurt* Habermas é impiedoso com as manifestações da indústria cultural que se move por uma racionalidade contábil, estatística a serviço do capital, e não a serviço da humanização do homem.

"A arte de massas dessublimada¹² não interfere de um modo transformador, esclarecedor e emancipador nas formas de vida reificadas pelo capitalismo, deformadas e distorcidas pelo consumismo e pela burocracia, mas, ao contrário, estimula estas tendências." (Habermas, p. 92)

Sua visão sobre o *cotidiano* (mundo vivido) é otimista, como já foi observado, quanto à existência de potencial crítico e resistente à razão instrumental, apesar de tudo. Para Habermas, agora se referindo à realidade alemã, não só a exploração do trabalho é alvo de reação. A própria burocratização do mundo vivido já é sentida como uma ameaça por largos setores da população. O Estado anteriormente percebido como neutralidade, portanto a serviço de todos, perde essa aparência na experiência cotidiana dos clientes da burocracia do *welfare state*.

Há assim reação contra o Estado vinda das esferas do *cotidiano*, e é claro que isto é oportunisticamente aproveitando pelos neoconservadores. Seus objetivos são as conhecidas políticas

"de transferir os problemas do Estado para o mercado, sob o manto das palavras de ordem 'liberdade e democracia' - uma política que, sabe Deus, nada tem a ver com a democratização, que ao contrário, promove uma crescente desvinculação da atividade do Estado da pressão legitimadora da esfera pública, e que entende por liberdade não a autonomia do mundo da vida, mas a liberdade de ação dos investidores privados." (Habermas p. 97)

A racionalidade instrumental no seu processo de invasão, por sua vez, atua no sentido de dissolver estas resistências presentes no mundo vivido (*cotidiano*), para que haja adaptação e legitimação à vida funcionando por meios como o dinheiro e o poder. Para isso é preciso um pseudoconsenso, uma falsa consciência. Os meios para isso tanto se sofisticaram, que pode ser obtido cada vez menos a partir de ideologias, sendo, atualmente,

"muito mais assegurado pela fragmentação da consciência e por barreiras de comunicação que distorcem a prática cotidiana de um modo inconspícuo." (Habermas, p. 99)

O resgate e fortalecimento da ação comunicativa, produtora de um verdadeiro consenso, parece

"ser muito mais o de como os potenciais de auto-organização podem ser suficientemente desenvolvidos em esferas públicas autônomas, de modo que os processos orientados para a formação da vontade de um mundo da vida orientado por valores de uso possam manter sob seu controle os imperativos sistêmicos do sistema econômico e do aparelho do estado, e tornando ambos os subsistemas controlados pela mídia dependentes de imperativos do mundo da vida." (Habermas, p. 101)

Como Habermas se diz um defensor de um universalismo cauteloso, faz questão de desideologizar esta tendência à racionalização instrumental do mundo moderno. E do mesmo modo não universaliza as formas de reação do *cotidiano* a tudo isto. Observa tendências em direção a uma racionalização 'progressiva' do mundo como fato histórico e não como uma lei.

"É preciso admitir que uma teoria apropriada da sociedade, e um diagnóstico do presente baseado nela, não tem nenhum outro sentido senão o de aguçar a percepção para o potencial ambivalente dos desenvolvimentos contemporâneos" (Habermas, p. 95)

Neste sentido, Habermas também não se distancia de Lefebvre, que hesita em seus trabalhos a estender suas análises, que tem como base a França, ao plano universal. Por fim, acreditamos que esse paralelo traçado sobre as elaborações do mundo vivido de Habermas e o *cotidiano* de Lefebvre alargam e enriquecem essas elaborações e ilustram um curvar-se da Filosofia ao *cotidiano*.

12 Sobre o sublime na arte, verificar no livro de Luc Ferry, já citado, a idéia de sublime na estética de Kant.

4. AS CIÊNCIAS PARCELARES SE RENDENDO AO COTIDIANO

Já está fartamente assinalado que estudar o *cotidiano* significa ir a fatos desdenhados pelos filósofos e recortados à deformação pelos cientistas humanos e técnicos, impregnados por um cientificismo tosco. É sobre as ciências parcelares que vamos nos referir neste encerramento do texto.

Uma preciosa fustigada de Lefebvre serve para continuar a discussão que vem sendo feita.

"O conhecimento racional sempre incidu sobre as condições existentes mas nem por isso as aceitou ou ratificou, concedendo-lhe um atestado de cientificidade!" (1991, p. 30).

Muito do que aparenta ser racional no campo da ciência está a serviço da dominação, e neste caso a proximidade de Lefebvre e Habermas é quase que total.

"A atitude que valoriza as opressões contém de fato uma ideologia disfarçada de racionalidade e ciência". (Lefebvre, p. 30).

Habermas, como já notado anteriormente, crê que o papel da ideologia é menor, diante da fragmentação e da obstrução da comunicação.

Permitir que a vida cotidiana se imiscua, penetre e envolva as ciências parcelares propicia um ponto de encontro para estas e *"alguma coisa mais"*. (LEFEBVRE, p.30). Mostra o local dos conflitos entre o racional e o irracional¹³; denuncia a opressão e os determinismos (que as ciências em sua racionalidade deveriam quebrar e não legitimar) que travestem-se de racionais.

O senso comum não nos diz com frequência que o *cotidiano* é a soma das insignificâncias, dos detalhes, da rotina repetitiva etc? Mas, considerando as ciências parcelares, em sua ojeriza pelo *cotidiano*, a decisão sobre o que é *não significante* ou *insignificante* é arbitrária. O insignificante do *cotidiano* pode ser considerado aquele fato que não foi eleito pela filosofia e ciências particulares como significante. Há que se partir dessa constatação e rever com boa vontade o real, fazendo o estudo das presumidas insignificâncias.

Contudo, partindo de um princípio geral de resgate e valorização do *cotidiano* que só viria oxigenar as ciências parcelares, é bom não institucionalizar o *cotidiano* ou o mundo vivido como uma categoria abstrata e parar por aí. Isto anularia a importância desse resgate. Se o *cotidiano* é a vida ela mesma, ele não permite sua configuração apenas em termos de estruturas universais. Certo de que os valores da modernidade se estendem em oposição ou sobre as tradições,

"e esses 'avanços' dizem respeito às estruturas universais de mundos da vida (mundo vivido) em geral, não afirmam nada acerca do valor de um modo de vida concreto". (Habermas, p. 90)

Como não podemos aqui referir-nos a um conjunto de ciências parcelares, vamos tratar de um nicho particular, de uma ciência parcelar (a Geografia), que vive a "redescoberta da dimensão local" e, neste assunto, destacar o quanto a aproximação com o *cotidiano* se mostra necessária. Poderíamos até adaptar a citação acima de Habermas para uma temática em que Geografia mergulha (e quase sempre se afoga) sempre. A relação global e local. *"esses avanços que dizem respeito às estruturas globais (a globalização) não afirmam nada acerca do valor de um modo de vida concreto, num local"* No seu último trabalho¹⁴ Milton Santos constrói o capítulo 14, tratando desta temática: *O lugar e o cotidiano*.

Um momento deste texto encaixa-se perfeitamente no que estamos discutindo.

"Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano¹⁵...esta categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que estamos nos ocupando neste livro..." (1996, p. 252)

Na sua linha argumentativa, que destaca a importância do cotidiano para a apreensão do lugar, como a manifestação espacial da vida real, Milton Santos faz menções à ação comunicativa como forma de interação e à *práxis* libertadora que estaria contida nesta dimensão. Para tanto, faz uso das idéias de Habermas e de Lefebvre, entre outros autores.

13 Talvez, por tudo o que já foi discutido, Lefebvre exagere no seu racionalismo. Melhor seria dizer os conflitos entre racionalidades diferenciadas.

14 SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço - técnica e tempo, razão e emoção*.

15 Aqui o autor cita autores que já caminham nesta direção - A. Buttner, A. Garcia e A. Damiani.

Tendo como parâmetro teórico a idéia de prático-inerte de Sartre, entendida como cristalizações corporificadas em formas sociais - e dentre estas, as geográficas são as mais acabadas e incisivas -, busca este autor identificar nas relações lugar e cotidiano a base do entendimento do *lugar* como um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições e racionalidades, onde cooperação e conflito são a base da vida comum. (SANTOS p.258)

Esta referência permite introduzir discussões sobre o significado da proximidade - como contiguidade física¹⁶ - nas discussões sobre a vizinhança, que viria oferecer condições de possibilidades múltiplas de comunicação, forjando a interdependência como *práxis*. Esta situação promove uma vida de muita densidade social,

"que pode criar solidariedade, laços culturais e desse modo identidade." (Santos, p. 260).

Mas isso só seria possível em lugares fechados? Não exatamente, mas em lugares que possuem individuação, fato esse encontrado em especial nas metrópoles, que apesar de terem uma natureza aberta para o exterior, possuem no seu interior segmentos espaciais que não se confundem com outros, por motivos internos. Possui particularidades. Como atesta outra geógrafa que tem analisado o lugar a partir de uma perspectiva similar

... "por sua vez a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar que se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades" (Carlos, p. 15)

Semelhantemente à nossa metáfora refere-se Milton Santos ao cotidiano como a revelação de uma "quinta dimensão do espaço"

... "com o papel que a informação e a comunicação alcançam em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas se enriquece de novas dimensões, entre esta ganha relevo

sua dimensão espacial, ...que se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal, o espaço dos geógrafos" (p. 257)

E como no mundo prático se daria esta solidariedade criadora de laços locais, que em alguma medida resiste à racionalização dominante do espaço, veiculada pela globalização, impondo-se em muitas situações como *contra-hegemonias*? A cidade, como lugar privilegiado da diversidade, resiste à modernização capitalista e se faz diversa pela possibilidade múltipla de abrigar as vítimas da unidireção modernizante do campo, por exemplo. Viabiliza-se neste espaço uma forma de economia subordinada à lógica dos pobres excluídos das benesses da economia moderna que penetra nos interstícios do urbano diverso e que não consegue homogeneizá-lo. Na terminologia de Milton Santos, é o espaço dos homens lentos, não submissos à velocidade tecnológica reinante. Onde boa parte de suas vidas é *contra-hegemonia*, no modo de criar sua habitação, seu transporte, sua sociabilidade. Pode ser precariedade, mas é alternativo e pode representar o novo.

Se

"o espaço se dá ao conjunto dos homens que nele exercem como um conjunto de virtualidade de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual" (Santos, p. 254),

isto significa dizer que há disputa de interesses hegemônicos e *contra-hegemônicos* que lutam por generalização. Numa situação de destruição ou da inexistência de uma esfera pública (que é o caso de nosso país), os interesses generalizáveis são os da hegemonia racional, da razão instrumental. E esses são interesses largamente excludentes. Uma prática científica que se cega diante do cotidiano soma-se às forças discriminadoras e mistificadoras do real, que contribuem para que se impeça

"a vitória da individualidade refortalecida, que ultrapassa a barreira das práxis repetitivas e se instala em uma práxis libertadora, a práxis inventiva de que fala Henri Lefebvre." (Santos, p. 262)

Em entrevista à Folha de S. Paulo, o crítico literário Roberto Schwarz, referindo-se a um famoso ensaio de sua autoria *Idéias fora de lugar* e respondendo a críticas recebidas, diz que *"o que torna*

¹⁶ Antes que se fale em determinismo espacial, ou espaço como sujeito, devemos assinalar que esta proximidade é criação humana, sendo assim, com efeito, o homem determinando-se.

as idéias artificiais ... não é o fato de serem estrangeiras, mas sim o fato de que os pobres estão excluídos do seu âmbito...a chave desse caráter danificado da cultura brasileira não é sua importação cultural, mas a exclusão social." Enquanto o cotidiano

estiver imerso, predominantemente, numa dimensão fantasmagórica (esta quarta dimensão social?) pela aversão da filosofia ao mundo sensível e pelo cientifismo instrumental, continuará havendo uma exclusão social, promovida pelo saber.

BIBLIOGRAFIA

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996.

FERRY, Luc. *Homo Aestheticus - A invenção do gosto na Era Democrática* (Trad. Eliana Maria de Melo Souza). São Paulo, Editora Ensaio, 1994.

FERRY, Luc e RENAUT, Alain. "O que precisa ser demonstrado não vale grande coisa". In: *Por que não somos Nietzscheanos* (Trad. Roberto Leal Ferreira). São Paulo, Editora Ensaio, 1994.

GIANNOTTI, José Arthur. "O tema da ilustração em três registros" In: *Novos Estudos* (Cebap), nº 18 (setembro de 1987).

HABERMAS, Juergen (ent. P. Anderson e P. Dews). "Um perfil filosófico-político" In: *Novos Estudos* (Cebap), nº 18 (setembro de 1987).

LEFEBVRE, Henri. *A Vida cotidiana no mundo moderno* (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo, Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *La Révolution urbaine*. Paris, Gallimard, 1970.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço Técnica e tempo Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.

SCHWARZ, Roberto. "Entrevista" In: *Folha de S. Paulo* de 1º de junho de 1997, Caderno Mais!

OS ESCRITOS ETNOGRÁFICOS E A GEOGRAFIA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Doralice Sátyro Maia¹

RESUMO:

Trabalho de campo e elaboração de mapas são instrumentos do geógrafo desde os primórdios desta ciência. Os escritos etnográficos estão presentes nas obras dos geógrafos alemães, bem como na geografia francesa. Como na "Antropologia Clássica", a descrição etnográfica era realizada principalmente em obras que tratavam do "exótico de terras longinquoas". Esta prática é abandonada no momento em que a Geografia "rompe" com a chamada escola tradicional. Há, conseqüentemente, um abandono das discussões sobre os escritos etnográficos, como também sobre a metodologia de trabalho de campo, ou mesmo um certo descaso na realização destes. Este ensaio pretende abrir um diálogo com a Antropologia, tentando colocar a importância das descrições etnográficas nos trabalhos de campo da geografia sem no entanto cair no inverso, isto é, abandonar as interpretações para as quais Geertz chama a atenção.

PALAVRAS-CHAVE:

etnografia trabalho de campo metodologia pensamento geográfico descrição

ABSTRACT:

Fieldwork and map elaboration have been the geographer's instruments since the origin of this science. Ethnographic writings are present in the works of German geographers and in the French Geography as well. As it happened in the "Classical Anthropology", the ethnographic description was present mainly in works which dealt with the "exotic of faraway lands". This practice was abandoned when Geography "broke off" with the so called traditional school. As a consequence, discussions about ethnographic writings and the methodology of fieldwork were left aside or, even, there was an indifference towards their realization. This article intends to start a dialogue with Anthropology by trying to show the importance of ethnographic descriptions for Geographical fieldworks without abandoning the interpretations which Geertz calls attention to.

KEY-WORDS:

ethnography fieldwork methodology geographical thought description

INTRODUÇÃO

A Geografia, desde sua origem, ou melhor, tem o seu início nos relatos de viagens e excursões que forneciam subsídios para a confecção de mapas que serviram para a expansão do colonialismo europeu. Portanto, trabalho de campo e elaboração de mapas são instrumentos do geógrafo desde os primórdios desta ciência.

Na história do pensamento geográfico, são bastante conhecidos os relatos de viagens e as extensas descrições etnográficas realizadas pelos seus precursores. Muito embora o surgimento desta ciência esteja eminentemente ligado à corrente naturalista, ou

mesmo determinista, a sistematização da Geografia humana surge com a obra *Antropogeografia* de Ratzel. Este trabalho põe em evidência o homem, dando ênfase a questões como a terrestre e estudos monográficos de áreas habitadas, abrindo assim o diálogo com a Sociologia. No que diz respeito a esta ciência, vale apontar as impressões de antropólogos como Malinowski, R. Lowie e Durkheim, que ressaltam a sua importância para os estudos etnográficos e, contrariando afirmações de alguns geógrafos, consideram

¹ Professora assistente da Universidade Federal da Paraíba/ Pós-graduanda em Geografia (Doutorado) na Universidade de São Paulo.

Ratzel como sendo o precursor do movimento difusionista, oposto à visão evolucionista (Quaini, 1983; *L'année sociologique*, 1900).

Os escritos etnográficos realizados pelos geógrafos não se resumiram aos autores alemães. Eles também se fazem presentes na geografia francesa nos trabalhos de Vidal de La Blache, Max Sorre, Derreaux, entre outros. E, assim como na Antropologia Clássica, a descrição etnográfica é realizada principalmente em obras que tratam de "povos estranhos" "civilizações primitivas" enfim, do "exótico de terras longínquas"

É a partir do momento que a Geografia "rompe" com a chamada escola tradicional que vai se dar um "corte" na realização das descrições. Chega de descrever, é preciso explicar! Frase esta levada aos seus extremos, quando então se entende por ela abolir radicalmente as descrições dos trabalhos geográficos. Há, conseqüentemente, um abandono das discussões dos escritos etnográficos, como também sobre a metodologia de trabalho de campo, ou mesmo um certo descaso na realização destes.

Pretende-se portanto abrir um diálogo com a Antropologia, uma vez que esta ciência vem se dedicando à discussão sobre o trabalho de campo, para, através deste diálogo, tentar colocar a importância das descrições etnográficas nos trabalhos de campo da Geografia sem, no entanto, cair no inverso, isto é, abandonar as interpretações já tão bem defendidas por Geertz.

DOS RELATOS DE VIAGENS OU SOBRE A ORIGEM DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A matriz das ciências sociais e particularmente da Geografia está reconhecidamente atrelada à origem da enologia. E esta última, para muitos, remonta às relações de viagens que seguem às descobertas geográficas.

O início da sistematização do material de observação e de fatos novos utilizados para explicar os fenômenos do globo terrestre é geralmente demarcado no século XVIII. A Geografia então realizada era recheada de descrições, mas detinha-se principalmente nos tratados cartográficos, topográficos e naturalistas.

É no decorrer desse século, com a difusão do Iluminismo, que se atribui o nascimento da Geografia humana moderna. É neste contexto que aparecem as pesquisas geográficas, nas quais são descritos gêneros de vida de algumas populações, a sua

relação com o meio, além de pesquisas de regiões naturais, destacando-se o clima, hidrografia, solos, vegetação, mas em relação com o estabelecimento do homem.

Um dos nomes que se destacam neste período é o do historiador Volney. Este pensador é considerado por Poirier como "duplo precursor da História geográfica e da Geografia Humana; ele sente tanto a falta de tratados compostos antes dele, que ele próprio considera constituir o método proposto por um gênero novo." (Poirier, 1981:16). Volney tem como propósito fundar a ação positiva sobre dados científicos. Tal avaliação coincide com a análise de Paul Claval ao delinear os diversos componentes responsáveis pelo surgimento da Geografia moderna, particularmente da Geografia humana. Ele afirma que seu princípio está na "compreensão da diversidade dos homens, ou melhor, das civilizações" o que corresponde a uma abordagem etnológica da geografia e que se tornará científica no final do século XVIII, com Volney. (Claval, P. "La naissance de la géographie humaine" In *La pensée géographique française contemporaine*. Paris, 1972. In: Quaini, 1983:35).

A Geografia surge então tanto apoiada nos tratados naturalistas com abundantes descrições do meio natural quanto nas pesquisas etnográficas.

Paulo Gomes, em sua obra *Geografia e Modernidade*, destaca o marco dos primeiros anos da modernidade pela enorme quantidade de dados e de informações, raramente sistematizadas pela ciência da época, pois a "ausência de segmentação no seio da ciência impossibilitava a análise de certos temas particulares nascidos desses dados. Assim, a partir do início do século XIX, os domínios disciplinares específicos organizaram-se definindo seu objeto próprio em torno destas questões." (Gomes, 1996:149).

A Geografia estava até então atrelada às narrativas de viagens, não possuindo ainda um corpo de interpretação individualizado:

"A geografia humanista e aquela dos filósofos não sabem ainda tratar da marca do homem sobre a natureza. As narrativas de viagem contêm longos desenvolvimentos sobre os modos, os costumes, as crenças dos povos, mas o quadro no qual eles evoluem é freqüentemente passado em silêncio (...). A paisagem é uma descoberta do fim do século XVIII e do XIX. (Claval, Paul. *Elements de géographie humaine*, Librairies Techniques, Paris, 1974, p.34. In: Gomes, 1996:150).

Nas obras que abordam a história do pensamento geográfico, há de certa forma uma concórdia em atribuir a Humboldt o perfil de precursor da sistematização do pensamento da Geografia moderna. Existe uma nítida diferenciação entre os tratados dos naturalistas anteriores a Humboldt e o de sua obra. Como disse Gomes, Humboldt soube reconduzir as tradições das narrativas de viagens e das cosmografias a um novo modelo científico, atualizando-as e considerando as principais descobertas da época:

A modernidade do pensamento de Humboldt se exprime no fato de que ele buscou sistematicamente reunir as tradições das narrativas de viagens e das cosmografias num só conjunto lógico. Encontra-se também, na obra de Humboldt, alguns dos principais elementos que definem a ciência moderna, notadamente um procedimento rigoroso, uma vontade de explicar por meio de generalizações e um método de observação submetido a critérios bem definidos. (Gomes, 1996:160).

A nossa intenção neste exercício é chamar a atenção para o fato de que a metodologia adotada pela Geografia, desde seu início, apesar das modificações sofridas, críticas elaboradas, está baseada naquela já utilizada pelos viajantes e pelos chamados eruditos, ou ainda, como prefere Quaini, pelos *philosophes*. Ou seja, a observação e a descrição, pois as viagens do século XVIII valorizavam a observação direta e a descrição detalhada. O que Humboldt fez foi retomar este procedimento, preocupando-se em elaborar comparações e raciocínios gerais e evolutivos.

Essa característica da Geografia, que também é da etnologia, vai persistir por todo pensamento geográfico clássico, não só naquele denominado determinista, defendido principalmente pelos geógrafos alemães Ritter e Ratzel, mas também na geografia clássica francesa inaugurada por Vidal de La Blache. Aí talvez esteja a maior aproximação da Geografia com a etnografia e também com a enologia.²

Numa Broc atribui aos iluministas franceses - Montesquieu, Buffon, Voltaire, Rosseau, Ramond, Volney - um papel essencial na elaboração do que denomina uma "ciência do homem". Esta ciência englobaria a enologia, a sociologia, a economia e a geografia. Afirma ainda que, no caso da Geografia, o

século XVIII caracterizou-se não só pela coleção de fatos e observações (como ocorreu por exemplo com a enologia), mas é neste período que se percebem os problemas essenciais, tais como gênero de vida, distribuição da população, ação recíproca do homem e do ambiente, e se realiza ainda a discussão a respeito do determinismo.

Segundo S. Moravia, a cultura ideológica difundida pelo iluminismo vai influenciar a Geografia provocando uma verdadeira "torção no saber geográfico" pois são promovidos vários modos de pesquisa geográfica, sendo que as viagens que ocorrerão, em sua maioria, vão ser dentro de uma perspectiva etno-antropológica. E acrescenta:

(...). Não é tanto à geografia física mas, antes, à geografia humana que parece interessar principalmente o saber do final do século. A geografia (...) parece assim adquirir um significado cultural preciso: ela se torna a ciência que se ocupa da casa do homem, do ambiente que dá hospedagem e influencia as obras e os dias do homem. Para o homem, filho da terra, o estudo da geografia e a prática da viagem se tornam desse modo uma exigência primária e inadiável. (Moraiva, S. *Il pensiero degli idéologues*. Florença, La Nuova Itália, 1974, p. 533-535. In: Quaini, 1983:75).

Esse momento de amadurecimento da geografia humana, compreendido entre o final do século XVIII e que, segundo Claval, estende-se até 1860, não se dá de forma linear. Há então uma identificação do evolucionismo com a Geografia, quando Humboldt, Ritter, Ratzel e Vidal propõem uma interpretação dos fatos de evolução e fazem compreender a necessidade das sucessões de civilizações e contemporaneamente as multiplicidades de formas que elas assumem conforme os lugares.

É preciso então que nos detenhamos um pouco nas obras destes autores.

SOBRE OS LEITORES DAS PAISAGENS

Apesar de estarem filiados a correntes distintas da ciência³, Humboldt e Ritter concordam ao definirem o papel do geógrafo: observador da natureza

2 Sem pretender entrar no mérito da discussão sobre os vocábulos, achamos por bem utilizar a anotação feita por Malinowski: "De acordo com um hábito muito útil na terminologia da ciência, utilizo o termo etnografia para os resultados empíricos e descritivos da ciência do homem, e o termo enologia para as teorias especulativas e comparativas." (Malinowski, 1953. In: Durham, 1986: 32).

3 Segundo Paulo Gomes, Humboldt estaria filiado à corrente herdeira da física newtoniana e das ciências naturais a partir do século XVIII e Ritter estaria ancorado na Filosofia da Natureza, dentro de uma concepção romântica. (Gomes, 1996:173).

que experimentava ao mesmo tempo um prazer estético, mas também um prazer intelectual de compreender as leis da natureza. Em ambos os discursos aparece a palavra “contemplação”. Este termo é utilizado para justificar a denominada “dupla ação do olhar”: admirador e curioso. Desta forma,

(...). Não é impossível que o recurso dos geógrafos do início deste século à noção de “olhar geográfico”, como sendo o principal critério para legitimar a especificidade da geografia, tenha tido inspiração nesta visão da “contemplação” nascida de Humboldt e Ritter. (Gomes, 1996:173-174).

Ratzel é considerado um dos maiores responsáveis pela sistematização da Geografia Humana e um dos precursores da Antropologia através da sua obra *Antropogeografia*. Neste tratado o autor põe em evidência o homem, dando ênfase a questões como a da formação de territórios, a da mobilidade do homem no Globo através das migrações e colonizações e a da distribuição dos povos e das raças. O autor pretendeu ainda nesta obra demonstrar a necessidade das relações entre os diversos gêneros de comunidades concebidas como organismos, constituídas em forma de comunidades, com seus meios naturais:

*“Descrever os movimentos da humanidade sobre a Terra e formular-lhes as leis, tal é o objeto da antropogeografia.” (Ratzel, *La géographie politique*, 1987, In: Gomes, 1996:185).*

No entanto, a ênfase dada no trabalho acima é a de um determinismo - tendo como uma das bases o evolucionismo inspirado nos estudos de Darwin - expressa quando fala da influência da natureza sobre a constituição étnica, social e política dos povos, transformando

“a Terra ou o solo em sujeito histórico (a Terra determina, dá, oferece...) e a sociedade ou humanidade (...) em um sujeito totalmente passivo.” (Quaini, 1983:93).

As opiniões sobre a obra de Ratzel são divergentes. Se por um lado este autor é veementemente criticado no campo geográfico, por outro recebe enormes elogios de alguns antropólogos.

Malinowski considera Ratzel o precursor do combate ao evolucionismo, por introduzir a idéia de estudo comparativo entre raças, tribos e culturas.

Acrescenta que é a partir de então que a difusão, “como é chamada a apropriação dos traços da cultura, se tornou o princípio fundamental da explicação etnográfica” (Malinowski, B., *Teoria científica della cultura*, Milão. Feltrinelli, 1971, p.218. In: Quaini, 1983:40). Ou ainda, na opinião de outro antropólogo, R. Lowie, não houve exagero por parte de Ratzel em atribuir poder ao ambiente natural, uma vez que

*(...) sempre alertou contra esse perigo e está ainda mais longe daqueles geógrafos que consideram o clima como elemento determinante de grande importância. Salva-o desta ingenuidade o fato de reconhecer o fator tempo: os imigrados que chegaram recentemente no território não podem estar tão bem adaptados a ele como os indígenas que o habitam há muito tempo. Duas considerações complementares, ele acrescenta, impedem uma resposta automática ao ambiente: o efeito incalculável da vontade humana e a limitada capacidade de invenção do homem, do qual a vestimenta dos fueguinos é um exemplo. Ninguém insistiu mais do que Ratzel sobre a força da história. (Lowie, R. *Histoire de l'ethnologie classique*. Paris, 1971, p.110-111. In: Quaini, 1983:41).*

Estas afirmações feitas por Lowie divergem bastante do que vem se escrevendo sobre a obra de F. Ratzel na Geografia.

A ênfase dada por Ratzel na obra *Antropogeografia* aos movimentos das populações é bastante ressaltada por Durkheim quando este escreveu no “Année Sociologique” uma resenha dessa obra no momento de sua segunda edição. O antropólogo aponta alguns problemas na concepção de antropogeografia de Ratzel, como o do grupo de fatores que o meio físico pode produzir sobre os indivíduos, como o do clima contribuir para formar o caráter nacional, ou ainda da fauna e da flora poderem depender a estrutura econômica. E, finaliza, afirmando:

“Ce n'est donc plus la terre qui explique l'homme, mais l'homme qui explique la terre (...).” (Durkheim, 1900: 554.).

Assim, não há uma concordância nas interpretações da obra de Ratzel. Talvez Malinowski e Lowie tenham se impressionado bastante com a intenção do autor em abordar o fenômeno migratório, uma novidade na época. Isto pode ter provocado certa distorção na análise do seu fundamento teórico. É impossível negar a importância que esta obra exerceu sobre o pensamento geográfico, bem como sobre o antropológico. No entanto, como disse Quaini,

De fato, hoje não podemos ficar contra a crítica do sociólogo-etnólogo M. Mauss, que desde 1905, via claramente como a antropogeografia, em lugar de estudar o substrato material das sociedades em todos os seus elementos e sob todos os seus aspectos, privilegiava o solo, as estruturas físicas e preferia portanto a geografia física à geografia humana. (Quaini, 1983:51).

Assim, se os geógrafos alemães, Humboldt, Ritter e Ratzel evocam desde então a *observação* e a *descrição* para analisarem o meio, entendido como "domínio epistemológico" da Geografia, na geografia francesa este procedimento afirma-se através das manifestações de Vidal de La Blache.

Para Vidal de La Blache, o meio existe como uma manifestação real e concreta, o que o torna objeto de uma investigação científica. A fisionomia é a expressão da singularidade de cada combinação. O estudo do meio corresponde ao ponto de partida da pesquisa geográfica:

(...).Era preciso observar o movimento de seus elementos, suas funções e limites, de forma a realizar o objetivo final, que reside na constituição do conjunto enquanto "todo" organizado. Por isso, como no caso do organismo, parte-se do meio para melhor voltar a ele, no interior de uma seqüência circular. (Gomes, 1996: 200)

A importância da *descrição* e da *explicação* está expressa nas idéias de Vidal de La Blache. Na sua descrição o autor procurava explicar. La Blache entendia que não havia necessidade de criar mecanismos de análise estruturais para explicar os fenômenos em conexão, pois bastava *olhá-los*, uma vez que o que se mostra é o fato em toda a sua complexidade.

O método vidalino apresenta três fases: *observação - descrição, comparação e conclusão*. Desta forma, o início de uma pesquisa geográfica tinha como premissa a observação direta. Tal observação deveria ser produzida a partir do contato direto com a realidade analisada; o pesquisador interrogando diretamente seu objeto. E, para tanto, não é qualquer *olhar*, mas aquele capaz de perceber ligações que o olhar descomprometido jamais verá. Daí a sua defesa das grandes viagens e estadias no campo. Vidal de La Blache insiste sobre a necessidade "de se observar mais e mais diretamente, mais e mais atentamente as realidades naturais." (Vidal de La Blache. *Des caractères distinctifs de la géographie*. In: Annales de géographie, p.299; In: Gomes, 1996:210).

A *observação* acompanhada de uma rica *descrição* de cada paisagem é o grande mérito de Vidal de La Blache, em especial ao tratar dos diferentes gêneros de vida, enfatizando o tipo de nutrição e dos hábitos das comunidades em relação com o meio em que vivem:

(..).se introduziu entre os agrupamentos um novo princípio de diferenciação; porque, os modos de vida, pelo tipo de nutrição e pelos hábitos que implicam, são, por sua vez, uma causa que modifica e modela o ser humano. O Esquimó, pescador de focas, saciado de óleo, e, por virtude deste regime, com as camadas adiposas da epiderme almogadas contra o frio, não se assemelha de modo nenhum aos caçadores tunguse e iakute, nem tão pouco ao pastor lapão, seus congêneres das regiões ártcticas. (Vidal de La Blache, 1954:172).

Vidal ainda defende que a descrição geográfica deve ser variada, conforme seu objeto de análise, não se tratando, portanto, de algo fixo.

Muito embora não se tenha encontrado nenhuma maior alusão aos escritos etnográficos nas obras consultadas, percebe-se nas leituras realizadas uma certa sintonia com os escritos de Malinowski no que diz respeito à abordagem sobre o método e objeto de investigação, bem como sobre a coleta e interpretação de dados empíricos. Há, portanto, nas obras de Vidal, uma fecundidade de descrições que constituem um método de investigação. Como disse J. Sion:

*(...)*esta análise científica só revela toda sua personalidade no momento em que ele acrescenta a ela a alma de sua descrição: a evocação de uma paisagem, não mais analisada, mas sugerida, e a impressão que dela se resgata. Impressão que não tem nada de excepcional, que experimentaríamos muitos viajantes, sensíveis à beleza da natureza e à lembrança do passado; impressão, no entanto, intuição freqüentemente profunda" (Sion, J. *L'art de la description chez Vidal de La Blache*, 1934, p.402. In: Gomes, 1996:211).

Malinowski em "Introdução" (texto retirado do *Argonauts of the Western Pacific*): nele o autor discute o assunto, o método e o objetivo da investigação, expondo de forma bastante precisa o seu método de pesquisa e destacando a importância da observação. Tal procedimento é de suma importância, uma vez que existe uma série de fenômenos impossíveis de serem apreendidos por questionários ou roteiros de

entrevistas, mas que não podem escapar à descrição do pesquisador. E a única forma destes fenômenos serem apreendidos é através de uma observação. É, portanto, para o “olhar atento” do pesquisador que Malinowski chama a atenção. Aquele mesmo (será que é o mesmo?) *olhar* destacado pelos pensadores da geografia clássica.

Há também que se ressaltar um ponto comum entre as idéias de Malinowski e as do pensador francês Vidal de La Blache. Trata-se do entendimento que ambos têm sobre a interpretação dos fatos: a enunciação de leis gerais que regem os fatos e a sua classificação:

“Apenas as leis e as generalizações são fatos científicos, e o trabalho de campo consiste, única e exclusivamente, na interpretação da caótica realidade social, subordinando-a a regras gerais.” (Malinowski, B. Baloma; *The spirit of the death in the Trobriand Islands*, 1954. In: Durham, E. (org), 1986:144).

Ou, como afirma Gomes sobre o entendimento de Vidal: para este era

“(...) preciso observar o movimento de seus elementos, suas funções e limites, de forma a realizar o objetivo final, que reside na reconstituição do conjunto enquanto “todo” organizado.” (Gomes, 1996:200).

Apesar de fortes aproximações entre a Geografia, a Sociologia e a Antropologia, há um certo vazio de diálogo entre elas. Em 1957, Max Sorre expressa muito bem seu entusiasmo com o novo encontro entre essas disciplinas:

Enfim, as barreiras caíram. Muita gente, que antes se ignorava, encontrou-se e conheceu-se. Todos pensaram que uma colaboração aberta era mais proveitosa do que uma desconfiança injustificada e um imperialismo eivado de inveja. Os sociólogos admitiram que os geógrafos eram portadores de duas coisas: o sentido do ambiente total e a experiência da observação direta.

(...) E os geógrafos, por sua vez, perceberam que uma descrição correta não adquiria todo seu significado se os sociólogos não a esclarecessem a partir do interior. (Sorre, M. *Rencontres de la géographie et de la sociologie*, Paris, 1957. In: Quaini, 1983:52).

Max Sorre, responsável por aprofundar a elaboração do conceito de gênero de vida iniciado por

Vidal de La Blache, dá também destaque à *descrição* das observações:

(...)Teremos de citar estes rituais, procissões e preces pelos quais o camponês católico chama a chuva celeste sobre os seus campos ressequidos? Todas essas ações ocupam lugar sob o mesmo título no gênero de vida. Quando descrevemos, não devemos mutilá-lo. Os elementos espirituais contam tanto quanto os elementos materiais, mais acessíveis. E, naturalmente, também contam os elementos sociais: a constituição do gênero de vida é inconcebível fora da atmosfera de uma sociedade organizada. (Sorre, M. *A noção de gênero de vida e sua evolução*. In: Megale, J., 1984:101).

Essas palavras de Max Sorre nos remetem às lições de Malinowski quando este nos diz que na etnografia as fontes são extremamente complexas e enganosas, uma vez que não se encontram em documentos materiais, mas sim no comportamento e na memória de homens vivos.

Interessante perceber o quanto a denominada geografia clássica se aproxima da enologia. No entanto, a partir do processo de renovação da ciência geográfica, houve um rompimento com tal procedimento, quando se taxou aquela geografia de “empirismo vulgar, desprovida de qualquer explicação”

Concordamos com muitas das críticas elaboradas a essa corrente de pensamento. Sem dúvida alguma muito do que se produziu na Geografia foi para servir ao colonialismo europeu e realmente não trouxe enriquecimento para o pensamento desta ciência. Porém, no momento em que a Geografia está mais voltada para a sociedade atual, ou seja, dedicando-se pouco “aos grupos exóticos” ou mesmo às paisagens naturais, como fica o procedimento em campo do geógrafo? A tentativa de incorporar o uso da estatística através dos questionários e mais recentemente pelas entrevistas orais não substituíram o “olhar do geógrafo” e não responderam às indagações do geógrafo quando este sai ao campo.

RESGATANDO O TRABALHO DE CAMPO NA GEOGRAFIA: UM RE-ENCONTRO COM A ETNOLOGIA?

Atualmente as discussões sobre trabalho de campo na Geografia vêm acontecendo de forma refeita, não constituindo um campo de debates entre os geógrafos. Nos trabalhos realizados,

monografias, teses, relatórios de pesquisa, dedica-se pouco espaço para falar sobre o procedimento de encontro com o objeto de estudo ou sobre a coleta de dados. Quando muito ocupa-se algumas linhas na introdução ou apresentação do trabalho. Talvez pela ampla diversidade de temáticas, a Geografia tenha optado por uma não abordagem da questão metodológica, ou, quem sabe, trata-se de um grande receio em falar do empírico.

Porém, cada vez mais percebe-se que a ausência de discussão sobre procedimentos em campo tem deixado o pesquisador iniciante "perdido" desde o momento da descoberta de um objeto de pesquisa até a fase de "entrar em campo para coletar dados". As perguntas são constantes: "O que vou pesquisar?" "Como posso ver uma problemática?" ou ainda, "Como que vou chegar, o que vou coletar, que instrumentos posso utilizar?"

As tão conhecidas excursões de campo realizadas constantemente nos cursos e nas reuniões científicas tornaram-se coisas do passado, com raríssimas exceções. Desde o momento em que se interiorizou a renovação do pensamento geográfico, tomou-se "ao pé da letra" as críticas realizadas às descrições. Isto exterminou qualquer maior aproximação com o empírico, uma vez que este significava mera aparência: precisava-se chegar à essência das coisas. Talvez este tenha sido um equívoco dos geógrafos. Pois, como chegar à essência da realidade concreta deixando de *olhar* para esta realidade? Sem dúvida alguma, o movimento de crítica ao pensamento geográfico foi de enorme grandeza para transformar esta disciplina. Porém, como todo movimento de renovação, alguns caminhos foram mal percorridos, talvez por significarem um encontro com a postura anterior, que se pretendia apagar. Assim, deixa-se de perceber algumas grandezas naquele pensamento que poderiam ser resgatas, melhoradas e, quem sabe, superadas.

Saber *olhar* é imprescindível ao geógrafo, como já haviam alertado os geógrafos clássicos. Evidentemente que este *olhar* também precisa ser renovado, mas antes de tudo aguçado. *Olhar* que se difere do olhar descomprometido de um turista comum. Como explicou Malinowski, é preciso possuir um bom treinamento teórico e "estar familiarizado com os seus mais recentes resultados" porém sem estar sobrecarregado de "idéias preconcebidas". (Malinowski, B. *Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação*, 1953. In: Durham, 1986:32).

Discordamos de Malinowski quando diz que é preciso separar a concepção teórica do objeto obser-

vado. No entanto, defendemos a sua postura no que diz respeito ao perigo em se tentar adequar "o campo à teorias preconcebidas" bem como da importância que o autor atribui "em deixar o campo falar". Estas últimas posturas são fundamentais para o etnógrafo, assim como para qualquer pesquisador que trabalhe com uma realidade.

Nas páginas anteriores tentamos mostrar o quanto a Geografia Tradicional trabalhou a *observação* e a *descrição*, procedimentos herdados desde os relatórios dos viajantes, mas que foram retrabalhados - o *olhar* mudou e o teor das descrições também - tanto nos escritos etnográficos como nos trabalhos dos geógrafos.

Sem pretender entrar no mérito das discussões sobre o trabalho de campo na Antropologia, alguns comentários realizados merecem ser resgatados:

(...). *Observar é contar, descrever e situar os fatos únicos e cotidianos, construindo cadeias de significação. Este modo de observar supõe, (...), um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado.* (Cardoso, 1988:103).

Tem-se portanto como imprescindível um primeiro olhar capaz de perceber algo que um transeunte comum ou um visitante qualquer não vê. A partir daí se dá a observação e a posterior descrição, que deverá ser o mais rica possível. Uma prévia obtenção de dados gerais, como recenseamentos, auxiliam bastante nesta observação. Aquilo que Sorre apontou rapidamente, mas que em Malinowski está explicitado: é preciso "evocar o verdadeiro espírito dos nativos, o retrato fiel da vida tribal". E completa:

(...). A princípio, eu era incapaz de entabular uma conversa mais detalhada ou explícita. Sabia muito bem que o melhor remédio para isso era coletar dados concretos. Assim, realizei um recenseamento da aldeia, elaborei genealogias, esbocei alguns mapas e coletei os termos de parentesco. Mas tudo isso permanecia material morto, que não me ajudava a compreender a verdadeira mentalidade e o comportamento dos nativos, uma vez que eu não conseguia obter deles uma boa interpretação para nenhum daqueles itens, nem

atingir aquilo que poderia ser chamado de “espírito” da vida tribal. (Malinowski, B. *Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação*, 1953. In: Durham, 1988:28).

Nesta citação o autor deixa bastante claro o que significa chegar no campo e tentar colher dados, ou melhor, iniciar a sua observação mais apurada. É um dos instrumentos indispensáveis para o etnógrafo e para o geógrafo é o mapa. Este, se já existente, precisa ser re-elaborado, colocando em evidência o objeto de estudo e, se não, necessita de elaboração e posterior aperfeiçoamento. Além deste, outros instrumentos tornam-se, com o aperfeiçoamento das técnicas, cada vez mais fundamentais para o trabalho de campo, como fotografias locais e aéreas, imagens de satélite, gravações de conversas, filmagens de acontecimentos. Evidentemente que seu uso vai variar conforme o objeto de análise e também de acordo com os recursos disponíveis.

No momento atual, já não existem mais tantas “sociedades exóticas” a serem descobertas, nem por antropólogos e muito menos pelos geógrafos. Isso não significa que os estudos sobre comunidades “primitivas” tenham se esgotado. No entanto, a Antropologia vem se preocupando também em estudar a nossa sociedade. É possível então realizar uma etnografia na cidade?

Eunice Durham (1988) comenta o fato de que a Antropologia, ao estudar as sociedades primitivas, investigando-as como se fossem aldeias indígenas, conseguiu um desenvolvimento bastante fértil. Nestes estudos era possível utilizar os métodos da observação participante, documentação censitária, histórias de vida, entrevistas dirigidas etc. Já nas pesquisas realizadas nas cidades, onde o universo do pesquisador é o mesmo do pesquisado, a observação tende a se tornar mais subjetiva do que objetiva. Porém,

O pesquisador raramente reside com a população que estuda (e se o faz é por breves períodos) e não compartilha de suas condições de existência

de sua pobreza, de suas carências, de suas dificuldades concretas em garantir a sobrevivência cotidiana. Mas busca, na interação simbólica, a identificação com os valores e aspirações da população que estuda. (...). A pesquisa se concentra na análise de depoimentos, sendo a entrevista o material empírico privilegiado. Privilegiando-se dessa forma os aspectos mais normativos da cultura, a técnica de análise do discurso assume importância crescente. (Durham, 1988:26).

Magnani (1984), ao analisar o lazer na periferia de São Paulo, especialmente o espetáculo circense, utiliza a expressão *pedaço* para designar um segmento espacial, demarcado, que exprime um ponto de referência para distinguir determinado grupo de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações:

(...). O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (Magnani, 1984:138).

A experiência que este autor tem ao trabalhar o lazer na periferia de uma metrópole é um dos exemplos que podemos apontar de uma etnologia na cidade. Muito embora tenha que se descartar muito daquilo que Malinowski ensinou, é preciso mais uma vez reafirmar o que o autor frisou: é essencial penetrar no *espírito* da tribo e deixar que ela fale; enfim, esta é a magia dos escritos etnográficos.

Outros exemplos poderíamos dar sobre etnografia na cidade, assim como são várias as discussões sobre este procedimento. No entanto, o que precisa ser resgatado para a Geografia é a valorização da observação, a “magia” de uma descrição e abertura do diálogo sobre trabalho de campo, pois, como já disse um velho “ditado” geográfico: “a geografia se faz a pé, com um mapa e um caderno na mão”

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Ruth. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método” In: *A Aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
DOLFUSS, Olivier. *A análise geográfica*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

DURHAM, Eunice Ribeiro. (org). *Malinowski*. São Paulo, Ática, 1986. (Grandes Cientistas Sociais).
_____. “A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas” In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- _____. *Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole*. São Paulo, 1995. (mimeo).
- MEGALE, Januário. *Max Sorre*. São Paulo, Ática, 1984. (Grandes Cientistas Sociais).
- MORAES, Antônio Carlos Robert de. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- POIRIER, Jean. *História da etnologia*. São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- QUAINI, M. *A construção da geografia humana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- VIDAL DE LA BLACHE, P. *Princípios da Geografia Humana*. Lisboa, Cosmos, 1954
- _____. "Les genres de vie dans la géographie humaine"
In: *Annales de Géographie*, n. 111, XX année, Paris 15 mai 1911.

Endereço do autor: Doralice Sátyro Maia

Av. Afonso Pena, 190, Bessa. 58035-030, João Pessoa-PB Fone: (083) 2451080 9849946
e-mail: doramaia@terra.npd.ufpb.br

Trabalho realizado em abril de 1996 e revisado em abril de 1997.

O COTIDIANO NA PERSPECTIVA DOS RITMOS

Ana Cristina Mota Silva ¹

RESUMO:

Este texto busca entender a noção de tempo-cíclico capturado pelo tempo-linear como modo de reprodução da sociedade e inserção dos indivíduos no Cotidiano, redefinindo ritmos, formas de sociabilidade. No tempo da repetição, do idêntico, procura apreender o irredutível, o resíduo.

PALAVRAS-CHAVE:

ritmo tempo-cíclico tempo-linear.

ABSTRACT:

This text tries to understand the notion of cyclical-time captured by linear-time as a way of reproduction and of individuals' insertion in everyday life, redefining rhythms, and forms of sociability. In the time of repetition and similarity, it tries to perceive what can not be reduced, the residue.

KEY-WORDS:

rythm Cyclical-time lineal-time.

"A aurora sempre nova, frequentemente soberba inaugura o retorno do cotidiano unidade conflitual das relações entre o cíclico e o linear engendra tanto compromissos quanto perturbações."
Henri Lefebvre. (Rythmanalyse)

Qual o sentido nesse trabalho de retomar essa categoria do curso²? Gostaria de registrar uma passagem que muito me inquietou no sentido de pensar um pouco mais a relação homem-tempo. Assim, espero encontrar caminhos para interrogar a sociedade contemporânea.

Qual seria então a noção de tempo sugerida pelo cotidiano? Penso no tempo para além dos limites do mundo moderno, na recuperação da noção de ritmos. Entender o tempo na sua dimensão implica entender o acúmulo de tempos históricos, sua produção e reprodução social. Penso na noção de tempos cíclicos³ no sentido que ela abarca: o tempo da comunidade, no qual existia um sentimento de ser, de viver em grupo, de conhecer os fatos, dos laços consangüíneos, das relações diretas entre os ho-

mens.⁴ É importante ressaltar que não se pretende aqui defender um retorno à comunidade, mas salien-

1 Aluna de Pós-graduação de Geografia – FFLCH-USP.
2 Este texto foi inicialmente apresentado como trabalho final do curso: "Elementos para uma abordagem geográfica do cotidiano" - 1o. semestre de 1997.
3 Para LEFEBVRE, o tempo cíclico está ligado à natureza, aos dias da semana, às noites; o cíclico é em geral de origem cósmica (*Éléments de rythmanalyse*. op. cit.).

4 Vários autores tematizaram a passagem de sociedades primitivas a sociedades mais complexas (SIMMEL, DURKHEIM, TONNIES, WEBER). "É possível, de início, descobrir um elemento recorrente que é o conceito de comunidade, em geral, opondo-se ao de sociedade". (MAGNANI, J.G.C., op. cit.)
Para TONNIES, a comunidade é um tipo de associação que implica na relação baseada na consanguinidade - família, relações primárias - de rigidez social. Com o rompimento dessa solidariedade, nasce uma sociedade que se caracteriza pelas relações de trocas de equivalentes, ou seja, a perda de autonomia da economia doméstica para a produção voltada para o mercado.
Já com SIMMEL surge a idéia de homem e indivíduo. O autor questiona a predominância do espírito objetivo sobre o subjetivo e descobre o individualismo e a *psiqué* individual - faz a passagem da aldeia - cidade - metrópole. Na aldeia existe o tempo para conhecer os fatos e o tempo de colheita. O homem metropolitano é ordenado no tempo e fundado na troca universal formas anônimas da cidade industrial. Nesse sentido, a metrópole aparece, para SIMMEL, como um campo de lutas onde o indivíduo assume uma determinada forma de fazer parte. DURKHEIM recorre à mesma problemática quando discute solidariedade mecânica e orgânica. Esta última resulta da divisão social do trabalho. Usa a cidade como exemplo do lugar das especializações. Para este autor o que vem antes é a comu-

tar que as novas formas de produção - que implicam numa repetição linear - simulam o ciclo cósmico como aquilo que inaugura sempre um retorno ao idêntico. É como se o cósmico não existisse, restando-nos apenas a possibilidade de nos tomarmos cada vez mais exatos, menos espontâneos.

Com a divisão social do trabalho, a passagem da solidariedade mecânica para orgânica⁵ implicou na extensão das relações capitalistas de produção à toda sociedade, na dissolução das antigas relações. As novas são determinadas pelos novos valores - da mercadoria - dos de troca e de uso. A mercadoria substitui as relações diretas entre os homens: separa-se o trabalho intelectual e manual, sujeito e objeto... Assim,... *a mercadoria arrebatou tudo - o espaço social e o tempo social dominado pelas trocas, tornando o tempo e o espaço dos mercados, eles entram nos produtos ainda não sendo coisas, mas determinando ritmos*⁶. Ritmos que não dizem respeito às necessidades imediatas do corpo, mas à construção do mercado, coisas de ordem distante. Assim, perde-se (aliena-se) o entendimento do próprio processo do trabalho. O próprio corpo torna-se *repetição*⁷, monotonia, cansaço e

nidade, festas, orgias. WEBER, ao fazer esta passagem, sofre um desencantamento pela cidade ao descobrir a cidade das trocas, racionalizada, e a desintegração do antigo modo de vida. Assim, para este autor, a racionalidade é o princípio que vai explicar o mundo ocidental (racionalidade/universalização). A modernidade surge com a racionalidade, a burguesia urbana se libera do príncipe, a ciência da magia. O autor usa o método histórico comparativo para a análise da cidade; cidade medieval (Baixa Idade Média), cidade-Estado; e tem o econômico como um dos elementos principais.

5 Durkheim, quando faz a passagem da solidariedade mecânica para a orgânica (esta última surge com a divisão social do trabalho), nos permite verificar as diferenças das sociedades pré-capitalistas com relação à capitalista. Destaca, nesta última, a mediação dos sujeitos pelas "coisas". Contudo, não discute os elementos que produziram as transformações das sociedades pré-capitalistas, não havendo a compreensão do movimento de passagem de uma para outra (muito embora seja possível verificar que o trabalho nas sociedades anteriores era carregado de um "conteúdo sensível"). Assim, se nas relações pré-capitalistas o trabalho era uma atividade imposta pelas necessidades imediatas dos indivíduos, "porém precisamente por isso nenhum dispêndio abstrato de força de trabalho e nenhuma atividade social que traz em si sua própria finalidade" (KURZ, op. cit. 25), as novas formas de produção da sociedade atual invertem a lógica das necessidades, realizando-as segundo a lógica do tempo da produtividade.

6 LEFEBVRE, Henri. *Éléments de Rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris, Syllepse, 1992 (p-15).

7 Para LEFEBVRE, a vida cotidiana é também a repetição dos mesmos gestos: levantar-se pela manhã, preparar o café, sair, correr às ruas, as mesmas a cada manhã, atravessar as praças, as mesmas, tomar o metrô, perder-se entre a multidão, ler o periódico, entrar pela mesma porta, o mesmo escritório, a mesma oficina, sabendo que é necessário continuar. "Introducción

seu sentido não se explica apenas pelas sensações de quem vive o trabalho industrial.

O não entendimento desse processo social pode ser vivido miticamente no trabalho. Para o artesão a consciência do processo de realização da produção é capturada de modo invisível pelos novos meios de produção. Desta forma, perde-se o sentido do trabalho para o trabalhador. A este já não cabe mais pensar o sentido de seu trabalho, mas interpretar ritmos, acompanhar a velocidade da máquina. A dilaceração do corpo no seio da fábrica significa também sua transformação em instrumento automático da linha de produção. Nesse sentido, ocorre tanto a sujeição formal como a real do trabalhador. É neste movimento de alienação do processo de trabalho que as formas míticas de vivê-lo podem aparecer, como descreve Martins na "Aparição do Demônio na Fábrica" de ladrilhos de São Caetano do Sul - SP. A resistência surgida com a aparição do demônio na fábrica, para Martins, tem um significado, pois era a reivindicação dos operários para a restituição simbólica da fábrica no tempo cósmico e qualitativo, que fora banido com a completa sujeição de todo o processo de trabalho ao tempo linear, quantitativo e repetitivo da reprodução automatizada, na imposição dos gestos do trabalho parcelar. Uma banalização do trabalho artesanal, mas também a redução da pessoa trabalhadora.⁸ O conflito entre a racionalidade da técnica e operários está também relacionado com a negação do espaço vivido. Os laços de sociabilidade existentes no exterior da fábrica se estendiam no seu interior (relação de vizinhança, sociabilidade direta, ou seja, relações de ordem próxima). Este vivido é então negado pelas novas formas de relações de produção - ordem distante.⁹

Contudo, a noção de tempo cíclico poderia contribuir para o entendimento da sociedade moderna?

Vivemos um mundo linear de (causa e efeito) um ciclo que se submete ao ciclo da reprodução do capital. Trocam-se mercadorias por mercadorias, crescem as cadeias de equivalências (reduzidas da qualidade em quantidade), instaura-se um ciclo vicioso, o ciclo do mercado. O modo de vida da sociedade moderna produzida e reproduzida reduz-se ao imenso consumo de mercadorias. O capitalismo impõe um imenso mundo de imagens, objetos. O indivíduo

a psicossociologia de la vida cotidiana" In: *De lo rural a lo Urbano* (pp-86-87).

8 MARTINS, J.S. "A aparição do demônio na fábrica" In: *Tempo Social* - V. 5 n. 1-2. SP, 1994 (P21).

9 LEFEBVRE, Henri. *Reprodução das relações sociais de produção*. Op. cit.

consumidor, submerso, cria a ilusão de que, ao apropriar-se dos produtos, realiza todas as necessidades. Assim, o indivíduo vive uma eterna angústia, imagina-se “imagens - objetos mercadorias” Percebe-se com isso a imensa ausência de sentido do indivíduo consumidor, fechado em seus bens materiais. Os bens de consumo tomam conta das cidades, invadem as ruas e casas, a vida. E a forma de adquiri-los faz parte da estratégia do capital. Nasce os créditos para o consumo, prolongam-se não somente as formas de pagamento, como a submissão do devedor às lógicas e aos ritmos de trabalho, como “única” forma de solvência das dívidas; equivalência das realizações do desejo. Este, qualitativo (desejo), realiza-se quantitativamente no preço da mercadoria e na forma de relação do indivíduo para com o tempo, agora, tempo de trabalho. O baixo preço destes produtos é tanto condição para sua multiplicação como também para constituição da reprodução da força de trabalho, a produção da mais-valia. O valor de uso, previsto pelo objeto, tem como finalidade não o uso, mas a realização da própria troca. Tal é a condição para que estes bens sejam “socializados”

O capital torna-se definidor da vida humana; o objeto virou somente um meio de acumulação de capital: ao invés de ser um meio de realização da vida humana, torna-se um fim, cria uma diferença ilusória a própria indiferença. O indivíduo enclausurado em suas alienações, reduzido ao tempo-trabalho, tempo-lazer, tempo-livre - ausente - homem limitado para produzir sua espontaneidade. Este homem castrado, dilacerado, torna-se dependente das necessidades do capital, necessidades estas satisfeitas através da propriedade, do ter, em que a apropriação da essência humana e da vida, para Marx (nos *Manuscritos Filosóficos e Econômicos de 1844*), seria a negação desta que recuperasse, então, todos os sentidos: ver, ouvir, cheirar, pensar, observar, sentir, desejar, agir, amar, ou seja, a “desalienação”

O indivíduo incorporado neste *cotidiano* e se realizando também através da presença destas relações em todos os momentos de sua vida, em todos os instantes, tem a possibilidade de se rebelar de modo mais variado, graças a essa presença também variada. Assim, a diversidade das formas de coações implica, talvez, numa diversidade de formas de negações para com essa vida institucionalizada, programada, de sujeitos anônimos, de identidades abstratas, de conflito entre o público e o privado, do natural e do cultural, de generalização do Estado, do homogêneo. Neste encontro de movimentos dialéticos, de ausências, existe uma presença oculta, que é re-

flexo de uma essência da cotidianidade¹⁰: o homem sonha com o tempo do ócio, do não-trabalho.

Existem momentos da vida que não foram capturados, irreduzíveis, que estão submersos no indivíduo. Esse mundo repetitivo que se apresenta como novo dissimula esta sociedade. A sociedade de consumo aperfeiçoa cada vez mais a produção de objetos, iguala os indivíduos como consumidores, simula as relações de classes. Mas, como pensar outras possibilidades diante dessa repetição, o acaso? Assim, *uma repetição engendra uma diferença - a mais pequena de todas, com o menor conteúdo, o mínimo de resíduo*¹¹ e garante que haja também o novo. Esta repetição produz a diferença ao longo de um “tempo específico” A repetição supera a lógica formal, dos números (desvendada de sua representação), objetos, produtos, gestos, práticas, as ações mais simples. *O repetitivo é também o duplo, a duplicação e a reduplicação (...) logo, a simetria e dissimetria, o eco, o reflexo, a imagem. E por que não a máscara? O reflexo enganador?*¹²

Por que o repetitivo torna-se máscara? O reflexo enganador? Penso que seja o princípio de identidade, do idêntico que aparece como igual, por exemplo, os dias da semana, as noites que parecem não se renovar, tomadas pelo tempo linear¹³

Contudo, a diferença é a negação da repetição, quando luta. *Nada de ritmo sem repetição no tempo e no espaço, sem retomada, sem retomo, sem medida. Mas não existe repetição absoluta, o idêntico, indefinidamente (...). Quer se trate do cotidiano dos ritos, das cerimônias, das festas, das regras e das leis; existe sempre o imprevisto, o novo que se introduziu no repetitivo: na diferença.*¹⁴

Pensar o mundo pelo idêntico significa causar a sua própria destruição, reduzi-lo à trivialidade, ao banal, ao homem-trabalho, indivíduo - consumidor, à mimesis¹⁵, negando os estilos, a obra, a atividade

10 A cotidianidade exprime não somente o cotidiano, mas a possibilidade de sua ruptura.

11 Na origem, é irreduzível aquilo que não é capturável pelo sistema econômico - político, pelo processo de homogeneização.

12 Idem. Ibidem. (221)

13 Para LEFEBVRE, tempo linear significa o tempo da prática social, da atividade humana, dos gestos, dos quadros impostos (Cf. *Rythmanalyse*).

14 LEFEBVRE, Henri. *Rythmanalyse*. (p. 14)

15 Mimesis o processo mimético é complexo, comporta uma simulação e, simulando a própria espontaneidade, carrega o ético e o estético. A iniciativa suprimida pode esterilizar a criação e tornar-se apenas repetição. Produzindo simulacros, não discute a verdade, mas busca dar uma precisão que é confundida com o real. Esta precisão é confirmada pelas máquinas. O homem nesta comparação realiza-se como imperfei-

criadora, a originalidade. Mediante isso negaria, assim, as possibilidades e o próprio vivido¹⁶. Seria pensar o mundo pela produção de objetos, coisas que ganham status de sujeitos e dissimulam a produção do tempo, do corpo. Como essa produção muda a vida das pessoas? Como desvendar o cíclico de ritmos quantitativos-qualitativo, racional-natural, possível-impossível? Como encontrar a mortalidade na imortalidade?

Nietzsche, em seu estudo sobre as relações de força, de poderes, põe o acento no indivíduo para entender o mundo. O seu projeto requer uma atenção peculiar no indivíduo e centraliza a discussão no corpo que carrega a prática poética. O repetitivo a partir da poesia, da música e do teatro (da tragédia) recupera então o tempo cíclico, a partir da diferença.

Para Nietzsche, o corpo contém a profundidade, exclui o corpo-máquina; opõe-lhe o corpo-ener-

ção; as emoções, o sofrimento, os sentimentos são tidos como incorreções. Assim, ele busca também se identificar às máquinas (Cf. Lefebvre, Henri. *Metafilosofia*. (Cap.V). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

16 Vivido - que nega a mimesis, que obriga ao desafio e ao combate.

gia, o corpo-poesia, o da música e da dança. *O corpo, desconhecido, ignorado, faculta as suas riquezas sem limites: os ritmos, as repetições (cíclicas e lineares), as diferenças*¹⁷ Assim, o corpo guarda o espaço e o tempo, é produtor do seu próprio devir na prática poética, prática esta de superação, de práticas lúdicas, metamorfoseia de tal forma a vida que coloca a obra acima do produto. A prática poética em Nietzsche celebra a apropriação como possibilidade, ao mesmo tempo próxima e longínqua. Penetra num conhecimento qualitativo, partindo do vivido.

Desejo e corpo - apropriados. Impõe-se ao indivíduo, enquanto possibilidade, apropriação do corpo próprio, corpo total, a recuperação dos gestos espontâneos, da sensibilidade. Assim, busca-se re-encontrar no corpo, lugar da ausência, destituído de sentido, uma energia vital, uma presença, um corpo concreto, ou seja, o vir-a-ser.

17 LEFEBVRE, Henri. "Dossiê Nietzsche". In: *Hegel*. op. cit. (235)

BIBLIOGRAFIA

GRANOU, André. *Capitalismo e modo de vida*. (Trad. Maria Helena Machado). Porto, Afrontamento, s/d.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Hegel, Marx, Nietzsche - ou o reino das sombras*. Lisboa, Ulissea, 1975.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. (Trad. Alcides João de Barros). São Paulo, Ática, 1991.

_____. "Genese et g n alogie du concept" In: *Le manifeste diferencialiste*. Paris, Gallimard, 1970.

_____. "Introducción a la psicossociologia de la vida cotidiana" In: *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Península, 1978 (pp. 85-102).

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "Quando o campo   a cidade: fazendo antropologia na metrópole" mimeo, s/d.

MARTINS, José de Souza (org.) "As temporalidades da história na dialética de Lefebvre". In: MARTINS, J.S. *Henri Lefebvre e o Retorno   dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996. (pp. 13-24).

NASSER, Ana Cristina Arantes e FUMAGALLI, Marlene. "A opressão da equivalência, as diferenças" In: MARTINS, J.S. *Henri Lefebvre e o Retorno   dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996 (pp. 25-38).

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "A insurrei o do uso" In: MARTINS, J. S. *Henri Lefebvre e o retorno   dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996 (pp.71-87).

SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental" In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fen meno Urbano*. Rio de Janeiro, 1987.

WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México, Fundo de Cultura Econ mica, 1984.

Endereço do autor: Ana Cristina Mota Silva

CRUSP BL. E - AP 106 Rua da reitoria n. 109 CEP: 05508-900

São Paulo, junho de 1997.

METRÓPOLE GLOBAL: MARKETING OU REALIDADE? UMA BREVE ANÁLISE PARA A CIDADE DE SÃO PAULO¹

Adriana Bernardes²

RESUMO:

Com o presente trabalho propomos discutir dois pontos centrais que, em verdade, desdobram-se. Primeiramente buscamos ressaltar as acentuadas transformações que vêm passando as metrópoles contemporâneas e, em particular São Paulo, diante do processo de globalização. Indagamos então sobre natureza das relações existentes entre a formação da economia global e as recentes dinâmicas que se estabelecem em áreas metropolitanas. Entretanto, e aqui apresentamos o segundo ponto, interessa-nos tecer uma abordagem que seja constitutiva no âmbito da análise geográfica, o que nos traz uma preocupação metodológica a respeito dos caminhos possíveis para o entendimento da atual realidade metropolitana, na qual, o espaço geográfico o espaço banal seja o norte a nos conduzir.

PALAVRAS-CHAVE:

Metrópole Global Informação São Paulo.

RÉSUMÉ:

Nous proposons la discussion de deux aspects centraux de la réalité métropolitaine d'aujourd'hui. Tout d'abord, nous voulons attirer l'attention sur les transformations importantes que vivent actuellement les métropoles contemporaines et, en particulier, São Paulo, face au processus de la globalisation. Nous allons donc examiner la nature des rapports qui existent entre la formation de l'économie globale et les nouvelles dynamiques qui s'établissent dans les régions métropolitaines. Néanmoins, et deuxièmement, nous voulons faire plutôt une approche constructive de l'analyse géographique. Cela entraîne une préoccupation méthodologique à propos des chemins possibles vers la compréhension de la réalité métropolitaine actuelle, dans laquelle l'espace géographique, en tant qu'espace banal, jalonne cette recherche

MOTS-CLÉS:

Métropole Globale Information São Paulo.

1. APRESENTAÇÃO

As modernizações do presente estão pautadas em importantes alterações na divisão técnica, social e territorial do trabalho, que atinge, hoje, toda a escala do planeta, e tem por base a produção de informações voltadas à crescente racionalização da sociedade. Daí, M. Castells e P. Hall (1994:22) denominarem informacional o novo modo de produção e gestão econômica, em que "a produtividade e a competitividade baseiam-se, de forma crescente, na gestão de novos conhecimentos e no acesso ao processamento de informações adequadas".

A partir dos anos 50, segundo A. Leyshon (1992), emergiram os pactos de uma outra regulação que, atingindo o conjunto da sociedade, veio tratar de organizar as bases políticas e técnicas da globalização econômica. A produção, o consumo e a distribuição, tornados globais, dependem de uma capacidade de racionalização, que também poderia

ser traduzida por uma capacidade de investimento em conhecimento para a produção de necessidades.

Juntamente, são em determinadas áreas metropolitanas que as forças de regulação e organização se instalam, onde as atividades de controle hegemônico encontram o meio geográfico necessário para serem produzidas e aí se concentram. A concepção de metrópole global nasce da análise dessas transformações na economia metropolitana, que não mais tem seu poderio assentado na função de principal pólo industrial do sistema urbano, mas na capacidade de produzir e transmitir informações, conhecimento. Daí também falarmos em um novo arranjo planetário dos sistemas urbanos e suas correspondentes hierarquias.

- 1 O presente trabalho foi redigido em agosto de 1995 e sua primeira versão apresentada durante o I Encontro Nacional da ANPEGE; *Território Nacional e Globalização*, UFSE, setembro de 1995.
- 2 Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana -USP.

2. A EMERGENTE DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO METROPOLITANA

O setor dos serviços ou, mais precisamente, o setor quaternário, que engloba atividades de pesquisa, financeiras, publicidade e *marketing*, consultorias diversas, entre outras, destaca-se como uma das novidades desse período histórico na medida em que engloba, justamente, atividades informacionais. Tratam-se de tarefas fundamentais, cujo papel   gestar e coordenar, apoiadas por modernos meios técnicos unificados de difusão, a produ o da economia global.

Casam-se, agora, novas tecnologias e novas atividades de uma forma até então desconhecida na história. A tendência   descentraliza o global das empresas, a partir de novos sistemas organizacionais e do consumo ampliado   escala do planeta, somente tornou-se possível na medida em que o desenvolvimento científico e tecnológico permitiu a constru o de "sistemas técnicos unificados" que atingem tanto os objetos (vide os chamados *edifícios inteligentes*), como as a es (vide os programas denominados por *reengenharia e qualidade total*).

Ora, tais transforma es atingem não somente a hierarquia do sistema urbano, como o reorganizam por completo. Todo o movimento que altera a divisão técnica e social do trabalho implica também em divisão territorial do trabalho. Milton Santos (1982;40) considera que "a cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela cria o das novas formas para atender as novas fun es, seja pela altera o funcional das formas já existentes. Daí a estreita rela o entre a divisão do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua reparti o espacial."

Vários autores, entre os quais destacamos, J. Friedmann (1976), M. Castells (1986), S. Sassen (1991), A. Shashar (1983), vêm desenvolvendo um vasto campo explicativo a respeito das denominadas metrópoles globais, analisando, principalmente, as novas fun es metropolitanas diante dessa emergente divisão social e territorial do trabalho produzida com a economia global.

Para Saskia Sassen (1991), "as altera es na geografia e na composi o da economia global dos últimos anos produziram uma complexa dualidade: a dispersão da atividade econômica e a manuten o de uma organiza o mundialmente integrada"... e que, "o gerenciamento centralizado sobre uma for-

maço de fábricas, escritórios e empresas prestadoras de serviços, dispersas geograficamente, requer o desenvolvimento de uma gama muito ampla de serviços altamente especializados e fun es de gerenciamento e controle máximos". As metrópoles globais seriam, segundo Saskia Sassen, campos de produ o dessa nova economia.

Já Shashar (1983) define as cidades globais como "regiões urbanizadas em grande escala, os centros de controle e acumula o de capital a nível internacional.....elas teriam seu poder não mais como núcleo de produ o, pois este torna-se cada vez menos importante como veículo articulador do sistema, mas como veículo de articula o financeira, núcleos de pesquisa e desenvolvimento, *marketing* e acumula o de capital. Tais cidades globais formariam o atual sistema metropolitano mundial, cujos exemplos seriam, New York, Londres e mesmo São Paulo."

Poderíamos continuar precisando a defini o de metrópole global, apurando as diferenças conceituais entre os autores que tratam dessa temática, mas queremos, no momento, somente ressaltar que existem elementos de consenso entre as várias análises, e que esses se remetem, justamente, ao papel e ao destaque da presença dos novos serviços, ou setor quaternário da economia, nessas metrópoles.

Estaria ocorrendo, ao longo das últimas décadas, uma refuncionaliza o de certas regiões metropolitanas, onde serviços para a produ o e sistema financeiro são os elementos fundamentais, pois estariam atendendo, a um só tempo, os reclamos de produ o e coordena o de um sistema econômico global, pautado na mobilidade do capital, nas inova es tecnológicas e na habilidade de conceber, organizar, controlar e transmitir informa es. Para Allen Scott (1994;96), o atual desenvolvimento metropolitano "encontra-se efetivamente centrado em torno de densas cadeias de produ o, variadas e ricas em informa o, algumas das quais atinge propor es gigantescas"

Assim, podemos considerar que as metrópoles globais, por concentrarem tais atividades, acabam por fortalecer um novo tipo de economia territorial (P. Veltz, 1990), baseada no trabalho imaterial, cujo poder vem de deterem e produzirem informa es necessárias tanto a dinâmica dos fluxos em escala nacional e mundial quanto a racionaliza o da produ o e do consumo, hoje diferenciado e seletivo.   nesse sentido que J. Bonamy e A. Valeyre (1994;28) apontam o *aprouche* organizacional como

uma mediação frutuosa para os estudos das relações entre serviços e espaço.

3. SÃO PAULO: CONTORNOS E ELEMENTOS DE UM NOVO PERÍODO

Quanto ao caso da metrópole de São Paulo, esta parece inserir-se no cerne do movimento da economia contemporânea, ou seja, São Paulo vem se adequando às exigências e demandas da sociedade global, alterando sua antiga função industrial (se é que podemos considerar a função industrial de São Paulo como sendo antiga, posto que tem menos de um século). Sobre a metrópole industrial vem assentando-se, agora, a metrópole informacional, como demonstra Milton Santos (1994) e Helena K. Cordeiro (1993), entre outros.

Vários são os indicadores destas transformações em São Paulo. Ao analisarmos a estrutura ocupacional da metrópole paulista na década de 80, as sedes de empresas nacionais e escritórios regionais de grupos transnacionais aí localizados, seu poderio como primeira praça financeira do país, a expansão da produção de sofisticados prédios de escritórios, os novos investimentos públicos em infraestrutura, entre outros elementos, percebemos que a atual dinâmica metropolitana relaciona-se à realização de eventos globais.

São significativas as perdas da metrópole paulista no que concerne ao processo de desconcentração industrial. No início da década de 70, a Região Metropolitana de São Paulo era responsável por 76% do VTI do estado de São Paulo. Já no final da década de 80 este percentual caiu para 56%. Ao mesmo tempo, cresce o peso dos serviços na economia metropolitana. O pessoal ocupado no setor secundário da RMSP em 1985 representava 33% do total; já em 1992 eram 26%. Quanto ao setor terciário, o pessoal ocupado representava 66,1% em 1985 e, em 1992, 71%, sendo que as atividades de serviços, em 1992, ocupavam 54% do total do terciário. (EMPLASA, 1994)

Ainda a título de exemplificação: entre as maiores empresas de informática do estado de São Paulo, 73% localizam-se na cidade de São Paulo (Anuário de Informática, 1993). São Paulo responde por cerca de 50% do total de passageiros no movimento aéreo internacional do país (FIBGE, 1993)

Somente o município de São Paulo concentra 70% dos depósitos e 81% do crédito do estado, bem como concentra (relativamente) também as sedes

de todo o setor financeiro do país, suplantando, desde a década de 60, a cidade do Rio de Janeiro. (Corrêa, R.L., 1989 e Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, SEADE, 1993)

Poderíamos continuar exemplificando, ou melhor, apontando outros tantos indicadores, como as empresas de consultoria, agências de publicidade, turismo, eventos variados, centros de pesquisa etc.

As atividades hegemônicas, sediadas em São Paulo, são, hoje, de outra natureza. No dizer de Milton Santos (1993), a metrópole hoje é onipresente, pois encontra-se simultaneamente no centro e na periferia. Por isso Ana Fani A. Carlos (1994:192), discorrendo sobre as funções imateriais da metrópole contemporânea, nos fala de sua nova centralidade que articula, agora, áreas imensas do território. Não mais é a polarização industrial que garante a São Paulo ser a principal metrópole nacional. Podemos então considerar São Paulo uma metrópole global? Estaria São Paulo cumprindo funções de metrópole global?

4. UMA VISÃO HEGEMÔNICA DE MUNDO?

Talvez, reconhecer tal realidade, ou seja, a das mudanças na estrutura ocupacional, o fato de São Paulo ter se tornado primeira praça financeira do país, entre que classifico e quantifico as atividades, estando essas localizadas em determinados pontos do território, talvez não possa entender São Paulo como metrópole global, por comparação ao modelo definido para as grandes cidades dos países ricos. E dessa maneira abandonaria a compreensão da nova sinergia metropolitana na produção da totalidade-mundo. Distanciaria-me de compreender a atual trama das relações presentes na cidade de São Paulo, face a produção da economia global, e que são, por sua vez, também, particulares, específicas.

Relembramos aqui uma importante obra de Milton Santos, "Espaço e Método" (1985). Para o autor, "separada da função, a estrutura conduz ou a um estruturalismo a-histórico e formal, ou a um funcionalismo relacionado tão somente com o caráter conservador de todas as instituições, mas não com o problema da transformação" e, "se levarmos em conta somente a forma caímos no reino do empirismo" Somente o uso simultâneo "das quatro categorias - Forma, Função, Estrutura e Processo - nos permitirá entender a totalidade em seu movimento, pois nenhuma categoria existe separadamente"

Assim, a temática da cidade global deve ser enfrentada com cautela, sobretudo porque envolve,

de um lado, uma importante questão metodológica e, de outro lado, porque permite construções discursivas que transformam a cidade global numa das mais importantes formas de "poder simbólico" hegemônico da sociedade contemporânea.

5. A BUSCA DE UMA ANÁLISE CONSTITUTIVA

É comum encontrarmos nas falas de planejadores- ou mesmo em propostas concretas de planificação, como é o caso do Plano Metropolitano da EMLASA de 1994 para São Paulo-, na mídia e na fala de políticos, o discurso sobre São Paulo ser, agora, uma cidade global, como se São Paulo, New York e Tóquio, por assim dizer, fossem exatamente equivalentes.

O problema, no que concerne à análise, toca na não consideração do espaço real na reflexão sobre a cidade. Aqui, incluímos um dizer de Maria Adélia de Souza (1989) quando ela considera que "o urbanismo brasileiro não tratou o espaço como uma manifestação social. Projetar cidades no Brasil sempre significou considerar as variáveis tamanho, função"

Cabe-nos então, caso desejemos apreender o que é São Paulo hoje, considerarmos que a metrópole é uma totalidade. Mesmo estando aberta ao mundo, adequando-se às exigências da globalização, São Paulo encontra-se mergulhada na pobreza e no atraso. São Paulo é, simultaneamente, local, nacional e global. Aqui, é a totalidade do espaço geográfico que necessita ser considerada. Maria Adélia de Souza (1991;124) nos fala das "conexões geográficas (territoriais), portanto também urbanas" como uma noção importante na apreensão do atual período histórico: "tais conexões geográficas realizam a universalização (totalidade) em tempos e espaços diferenciados do território (singularidade e simultaneidade)."

Assim, do ponto de vista da análise intra-urbana, também não há homogeneização do espaço. Na metrópole configuram-se sub-espacos que concretizam o tempo dos atores hegemônicos, isto é, das grandes empresas realizando os novos eventos.

Partindo da premissa que o espaço, na definição de Milton Santos (1994), "é um conjunto indissociável de sistema de ações e sistemas de objetos" temos que, hoje, as ações e os objetos são crescentemente artificiais, no sentido de que são estrategicamente produzidos para atender às demandas globais. Os espaços constituídos por ações e objetos,

mediados, fundamentalmente, por ciência, tecnologia e informação, configuram-se em sub-espacos hegemônicos. Tratam-se dos espacos da globalização, cujos exemplos mais acabados se encontrariam em algumas metrópoles, onde é seletivamente criado - e de modo muito complexo - o meio técnico-científico-informacional.

As especificidades de São Paulo manifestam-se, pois, em formas singulares de fragmentação. Como explicar que São Paulo viva ao mesmo tempo um processo de involução e um processo de ultra modernização marcada pelo mundo simbólico-globalizado do consumo sofisticado? Como explicar que, numa cidade responsável pela aceleração, a maioria dos habitantes encontre-se imobilizada? Ao considerar as mediações, devemos aqui nos remeter ao conceito de formação socioespacial no intuito de alcançar as relações do lugar com o mundo.

Assim, a metrópole de São Paulo, como Forma-Conteúdo, permite a coexistência de diferentes temporalidades. O meio técnico-científico-informacional em São Paulo, como parte da totalidade metropolitana, possui a primazia de "comando dos processos econômicos e políticos" "A cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade, moderna e seletiva"...são lugares que "retratam a intencionalidade que preside à sua criação" e "cujos paradigmas são os edifícios inteligentes e áreas inteligentes" (Milton Santos, 1994; 76,77).

6. AS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DE UM *MARKETING* DA CIDADE GLOBAL

A ótica da cidade global preocupa-nos, então, quando surge como a própria totalidade metropolitana. Quando o meio técnico-científico-informacional, presente seletivamente na cidade, tende a se apresentar como a própria síntese da cidade, isto é, sob o discurso e a imagem da metrópole global, tornando distante a possibilidade de apreensão da realidade, e viabilizando, como função de *marketing*, a reprodução continuada da Metrópole Corporativa (Milton Santos, 1991).

Tal fato agrava-se, na medida em que, nos espacos hegemônicos, os novos objetos geográficos, além de serem ultrafuncionais, são, mais do que nunca e crescentemente, simbólicos. No dizer de Milton Santos (1979),

"a evolução da forma é agora...função de marketing..., para interpretar corretamente o es-

paço é preciso descobrir e afastar todos os símbolos destinados a fazer sombra à nossa capacidade de apreensão da realidade”.

Ainda, para Ana Clara Torres Ribeiro (1988;20), a “produção de imagens sintéticas que reduz a necessidade de abstração indispensável à apreensão do espaço vivido” pois afirmam-se “interpretações hegemônicas sobre a face moderna que se deseja para a cidade” Henri Lefebvre (1991), ao discutir a produção do cotidiano na sociedade moderna, nos fala do papel regente da racionalidade na organização da própria vida. Segundo o autor, trata-se de “uma racionalidade que toca as raias do absurdo, mas que é ótima na manipulação das coisas modernas” ou seja, possui um fim em si mesma.

Podemos então, para concluir, pensarmos na possibilidade de uma tecnoesfera conferindo produtividade ao espaço, associada a produção de uma psicoesfera, operando na produção de grandes sínteses sobre, no caso, a metrópole; ambas reproduziriam a forma urbana enquanto dimensão simbólica, em nome da racionalidade presente nas sociedades contemporâneas. O racional e o simbólico ganham essa nova dimensão no mundo globalizado.

A metrópole global de São Paulo, expressa pela presença do meio técnico-científico-informacional, é aquela que exclui, segrega e fragmenta-se ainda mais. Possui, além do domínio político e econômico, a força do “poder simbólico” que, no dizer de Pierre Bourdieu (1989), firma-se, “como todo poder simbólico” no “reconhecimento” produzindo “a existência daquilo que enuncia”

Tais espaços hegemônicos apresentam-se como sínteses da cidade, conformando determinada psicoesfera que tende, mediada principalmente pelas ações da mídia, atingir a todos. Para Ana Clara T. Ribeiro (1988:21), “as sínteses são produzidas, sobretudo, pela seleção simbólica de partes do espaço e da vida coletiva e, por sua referência expressiva a totalidade urbana”

Dessa forma, a noção de cidade global esparra-se pelo cotidiano; vai aos poucos tornando-se banal, inclusive entre aqueles que se propõem entender e planejar as cidades, o que, em última instância, representa justamente investir conhecimento para a produção e o uso eficaz da tecnoesfera, garantindo a fluidez necessária às ações globais, em detrimento de toda a cidade.

Tal é o *marketing* da cidade global. E esse é tão real quanto mais a cidade vai se tornando seletiva, rígida e global, pois “as relações de forças objetivas tende a reproduzir-se na relação de forças simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência das relações de forças” (Pierre Bourdieu, 1989;145)

O grau de complexidade do mundo vivido cotidianamente - a própria existência, enfim - toma uma nova dimensão quando habitamos cidades, em cujo espaço estão presentes grandes objetos que foram antecipadamente e estrategicamente elaborados para serem as formas a realizarem os eventos globais. Mas o meio técnico-científico-informacional de São Paulo convive simultaneamente com distantes periferias miseráveis, com arcaicos sistemas produtivos locais, com a lentidão da cidade do começo de século que, juntos, tecem a totalidade metropolitana e fazem sua força.

Ernest Cassirer (1991) nos diz que o homem ao invés de ser um animal racional é, sobretudo, simbólico. Aqui inserimos todo o universo de subjetividades que são atingidos pela produção de imagens à serviço do consumo que é, hoje, universal, possibilitado por sistemas de ações e sistemas de objetos extremamente intencionais, racionais e simbólicos. Estamos, enfim, diante de mudanças qualitativas da sociedade, que exige de todos esforços redobrados e novas experimentações para a apreensão, como caso aqui tratado, das grandes metrópoles contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

ABLAS, L. e RIZZIERI, J. “Funcionalidade da Rede de Cidades Mundiais a Nível Internacional”. São Paulo, FIPE/USP, (mimeo) s/d.
Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1993.
Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, Seade, 1994.

BONAMY, J et VALEYRE, A. “Services, Relations de Service et Organization” In: BONAMY, J et MAY, N. (Eds.) *Services et Mutations Urbaines*, Paris, Anthropos, 1994 (p17-34).
BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro, Editora Difel/Bertrand Brasil, 1989.

- CARLOS, Ana Fani A. "A Natureza do Espaço Fragmentado" In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.; SILVEIRA, M.L. (orgs) *Território, Globalização e Fragmentação*. ANPUR/HUCITEC, 1994 (p.191-197).
- CASTELLS, M. e HALL, Peter. *Las Tecno-polis del Mundo. La Formacion de los Complejos Industriales del Siglo XX* Madrid, Alianza Editorial, 1994.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio Sobre o Homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana*. (1944). São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- CORDEIRO, Helena. K. "A Cidade Mundial de São Paulo e o Complexo Corporativo do seu Centro Metropolitano". In: SANTOS, M. et alli (orgs). *O Novo Mapa do Mundo: Fim de Século e Globalização*. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1993.
- CORRÊA, Roberto. L. "Concentração Bancária e os Centros de Gestão do Território" In: *Revista Brasileira de Geografia*, V.51(2), Rio de Janeiro, 1989.
- EMPLASA *Plano Metropolitano da Grande São Paulo. 1993/2010*. São Paulo, EMLASA, 1994.
- FRIEDMANN, John and WOLFF, Goetz. "World city formation: un agenda for research and action" In: *International Journal of Urban and Regional Research*, v6(3), 1982 (p.311-343).
- LABORIT, Henri. *Société Informationelle. Idees pour l'autogestion*. Paris, Cerf, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Ática, 1991.
- LEYSHON, Andrew. "The Transformation of Regulatory Order: regulating the global economy and environment" In: *Geoforum*, V33(3), 1992, (p 249-267).
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Rio-Metrópole. A Produção Social da Imagem Urbana*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP/FFLCH/Dep. de Ciências Sociais, 1988.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo, HUCITEC, 1988.
- SANTOS, Milton. *Metrópole Corporativa Fragmentada. O Caso de São Paulo*. São Paulo, Nobel/EDUSP, 1991.
- SANTOS, Milton. *Por uma Economia Política da Cidade*. São Paulo, HUCITEC/EDUC, 1994.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo. Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. São Paulo, HUCITEC, 1994.
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Toquio*. Princeton University Press, 1991.
- SASSEN, Saskia. "El complejo urbano en una economía mundial" *RICS*. nº139, mar, 1994 (p 55-70).
- SCOTT, A. "A Economia Metropolitana. Organização Industrial e Crescimento Urbano" In: BENKO, G. e LIPETZ, A. (org.) *As Regiões Ganhadoras. Distritos e Redes. Os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Portugal, Celta Editoral, 1994.
- SHACHAR, A. "A Cidade Mundial e sua Articulação ao Sistema Econômico Global" In: BERTHA, B. et alli (org). *Abordagens Políticas da Espacialidade*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. "A Metrópole Global: Uma Reflexão Sobre as Transformações no Nível Intrametropolitano" *Seminário Metropolização e Sociedade*. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ/ANPUR, (mimeo)1993.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. "Conexões Geográficas. Um Ensaio Metodológico" (Uma versão ainda preliminar)" In: *Boletim Paulista de Geografia*, n 71, AGB, S.P. 1992.
- SOUZA, Maria Adélia A. de. *Governo Urbano*. São Paulo, Ed. Nobel, 1988.
- TOMELIM, Mário. *O Quaternário: seu espaço e poder*. Brasília, Ed UNB, 1986.
- VELTZ, Pierre. "Nouveau modèles d'organisation de la production et tendances de l'économie territoriale" In: BENKO, Georges. *La Dynamique spatiale de l'économie contemporaine*. Paris, Éditions de L'Espace Européen, 1990 (p.53-70).

Endereço do autor: Adriana Bernardes

Diógenes Ribeiro de Lima, 2001 Bloco 84 apt. 9 Alto de Pinheiros São Paulo, CEP: 05458-901 Tel: 8183775 (Laboratório de Planejamento USP)

A COMUNIDADE SINSEI E A (U)TOPIA DA PRODUÇÃO COMUNITÁRIA CAMPONESA¹

Valéria de Marcos²

RESUMO:

Formada por imigrantes japoneses no interior do estado de São Paulo e fruto da cisão da Comunidade Yuba, a Comunidade Sinsei vem mostrando, ao longo de seus 41 anos de existência, que a **(u)topia** da produção comunitária camponesa, mais do que **viável**, é **possível**. O presente artigo trata, de forma sintética, de sua origem, de sua forma de organização baseada no tripé assembleia, caixa comum e religião das atividades econômicas que realiza, da forma como vem construindo sua geografia e das perspectivas para o futuro da comunidade.

PALAVRAS-CHAVE:

produção comunitária comunidade (u)topia camponês, identidade

ABSTRACT:

Being made up of Japanese immigrants in the countryside of the state of São Paulo, and originated from the split of the Yuba community, the Sinsei community has been demonstrating, for its 41 years of existence, that the *(u)topia* of the peasant's community production is possible rather than feasible. This article deals briefly with its origin, its organization based on the triple group assembly, common fund, and religion its economic activities, the construction of its geography, and the perspectives for the future of the community.

KEY-WORDS:

comunitarian production community (u)topia peasant identity.

*"... E quero falar com o dono. Mas aqui não há dono
O chefe ... Também não há chefe"* Afonso Schmidt

A Comunidade Sinsei, formada por imigrantes japoneses e localizada no município de Guaraçai-SP, é fruto da desintegração de uma outra comunidade - a Comunidade Yuba, liderada por Issamu Yuba - face a uma série de sucessivas crises ocasionadas pelas manobras financeiras mal sucedidas do líder e que culminaram na intervenção do Banco América do Sul e na decretação de sua falência, em 1956.

Diante da necessidade de desocupação das terras da antiga comunidade, seus integrantes foram levados para a Fazenda 320, de propriedade do então Prefeito do Município de Guaraçai-SP, José Marques, com a condição de que Issamu Yuba não fosse mais o líder da comunidade.

Issamu Yuba, que estava em São Paulo a procura de um novo credor na ocasião da decretação da falência, ao retornar para a comunidade e tomar ciência da situação, tenta reverter o quadro e, convocando uma reunião, propõe a saída da fazenda para que não viessem a se tornar, em suas palavras, "*escravos de baiano*". Porém, apenas metade dos inte-

grantes da antiga comunidade cedem a seu apelo e retiram-se da fazenda, levando consigo pertences que, a rigor, eram de propriedade da fazenda³. Os demais permaneceram na fazenda e decidiram começar uma vida nova. A nova comunidade nasceu, pois, da necessidade de uma outra forma de gestão, capaz de assegurar a seus integrantes uma estabilidade/auto-suficiência que até então não haviam conseguido alcançar.

O primeiro passo foi a realização de uma reunião presidida pelo então reverendo, na qual decidiram continuar trabalhando comunitariamente, porém

- 1 Trata-se do resumo da segunda parte de nossa Dissertação de Mestrado, intitulada *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*, defendida e aprovada no Depto. de Geografia, FFLCH USP, em 15.10.96, sob orientação do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.
- 2 Profa. Assistente do Depto. de Geociências - CCEN UFPB.
- 3 Para maiores detalhes, ver: MARCOS, Valéria de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. São Paulo, Depto. de Geografia FFLCH USP. Dissertação (Mestrado), 1996, 400 p.il.

buscando auto-conduzirem-se de uma forma mais democrática, com comprometimento e participação de todos nas decisões adotadas, sempre sobre uma base de *liberdade e respeito mútuo*. Outras decisões importantes foram adotadas, tais como a opção pela realização de *assembléias* ordinárias mensais com direito a participação/manifestação de todos os integrantes indistintamente; a manutenção do sistema de *caixa comum*, alterando-se, porém, a forma de acesso ao mesmo, e a própria escolha do nome da nova comunidade: *Sinsei*, que significa *vida nova*.

A comunidade permaneceu na Fazenda 320 durante cinco anos, trabalhando como parceiros-meeiros no trato do cafezal. Em virtude das dificuldades enfrentadas pela fazenda (fruto da falência da Comunidade Yuba), a Comunidade Sinsei retirava apenas parte do dinheiro a que tinha direito semanalmente, ficando o restante em haver, e toda melhoria no padrão de satisfação das necessidades de seus integrantes se deu a partir do aumento da auto-exploração de sua força de trabalho, forma pela qual conseguiram realizar uma pequena poupança de onde obtiveram parte dos recursos necessários para a aquisição de uma pequena gleba de 10 alqueires também em Guaraçaí-SP (próximo à fazenda), onde hoje encontra-se a sede da comunidade. Decorridos os cinco anos, a comunidade transferiu-se para esta área, passando a trabalhar em proveito próprio sem, contudo, conseguir realizar o acerto final de contas com a fazenda, que alegou não possuir nenhum registro.

Na ocasião da transferência para a sede definitiva, a comunidade pôde contar com o apoio do Prof. Fujisaki⁴, que orientou-lhe sobre como organizar uma propriedade e formular um plano - o *shikumi* - para a mesma. De acordo com ele, a comunidade - bem como toda e qualquer propriedade - deveria possuir uma cultura principal, que deveria, ao mesmo tempo, contar com um mercado seguro e adaptar-se bem ao local. Outras atividades poderiam ser escolhidas livremente, desde que se levasse em consideração a utilização racional da força de trabalho dos camponeses ao longo do ano. Quanto mais as atividades se complementassem, melhor seria para os trabalhadores, tanto em termos de aproveitamento da própria atividade, quanto em termos de aproveitamento de sua força de trabalho, bem como na redução da dependência em relação ao mercado. Sob

esta perspectiva o Prof. Fujisaki alertava para a necessidade de se pensar em termos *qualitativos* e não apenas em termos *quantitativos* e, mais do que isto, ressaltava que a busca da qualidade pressupõe um importante fator a ser considerado: o tempo. Ao levar isto em consideração, estariam praticando uma agricultura que “cresce, engorda e frutifica” uma agricultura que *futoru*.

Seguindo tais orientações a comunidade não tardou a alcançar seu objetivo principal: a estabilidade e a segurança financeira. Em pouco tempo havia mais benfeitorias, como o barracão da sericultura (onde está localizado o palco para as apresentações das *Festas de Natal* e onde são realizadas as cerimônias religiosas de casamento), o curral, um anexo para a oficina, o chiqueiro, a casa dos visitantes, novas instalações para a avicultura poedeira, barracões para uso da avicultura e da suinocultura (para o preparo da ração) etc; além da formação de pomares e dos canteiros da horticultura. Em 1969, adquiriram uma outra área com cerca de 30 alqueires, distante 2 km da sede, onde funciona a hataque⁵.

Por fim, para regularizar sua situação e poder contribuir com a Previdência Social, a comunidade foi registrada juridicamente como uma sociedade civil, revestindo a forma de uma sociedade mercantil por quotas de responsabilidade, através de contrato firmado em 01 de fevereiro de 1969, passando a receber o nome *Sinsei - Sociedade Agrícola Guaraçaí - Sociedade Civil - Shimizu & Cia. Ltda.*

Para garantir um bom funcionamento, a comunidade estruturou-se sobre o tripé *assembléia, caixa comum e religião*. A *assembléia* é o *locus das decisões*, local onde são traçados os caminhos a seguir e a melhor forma de percorrê-los. Os assuntos discutidos são os mais diversos: da construção de um poço artesiano à ampliação da avicultura poedeira; da doação de dinheiro como colaboração para a construção do hospital municipal à aceitação de contribuição em dinheiro para que algumas crianças fiquem hospedadas na comunidade, a fim de cursar o ginásio em Guaraçaí-SP; da ampliação/ inovação à redução/interrupção de alguma atividade⁶, sobretudo se gerar um aumento dos gastos/redução

5 A unidade territorial composta pela roça propriamente dita. O termo, que significa “roça”, é empregado tanto para referir-se à área toda - de forma a diferenciá-la da sede - como para identificar cada uma das culturas ali presentes (a horticultura, a fruticultura e a cultura de cereais).

6 Para a condução cotidiana das atividades às quais dedicam-se, seus responsáveis têm total liberdade de decisão.

nos rendimentos que possam vir a comprometer o caixa da comunidade; ou seja, tudo é discutido/decidido em assembléia⁷ Porém, ao longo dos anos, a participação veio sofrendo queda significativa. Entre os motivos apontados para a evasão - da assembléia em um primeiro momento e da comunidade em um momento seguinte - os mais comuns foram o uso da palavra/aceitação da opinião sempre das mesmas pessoas e a barreira feita pelos mais velhos aos projetos de ampliação das atividades apresentados pelos mais jovens.

A comunidade, por sua vez, não assistiu a essa alteração sem reagir: inicialmente houve a substituição da "Diretoria"⁸, que passou a ser composta por membros menores de 50 anos e, como esta medida não surtiu o efeito desejado, houve a proposta de que os jovens realizassem suas próprias assembléias onde pudessem discutir os problemas e amadurecer soluções para em seguida apresentá-las nas assembléias da comunidade. Apesar de inovadora, esta proposta também não surtiu o efeito esperado, chegando-se ao ponto do presidente convocar a reunião e não comparecer ninguém. Diante deste fato optou-se por só convocar a reunião quando houvesse realmente algo a ser discutido. É comum, inclusive, passarem meses sem que uma reunião seja marcada.

O *caixa comum*, adotado desde a primeira reunião, assumiu para a comunidade uma outra dimensão. Na ausência de um líder a quem recorrer para solicitar autorização toda vez que houvesse necessidade de realização de um gasto, foi necessário estabelecer uma outra forma de efetivar esta retirada. Para garantir os gêneros de primeira necessidade - de uso comum ou individual - a comunidade organizou um almoxarifado onde se encontram os gêneros mais variados. A retirada é livre mas deve ser comunicada ao tesoureiro para que ele controle o estoque e não deixe faltar o produto.

Para os produtos de uso particular e/ou para outros gastos, o procedimento é outro. A comunidade possui uma conta-crédito em vários estabelecimentos comerciais na cidade. No caso de algum integrante precisar de algo que for encontrado em uma destas lojas, basta adquiri-lo e solicitar ao funcionário que emita a nota fiscal e anote o valor na conta.

Toda segunda-feira o tesoureiro passa saldando os compromissos. Caso seja algo não encontrado nas lojas ou outro tipo de gasto, o integrante deve solicitar a quantia desejada, realizar o gasto e, havendo sobra, devolvê-la ao tesoureiro, para que ela possa ser utilizada pela comunidade. Não há limite de retirada. A única preocupação do tesoureiro é não deixar o caixa estourar.

Por fim, a *religião*, uma importante haste do tripé se não a mais importante responsável pela formação do espírito comunitário/solidário entre os integrantes da Comunidade Sinsei, e de certa forma responsável por sua existência até os dias atuais. A necessidade de saber perdoar os erros do próximo, compreender e respeitar suas diferenças, bem como a perseverança e a paciência foram virtudes que o antigo reverendo, apontado por muitos como seu *líder espiritual*, salientou e buscou incentivar entre os integrantes da comunidade. Para tal, além de um acompanhamento espiritual, realizava cultos semanais. Após seu afastamento das atividades, houve uma diminuição na frequência de realização dos mesmos, de forma que atualmente os cultos são quinzenais e realizados com a ajuda de dois reverendos de fora da comunidade, com comunhão em apenas um deles. Além dos cultos, são realizados também estudos bíblicos, escola dominical, ensaio de cânticos religiosos etc, e, nas férias, os jovens costumavam participar das Escolas Bíblicas de Férias realizadas pela Igreja.

Porém, se por um lado tais ensinamentos contribuíram para a solidificação da comunidade, por outro inibiram a prática do diálogo franco entre as pessoas, sobretudo entre aquelas de gerações diferentes. Diante da necessidade de "saber perdoar" muitas pendências, que uma boa conversa resolveria, ficaram sem solução. A própria transmissão oral da história da comunidade também deixou de ser realizada. Como a idéia defendida era a de que o aprendizado decorreria da experiência vivida por cada um, a própria história da comunidade se viu perdida pela ausência do diálogo que, a nosso juízo, tal prática desencadeou. De qualquer forma, apesar das dificuldades que enfrentou/vem enfrentando nos últimos tempos (sobretudo a partir do final da década de 80), a comunidade tem mostrado, nestes seus 41 anos de existência, a pertinência/viabilidade/possibilidade real de uma prática de vida comunitária.

De forma a garantir seu funcionamento, a comunidade dedica-se a uma série de atividades econômicas que podem ser divididas em três grandes blocos: as atividades *de produção*, as atividades *de*

7 A busca é sempre a da decisão por unanimidade, mas, no caso da impossibilidade de espera, aceita-se a decisão por maioria.

8 Formada pelo Presidente, Secretário, Tesoureiro e seus respectivos substitutos. A "Diretoria" é eleita toda primeira reunião do ano, mas as pessoas que ocupam estes cargos não têm nenhum poder sobre os demais.

serviço e as atividades *de comercialização*. As atividades *de produção* são responsáveis pelo fornecimento de boa parte dos gêneros agrícolas que a comunidade consome e, ainda, mediante a produção de alguns gêneros destinados ao mercado, são responsáveis pelos recursos para a aquisição dos gêneros que necessita mas que não produz, o que caracteriza um processo de produção simples de mercadoria (M->D->M). As atividades *de comercialização* garantem a obtenção destes recursos da melhor forma possível, seja através da venda direta ao consumidor, seja vendendo a terceiros, ou ainda, em alguns casos, entregando parte da produção a um intermediário. As atividades *de serviço*, por sua vez, são responsáveis pelo bom andamento da comunidade e de seus integrantes e ainda, em algumas épocas do ano, garantem alguns recursos extras-atraves das atividades *de comercialização* - ao caixa da comunidade.

Para o desenvolvimento destas atividades, os camponeses organizam-se ora *individualmente* ora *comunitariamente*, sendo esta última a forma mais comum. Para a escolha das equipes de trabalho que sempre possuem um responsável pelas decisões de ordem administrativa e por sua orientação/supervisão - eles gozam de total liberdade e, uma vez tendo escolhido uma das equipes/atividades e não se adaptando à(s) mesma(s), é possível deixá-la(s) e escolher outra equipe/atividade.

As atividades *de produção* realizadas *comunitariamente* pela comunidade são a avicultura poedeira, a roça da hataque (formada pela horticultura, pela fruticultura e pela produção de cereais); a pecuária leiteira e a suinocultura. Já as realizadas *individualmente* são o trato do cafezal, a plantação de gengibre, almeirão e cabotchá, a horta de salsinha e cebolinha verde, e a sericicultura⁹.

Levando em conta o destino de sua produção, tais atividades diferenciam-se ainda em dois grupos. De um lado, um grupo formado pelas atividades às quais a comunidade dedica-se com o objetivo de comercializar a produção e consumir apenas o excedente (já deliberadamente produzido) e que engloba a roça (em 90% de sua produção, tanto na hataque como na sede) e a avicultura poedeira. De outro, um grupo formado pelas atividades às quais a comunidade dedica-se com o objetivo de consumir a produção

e comercializar o excedente (quando ele existir), e que engloba a pecuária leiteira, a suinocultura e uma pequena parte da roça.

Entre as atividades *de serviço* realizadas *comunitariamente*, somente o setor de serviços gerais (oficina mecânica/carpintaria e outras) possui um responsável. Nas demais atividades, quais sejam, a cozinha e atividades afins (atividades de apoio à cozinha e de preparo para a semana de trabalho) e as atividades gerais (atividades de apoio à comercialização, de limpeza e gerais) as integrantes gozam de total autonomia de ação. Apenas no caso da cozinha é que a equipe - formada atualmente por seis senhoras - divide o serviço por duplas, cabendo a cada uma delas cozinhar para toda a comunidade durante uma semana. Já as atividades *de serviço* realizadas *individualmente* são os serviços domésticos tais como a limpeza das casas, a lavagem das roupas de uso diário da família, costuras, o trato dos jardins etc.

Por fim, para a realização das atividades *de comercialização*, seus responsáveis organizam-se ora *comunitariamente* - para o caso da feira, sendo que, uma vez por semana, recebem o auxílio de outros trabalhadores da comunidade - ora *individualmente*, para os casos da remessa de produtos à quitanda/mercearia em Ilha Solteira-SP, da distribuição de ovos etc.

Durante a década de 70, a comunidade pôde também expandir seu raio de ação para além de seus limites geográficos, através da participação de um de seus integrantes em um programa de desenvolvimento agrícola e fixação do homem no campo. Este programa foi realizado pelo ex-Prefeito Manoel Rodrigues Marques, em convênio com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e o IPPH Instituto Paulista de Promoção Humana.

Além das atividades econômicas, a comunidade dedica-se também a atividades *de cultura e lazer*, de forma a proporcionar a seus integrantes totais condições de crescimento e desenvolvimento, não apenas espiritual, mas também intelectual e físico. Na parte cultural, destina grande atenção à educação, incentivando e fornecendo condições a seus integrantes mais jovens de frequentarem a escola até o 2o. grau, fornecendo aulas de japonês e/ou assinando uma série de jornais e revistas em língua japonesa (produzidos no Brasil e no Japão) e portuguesa. Na parte relativa ao lazer, dedica-se à realização de festividades - religiosas, de casamento, de comemoração dos aniversários da comunidade ou de al-

9 Esta atividade não tem sido mais realizada pela comunidade, mas, durante o tempo de sua realização, o trabalhador era auxiliado, nos momentos de pico, por outros trabalhadores da comunidade.

guns de seus membros, principalmente os mais idosos - e à recreação, com espaço para a realização de jogos de futebol e voleibol e com uma série de jogos em sua biblioteca. Promove também passeios a açudes/cachoeiras em propriedades vizinhas (feitos pelos jovens), PIC NICs e passeios a várias localidades, estes últimos feitos apenas pelas senhoras da comunidade que participam da Fujin Kai - Associação das Senhoras da Colônia Japonesa de Guaraçai-SP etc.

Ao longo de seus 41 anos de existência, a Comunidade Sinsei foi construindo/organizando sua geografia, numa articulação contraditória entre seus *espaços individuais e comunitários* - estes últimos subdivididos ainda em *espaços de produção, de serviço, de comercialização, religioso e de cultura e lazer* que acabou configurando os *territórios da sede e da hataque*.

Antes de tratarmos especificamente destes *espaços e territórios*, convém esclarecermos as bases teóricas que nos levam a estabelecer essa diferenciação, de modo a tornar nossa análise mais precisa. Para nós, "o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho (...).

Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática, dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço"¹⁰

Sob esta perspectiva, os *espaços* existentes na Comunidade Sinsei, sejam eles *individuais* ou *comunitários*, ou ainda *de produção, de serviço, de comercialização, religioso ou de cultura e lazer* são entendidos como os "locais das possibilidades" de ação de seus integrantes, que, de acordo com seus interesses/necessidades, produzem/(re)produzem estes diferentes espaços que, por sua vez, ao se articu-

larem contraditoriamente, dão origem aos *territórios da sede e da hataque*.

"Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori* (...)"

O processo de construção do território é pois, simultaneamente, construção/destruição/manutenção/transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução"¹¹

Os *espaços individuais* existentes na comunidade compreendem tanto os *espaços de moradia* - formados pelas residências de seus membros (compostas por quartos e salas de visitas) e seus respectivos jardins, espaços que são, ao mesmo tempo, *individuais e familiares* - quanto os dois *espaços de serviços*, a saber, o gabinete dentário, onde um integrante presta serviços nos finais de semana, e a lavanderia. Esta, por sua vez, pode tanto ser utilizada individualmente quando as mulheres lavam as suas roupas e a de sua família - quanto comunitariamente - quando a equipe da cozinha e das atividades afins lavam a roupa de uso dos trabalhadores da hataque.

Os poucos *espaços individuais* existentes na comunidade encontram-se concentrados no *território da sede*. Estes espaços (via de regra, os *espaços de moradia*) são utilizados para descanso após o dia de trabalho, para receberem alguma visita principalmente quando trata-se de alguém mais próximo da família (parentes, ex-integrantes, amigos, etc) -, ou ainda para a realização dos serviços de costura das roupas e capas dos futons¹² dos solteiros e dos aventais e panos de pratos de uso da cozinha/lavanderia e/ou consertos (remendos) nas roupas de uso diário para trabalho de sua família. É comum realizarem este tipo de serviço, ou outros (como passar a ferro as roupas "de sair" etc) à noite, quando aproveitam também para assistir TV (nos casos em que possuem), ouvir música ou simplesmente desfrutar

10 RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993, p.143/144.

11 OLIVEIRA, A. U. de. "Ensino de Geografia: horizontes no final do século" In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, AGB, n. 72, p.23, 1994.

12 Espécie de endredon feito pelas senhoras da comunidade.

da companhia dos familiares. Em alguns casos, a recreação após o dia de trabalho - ou aquela realizada pelos netos/netas dos integrantes que visitam a comunidade - também é realizada nestes *espaços individuais* e, em geral, consiste na leitura de jornais, revistas ou livros, na realização de algum tipo de trabalho manual (tricot, crochet, bordado etc), em assistir à TV, em colocar a conversa em dia ou ainda em alguma brincadeira de criança.

Os *espaços comunitários*, por sua vez, ocupam a maior parte dos *territórios da sede e da hataque*. Enquanto o *território da hataque* caracteriza-se por ser um *espaço de produção* por excelência, o *território da sede* caracteriza-se por comportar todos os *espaços comunitários* existentes (*de produção, de serviços, de comercialização, religioso e de cultura e lazer*) e a residência dos solteiros (*espaço de moradia*), composta também por quartos e salas, para receberem visitas. Estes diferentes tipos de *espaços*, articulando-se contraditoriamente, conferem a este *território* uma configuração singular.

Entre todos os *espaços* existentes no *território da sede*, o refeitório merece destaque por possuir várias funções, sendo, pois, um importante *espaço de socialização*. Entre suas mais diferentes funções, porém, uma se destaca, imprimindo-lhe um papel ainda mais significativo. É ele o local onde são realizadas as assembléias e, portanto, onde são decididos os caminhos que a comunidade irá seguir. É ele, pois, o *espaço da decisão*.

Outro fato que merece ser destacado é com relação ao *espaço de moradia*, que ora transforma-se em *espaço individual*, ora transforma-se em um *espaço familiar* ora em um *espaço comunitário*. Os *espaços de moradia* são *espaços individuais* quando garantem a seus integrantes a individualidade/privacidade que nem sempre conseguem assegurar no dia-a-dia de vida/produção comunitária. São *espaços familiares* quando garantem a seus integrantes o convívio com seus familiares, uma vez que, na realização das atividades diárias, nem sempre pais e filhos trabalham juntos. Neste aspecto, o próprio refeitório, que tantas funções desempenha na comunidade, em alguns momentos assume mais esta última função, durante as refeições quando pais e filhos sentam-se próximos ou após as refeições, quando pais e filhos reúnem-se para assistir TV. Por fim, são *espaços comunitários*, quando partilhados por mais de um enquanto local de descanso/repouso. Como podemos notar, tanto o refeitório quanto o *espaço de moradia* são os "locais de possibilidades" de seus

integrantes, que, de acordo com seus interesses/necessidades, produzem/(re)produzem estes espaços de diferentes modos.

Por fim, resta-nos analisar o quadro atual e as perspectivas para o futuro da Comunidade Sinsei. Como procuramos salientar até o presente momento, a comunidade, que teve seu auge nas décadas de 60 e 70, começou a ver esta situação alterar-se a partir das décadas de 80 e 90.

Com a redução concomitante do número de jovens (pelos mais variados motivos) e da capacidade física para o trabalho dos mais velhos, a intensificação da jornada de trabalho a partir de então e consequentemente da auto-exploração da força de trabalho - não pôde mais ser feita da mesma forma, o que fez com que a comunidade buscasse solucionar o problema de três formas: reduzindo o número de integrantes que se dedicavam à atividade, com consequente intensificação da auto-exploração da força de trabalho daqueles que permanecem realizando-a; reduzindo a área cultivada/tamanho do rebanho; ou, ainda, interrompendo (temporária ou definitivamente) sua prática. Também as atividades de cultura e lazer (sobretudo a recreação), e a própria atividade cultural/educacional, sofreram alterações significativas.

Os motivos das saídas, embora diversos, podem ser resumidos à não compreensão/identificação da/com a *(u)topia* que rege a comunidade, traduzida no choque entre os interesses individuais e os coletivos. Também a divergência entre as expectativas dos jovens - mais "ofensiva" buscando ampliar as atividades da comunidade - e a dos mais velhos - que, ao contrário, possuíam uma postura mais "defensiva" de busca da estabilidade - pode ser apontada como um desses motivos, que, de certa forma, inclui-se nos primeiros.

Porém, mesmo negando a comunidade que abandonam, seus integrantes não conseguem dela se desvencilhar e, sendo assim, ela segue, mesmo que inconscientemente, como um importante ponto de referência para os mesmos. Tal fato pode ser observado de duas formas. Em uma delas, quando, diante das mais variadas situações do dia-a-dia, seus ex-integrantes, consciente ou inconscientemente, acabam comparando a situação vivenciada com algo que viveram ou que presenciaram alguém viver na comunidade, e a atitude que adotam - seja de repetição ou de negação - acaba tendo na comunidade sua grande referência. Nestes casos a comunidade serve de *bússola*, apontando um "Norte" para ser seguido ou não.

Em outros casos, ela não apenas aponta o caminho, como transforma-se nele. Nestes casos ela transforma-se em um *porto seguro*, local para onde se corre e onde se está em segurança, sempre que preciso. Tal retorno, porém, não significa necessariamente a retomada de seu lugar como integrante, tampouco o auxílio nas atividades às quais ela dedica-se, embora isso possa vir a ocorrer. Na maioria dos casos, a comunidade é vista apenas como um local de moradia, onde aqueles que retornam fazem suas refeições, descansam e pernoitam, sem que para isto precisem gastar algum dinheiro e/ou auxiliar em alguma de suas atividades. Esta atitude, vale ressaltar, tornou-se constante a partir do final da década de 80 e, embora não agrade a boa parte dos integrantes e/ou deixem aqueles que a praticam pouco à vontade, ela continua ocorrendo sem que o assunto seja discutido, até porque, a nosso juízo, a liberdade com a qual conduzem a comunidade o impede de fazê-lo.

Quanto ao futuro, muitos passos ainda faltam ser dados em sua direção. A crise pela qual ela vem passando, sobretudo nos últimos quatro anos, com a redução cada vez maior de seu quadro de integrantes, tem ocasionado a redução, cada vez mais significativa, do nível de satisfação de suas necessidades, inquietando muitos de seus integrantes. Muitos apontam para a desintegração da comunidade o que, a nosso juízo, não é o único desfecho possível. Ao con-

trário, partilhamos com MARX a idéia de que, se um problema aparece, é porque a solução já está dada. Sendo assim, acreditamos que o mesmo fato que gerou a crise pela qual a comunidade vem passando, contraditória e concomitantemente, gerou também as condições para sua solução. Em outras palavras, se o principal motivo apontado pelos entrevistados como o responsável pelo desinteresse para com a comunidade e a conseqüente *redução na participação/desmembramento* foi a barreira imposta pelos mais velhos nas assembléias, somente a *ampliação da participação efetiva* dos jovens que ainda permanecem na comunidade, de um lado, e o *fim da colocação de obstáculos* por parte dos mais velhos, de outro, pode retirá-la da crise em que se encontra.

A nosso juízo há *tempo* para tudo e, atualmente, chegou o tempo da prática, dos conselhos, das *decisões*. Decisões que ultrapassam os limites da escolha *do que e onde* plantar e chegam ao *o que e como fazer para/pela* continuidade da comunidade. Não há mais *tempo* para *restrições* e, tampouco, para *lamentações*. É preciso partir para a ação. São muitos os caminhos que levam à continuidade da comunidade, mas todos começam com um primeiro passo. É preciso escolher um deles ... e caminhar.

REMANSO: A COEXISTÊNCIA DE TEMPOS/ ESPAÇOS

Rosicleide Alves Moura¹

RESUMO:

O artigo privilegia o cotidiano e, através deste, resgata a história de vida, reproduzida no presente, como experiência para a vida. Aborda a construção da UHE de Sobradinho, cujo lago desalojou milhares de pessoas do Norte baiano, uma das áreas mais secas do Sertão Nordestino. Procura reconstituir aquele espaço de vida, sustentado na combinação rio-vazante-lagoas-caatinga pela sabedoria, solidariedade, sociabilidade e outros traços da identidade sertaneja. Como o Estado promove o desenvolvimento desigual e o desencontro das temporalidades; como as famílias em outros espaços/tempos vividos produzem e reproduzem novas/velhas relações sociais, criando o novo no velho, renovando-o, inovando. Destaca, por fim, a inovação como possibilidade de uma práxis transformadora, pelo resgate de memórias plurais dos excluídos, reafirmando-os como sujeitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE:

cotidiano história de vida espaço vivido história práxis transformadora.

RÉSUMÉ:

Cet article met en valeur le quotidien et, ainsi, récupère l'histoire de vie, en la reproduisant dans le présent, comme une expérience pour la vie. Il parle de la construction de l' UHE de Sobradinho dont le lac a expulsé des milliers d' habitants du Nord baianais, l' une des régions les plus sèches du Sertão Nordestino. Il cherche à reconstituer cet espace de vie, soutenu par la combinaison fleuve-plaine-lacs-caatinga, grâce au savoir-faire, à la solidarité, à la sociabilité et à d'autres traits de l' identité "sertaneja". Comment l' État est le responsable por le développement inégal et des divergences des temporalités; comment les familles dans d' autres espaces/temps vécus produisent et reproduisent de nouvelles/vieilles relations sociales, en créant le nouveau dans le vieux en le renouvelant, en l' innovant. Enfin, cet article attire l' attention sur l'innovation comme possibilité d' une praxis transformatrice à travers la reprise des mémoires de ceux qui ont été expulsés en les réaffirmant comme des êtres sociaux.

MOTS-CLÉS:

quotidien histoire de vie espace vécu histoire praxis transformatrice.

O presente trabalho irá privilegiar um aspecto fundamental da vida humana: o cotidiano e, através deste, resgatar a história passada, reproduzida no presente, como experiências para a vida. O passado que se conhece a partir do presente, para pensar o presente e projetar o futuro. O caminho está, pois, na história e historicidade, sem cair no historicismo. (Lefebvre, 1971, p.242.).

A vontade de realizar esta pesquisa nasceu em 1983, quando tinha 13 anos e quando, pela primeira vez logo após a morte de minha mãe, voltei ao local onde nasci e de onde saí com apenas 01 ano de idade, o município de Remanso, Bahia.

Toda minha vida, na cidade de São Paulo, nas reuniões freqüentes de família, ouvira histórias sobre Remanso. Era como se os acontecimentos do

passado fizessem parte integrante das nossas vidas no presente.

Por isso, nos quinze dias que passei em Remanso, em 1983, fui invadida por uma enorme tristeza, pois procurava, em vão, a fazenda da qual minha mãe e meu avô tanto falavam, contando histórias que aconteciam nos rios, no campo, as festas que eram realizadas na fazenda e que duravam a noite toda, quando não, dias. Os batizados que aconteciam todos na fazenda, a casa da farinha, o gado, as árvores, frutas, tudo tinha desaparecido. A igreja da padroeira da cidade, na qual minha mãe tanta fé tinha, também não existia mais.

¹ Pós-graduanda do Departamento de Geografia da USP.

Só então tomei consciência de que a cidade em que nasci, e que não conhecia, nunca mais iria conhecer, pois estava debaixo das águas represadas do Rio São Francisco, formando o imenso lago da Barragem de Sobradinho.

Eu que conhecia Remanso apenas por histórias, já me sentia privada de algo que era meu, e comecei a entender melhor o cotidiano da minha família e de tantas outras, e a compreender um pouco mais meus sentimentos em relação a Remanso. Quando estive na cidade, foi como se tivessem tirado a minha casa, a qual, através de histórias e pela minha memória, já conhecia cada detalhe.

Uma das minhas preocupações como pesquisadora que trabalha no seu local de origem era separar minha prática científica da minha afetividade, pois corria o risco de olhar apenas por um prisma ou supervalorizar alguns fatos e assim mascarar a realidade como um todo.

Mas, no decorrer do trabalho, percebi que a minha vivência só me ajudava a analisar melhor as entrevistas e a bibliografia consultada e que, na verdade, é impossível fazer esta separação, porque todo pesquisador tem seu próprio ponto de vista, que vem da sua história de vida. Por isso procurei ampliar meus conhecimentos tanto do ponto de vista da cidadã como da pesquisadora, pois um completa o outro.

Portanto, esta pesquisa nasceu da minha vivência e da de meus familiares, com o resgate da história através da memória, mesmo com toda dificuldade que esta apresenta, pois, segundo José de Souza Martins

“... Pressuponho que a memória oculta mais do que revela, pois revela omitindo e deformando. Mas, ao mesmo tempo, proclamo que a memória é um meio de afirmação dos que foram “excluídos” do fazer História. Por meio dela, declaram-se sujeitos e não só agentes do trabalho, peças de máquina, instrumentos da produção. Sujeitos de suas idéias e de suas lembranças. Por meio da memória dão ao pequeno fato a dimensão do acontecimento. E, por aí, no fim, afirmam também o seu desencontro com a História, sua própria história.” (Martins, 1992, p.19.)

Mas foi preciso um trabalho intenso de levantamento e leitura bibliográfica sobre Sobradinho. Foi com surpresa e perplexidade que, conforme ia lendo sobre o processo de mudança da população, na construção da barragem de Sobradinho, fui me inteirando da violência e abrangência deste processo, muito maior do que eu havia pensado.

A coexistência de tempos e espaços nos liga à construção de Lefebvre, para quem “Um espaço é a inscrição de um mundo de um tempo.” (1971, p.211). Por isso, trabalhar com a história passada é compreender parte da produção do espaço atual, pois a história não se perde, se reproduz se transforma no espaço vivido pelo homem.

Espero colocar alguns aspectos da vida cotidiana dos moradores de Remanso (BA), e dos remansenses na cidade de São Paulo, resgatando, com isto, parte da história vivida. Através desta, esperamos compreender e valorizar suas práticas sociais.

Os elementos que influenciam o cotidiano nesses diferentes lugares ligados pelos liames históricos são maiores do que se possa abordar neste texto. O que se pretende com este, na verdade, é suscitar o debate, que vise compreender as transformações no modo de vida, no cotidiano das pessoas e também resgatar o sentido das práticas sociais concretas, em prol de um cotidiano menos sofrido, mais igualitário e solidário.

Para entender o presente, temos que resgatar o passado, sem perder de vista que quando retornamos ao passado já partimos de um presente determinado; portanto, quando recuperamos a história, o fazemos com uma concepção do presente. Nesta relação passado e presente, tento entender, hoje, a produção e reprodução do espaço em Remanso e em São Paulo, entendendo produção no sentido amplo, filosófico, produção da vida humana, através das práticas sociais (Lefebvre, 1974, pg.11).

Meus parentes moravam e moram, na medida do possível, todos perto uns dos outros na cidade de São Paulo e, nos fins de semana, ou quando a família se reúne, os acontecimentos mais falados e comentados são referentes a Remanso. Minhas tias na verdade vivem em São Paulo, mas tentam, principalmente através da memória e da comunicação via carta, resgatar um pouco da vivência que tiveram em Remanso, mesmo sabendo que muitos dos locais a que se referem não existem mais.

Só conseguimos compreender esta sociabilidade de minha família se recuperarmos a história de vida pela qual passaram. Para isto é preciso resgatar o cotidiano de suas vidas em São Paulo e o processo histórico da cidade de Remanso, juntamente com as relações sociais atuais.

Remanso situa-se no norte do Estado da Bahia, uma das áreas mais secas, inteiramente dentro do chamado “Polígono das secas”. As atividades econômicas que sempre ocuparam o maior número de

peças foram a agricultura, pecuária e a sivicultura, sendo estas as principais atividades econômicas do município. Remanso teve seu destino traçado em 1971, quando o Estado tomou a decisão de executar o "Projeto Sobradinho", que consistia na construção da barragem de Sobradinho, que formou um lago de 370 Km de extensão com uma largura de até 40 Km e uma cota máxima de 392,5 m e inundou uma área de 4214 Km², desalojando 72.000 pessoas e deixando submersas as sedes municipais de Casa Nova, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e dezenas de distritos, povoados, fazendas, sítios e ilhas.

Segundo a bibliografia consultada e as entrevistas realizadas, este processo foi violento, pois os moradores não eram informados de nada do que ocorria e tão pouco do destino que os esperava.

A Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), seguindo a meta de um sistema de indenização a baixo custo, considerou como devolutas as terras que não estivessem tituladas e indenizou apenas as benfeitorias, para baratear o custo de sua obra. As pessoas que residiam ou tinham casa nas cidades a serem inundadas seriam transferidas para as novas cidades construídas de acordo com modelos homogêneos, elaborados por construtoras contratadas pela Chesf.

Em situação pior ficaram os habitantes do meio rural, pois sendo as terras na margem do lago desapropriadas, passaram a depender de programas a serem elaborados por órgãos do governo estadual, função atualmente assumida pela Emater-BA e pelo Inbra.

A situação, de 1975/1976, era de um desprezo total pelos habitantes do local, como se realmente estes não soubessem opinar sobre seu destino. Para a Chesf a importância da população era tão pequena que não valeria a pena dar-lhe maiores explicações.

Esta situação ficou comprovada pela bibliografia consultada e pela famosa carta datada de 1972, do Engenheiro Eunápio Peltier de Queirós, diretor de obras da Chesf e ex-constituente de 1946, dirigida ao presidente da Eletrobrás, na época Antonio Carlos Magalhães, na qual sua visão sobre a população é expressa através da concepção que faz da figura do "barranqueiro" típico, segundo ele, da região. Trata-se, de acordo com a carta,

"...de um pobre, subdesenvolvido, sem qualificação profissional, condicionado pelo rio, isolado, auto-suficiente, analfabeto, sem contatos com

os meios de comunicação de massa, limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras, cuja mentalidade não pode evoluir, em suma um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido, um ser desvinculado culturalmente e economicamente do resto do país." (Sigaud, 1986, p. 24).

Diante desta percepção do Estado, não é de se espantar que, um ano antes da barragem ser concluída em 1975, a população nem ao menos soubesse até onde a água chegaria.

Conversando com a população, que hoje reside na cidade "Nova de Remanso" fica claro o quanto está presente na vida de cada habitante o processo da construção da barragem. Processo este que podemos recuperar pela memória ou observando o cotidiano das pessoas, recuperando, ao mesmo tempo, parte da história e da compreensão da produção do espaço da cidade.

Grande parte da população de Remanso atual veio do campo, e, segundo o IBGE, a população urbana que, em 1970, representava 30%, em 1990, passou para 52%. Um exemplo deste processo é o povoado do Riacho, onde morava minha família. Ficava a uns 150 Km da cidade velha de Remanso e também foi inundado. Neste povoado moravam, segundo levantamento da Centru, 07 famílias, sendo a maioria das famílias agregada, e não proprietária. Elas foram expulsas e indenizadas somente por casas de pau à pique que possuíam, algumas fruteiras permanentes e pequenas áreas plantadas com culturas de subsistência. (Centru, 1987, p. 51).

As famílias deste povoado, como outras na beira do Rio São Francisco, praticavam uma cultura onde se combinava a agricultura de caatinga (áreas secas) com a agricultura de vazante (áreas úmidas). Produziam, para sua subsistência, feijão, mandioca, melancia, que vendiam para o mercado regional. Plantavam sobretudo nas áreas de vazante, complementando com uma agricultura de caatinga. Esta combinação era parte constitutiva de todo um sistema de produção e modo de vida que articulava, ainda, a criação de algumas cabeças de gado, cabras, ovelhas e porcos em áreas de criatório comum com a pesca nas lagoas e no rio.

O processo de retirada, como já colocado, foi violento, pois não houve tempo para que buscassem soluções em comum, sendo que no ato da inundação cada qual foi obrigado a escolher por uma das opções oferecidas pela Chesf.

Dentro destas estava a oportunidade de morar em uma das 16 agrovilas, do projeto Serra do Ramalho, à 716 Km de distância de Remanso, onde meu tio Euvaldo foi morar. Segundo este, o transporte da população foi feito em ônibus, as casas eram bem construídas, *“tudo bem arrumado”*, e nos primeiros meses receberam uma ajuda da Chesf, em dinheiro e em sementes para plantar.

Mas como a terra era localizada na caatinga, sem nenhum tipo de tratamento adequado, a plantação se perdia completamente. E com o tempo, os camponeses que foram transportados para longe de suas terras de origem, a maioria de lugares diferentes, não receberam mais nenhum tipo de assistência, chegando ao ponto *“deles comerem até a semente que era para plantar.”*

Dois entrevistados, que vivem hoje da aposentadoria na cidade de Remanso e que moravam no povoado de Riacho, contam que eles viviam como agregados no interior da fazenda, não aceitando a construção da barragem de Sobradinho e, no íntimo, acreditando que as águas não chegariam até as suas terras; continuaram como se nada estivesse acontecendo. Segundo uma das entrevistadas, tiveram que sair com *“a água invadindo sua casa”*, apressados, pois o nível do lago subiu de uma hora para outra, sem que ninguém do povoado fosse avisado.

O resultado é que muitos pertences ficaram debaixo d'água, assim como muitas cabeças de gado, e eles foram praticamente expulsos da terra, indo morar numa casa da Chesf na nova Remanso. Um dos entrevistados, obtendo um lote de 10 hectares na caatinga, luta bravamente contra a seca terrível que assola a região e a total falta de assistência e financiamento por parte do governo. Passa a semana inteira na caatinga, só retornando para casa nos fins de semana. Na última vez que o vi, disse que tinha perdido toda a pequena colheita de mandioca e feijão, mas que iria continuar plantando, *“pois era somente o que queria e sabia fazer.”*

A situação de seu Nilo também é impressionante. Dono de uns 60 hectares de terra, no povoado de Riacho, também não acreditava na inundação, comentava que *“eram só boatos”*. Na recusa completa de sair de suas terras e de aceitar a construção da barragem, saiu retirado por um helicóptero da Chesf, com a água já entrando em sua casa e com muitas cabeças de gado totalmente submersas.

Hoje, seu Nilo ainda não se conforma com a perda de suas terras e conta somente com um filho, pois o restante foi para a cidade grande (São Paulo).

Apesar da aposentadoria, passa a semana inteira nas terras que sobraram na caatinga, plantando mandioca, feijão, mesmo com a incerteza de colher frutos.

João de Moura tinha uma propriedade na qual praticava agricultura de vazante e de caatinga, complementando suas necessidades com a venda de leite, de cera da carnaúba e da pesca praticada o ano todo nas lagoas.

“Seu” João, que nasceu e sempre viveu naquele lugar, não conseguia visualizar a inundação de sua casa e de suas terras (área de várzea e de caatinga). Sofreu pressões insistentes de técnicos da Chesf, até que concordou em ser indenizado somente pelas benfeitorias (principalmente as árvores de carnaúba), pois possuía apenas a posse da terra, e não o título da mesma. Foi encarado pela Chesf como não proprietário, apesar de pagar os impostos ao Incra.

Foram inúmeros os relatos sobre festas, realizadas com o tocador vindo da cidade, que tocava a noite toda, e que duravam dias, pois as pessoas tinham casas na roça, umas perto das outras, e ajudavam-se mutuamente e casavam entre si.

Mas, sem dúvida nenhuma, o que mais afetou as pessoas que entrevistei foi a separação dos familiares, pois, como disse, a maioria morava no mesmo povoado e participava das festas, principalmente as religiosas, muito importantes para os camponeses, como bem está descrito no livro *“Camponeses”* de Margarida M. Moura, no qual ela coloca *“...São os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais. Os feriados nacionais estabelecidos pelo Estado não tem grande significação no meio rural.”* (Moura, 1986, p.22).

Uma das indicações disto é o sentido de perda que transparece nos relatos dos moradores da cidade nova quanto à inundação da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, construída no fim do século XIX e o marco maior da fé da população. Ela era muito importante também para os pescadores, que benzi- am suas embarcações no rio São Francisco, em frente à igreja, na ocasião da maior festa da cidade, a de Nossa Senhora do Rosário.

A fé é tão grande que na ocasião em que o rio baixa de nível, a população atual vai até a cidade velha, de embarcação ou a pé, pedir ou pagar alguma *“graça”* à Nossa Senhora do Rosário, mesmo sabendo que só encontrará os vestígios do que foi a igreja no passado.

A igreja construída na cidade nova em nada se parece com a antiga. Em 1983, na ocasião da

minha primeira visita, reparei que era pequena e os santos ficavam numa sala ao lado, e só uma cruz de madeira permanecia no altar, e não tinha mais as pinturas nem os santos, que eu guardava na memória, apreendidos através dos relatos de familiares.

Hoje, através de reivindicações da população, a porta da sala dos santos foi retirada e alguns santos foram colocados no altar e ao seu redor. A festa da padroeira continua como a principal da cidade, e muitos *"filhos da terra"* voltam, para participarem do evento.

Os habitantes da zona rural, e algumas pessoas que moram em São Paulo com condições de irem para Remanso, passam o ano todo esperando pela festa, ocasião em que vestem suas melhores roupas para participarem da missa, que se transforma numa confraternização com familiares e amigos.

No ano de 1993, tive a oportunidade de participar dos últimos dias dos festejos, apesar de ter muita gente estranha, segundo minha avó (paterna), e da festa ser utilizada como evento turístico e político pelo poder local. Percebi que todos participam ativamente.

A festa passou a ser um meio das pessoas, que foram separadas na ocasião da barragem, conversarem, matarem a saudade e lembrarem o passado, como explicou minha tia Morenita, *"...antes com a igreja velha era muito mais bonito, pois as embarcações ficavam todas em frente à igreja, iluminando rio São Francisco e a cidade."*

"Agora se eu pudesse..."

...

A fazenda tão querida
De meus queridos avós
Ali só tinha fartura
Trago isso na memória
Todo mundo era bem vindo
La no Riacho de fora

Todo mundo conhecia
O senhor João de Moura
Um homem muito querido
Um homem trabalhador
Ali eu tinha orgulho
Por ser ele meu avô

Ali só tinha fartura
E também muita bondade,
Não pensava no futuro

Hoje lembro do passado,
Por isso tenho saudades,
Da terra que fui criado. "
(Moura, 1993, p. 43)

No poema fica presente a saudade da terra onde o poeta foi criado; ele traz na memória a fazenda do seu avô, as relações de vizinhanças, a fartura de alimentos etc. Mas se analisarmos com cuidado as condições de vida da população de Remanso, veremos que, antes da inundação, ela também possuía enormes contradições. Estava presente a exploração dissimulada na condição de agregados, e a grande maioria que morava e trabalhava no campo cultivava a terra mediante o pagamento da renda em produtos ou prestação de serviços; no caso do povoado do Riacho, era o beneficiamento da cêra de carnaúba e a criação de gado para os grandes proprietários, além do voto na época de eleição.

Um migrante em S. Paulo, na falta de mecanismo que lhe possibilite perceber, transformar e se integrar em todos os sentidos da vida às possibilidades do espaço concreto, tenta no seu cotidiano (vivido), recuperar, reviver o convívio com parentes e amigos, reproduzindo o seu modo de vida do passado.

Analisando o presente, tanto da cidade de Remanso como de São Paulo, temos consciência de que elas fazem parte do desenvolvimento desigual do capitalismo, em que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico. (Martins, 1996, p.17).

Portanto, dentro de uma visão horizontal da vida social, temos uma descrição do visível, em que há um desenvolvimento do sistema capitalista desigual. Se nos aprofundarmos em uma visão vertical, perceberemos, que, dentro desse espaço, coexistem tempos diferentes, portanto, cotidianos, e onde o percebido, concebido e vivido fazem de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. (Martins, 1996, p. 21).

Com esta perspectiva, tentamos recuperar o presente no bairro de Pirituba, mais precisamente onde vivem pessoas que tiveram de migrar da cidade de Remanso para São Paulo. A cidade grande, com seu ritmo intenso, aparece altamente abstrata, pois a história de vida que estas pessoas tiveram vinha de um cotidiano completamente diferente; a maioria trabalhava na zona rural e mantinha rela-

ções de vizinhança com parentes e amigos, como diz meu tio: *“eles eram donos do seu próprio tempo.”*

Inseridas em um outro espaço, que impõe um ritmo diferente para as famílias, estas produzem e reproduzem as relações sociais de acordo com seu cotidiano vivido no passado, e, desta forma, todos hoje moram perto uns dos outros em Pirituba, pois é neste espaço que reproduzem no cotidiano (vivido) as relações sociais do passado.

Portanto, no bairro de Pirituba (zona oeste) da cidade de São Paulo, é comum todos se encontram na lanchonete da esquina, principalmente os homens, para conversarem seja sobre esportes seja sobre o cotidiano da família, tanto em São Paulo como em Remanso. As mulheres se reúnem principalmente em casa, conversam sobre televisão, festas e o cotidiano vivido em família. Os chegantes falam com frequência de suas vidas em Remanso, e estão juntando todo dinheiro para passarem lá as férias do ano que vem ou a festa de outubro, da Nossa Senhora do Rosário..

O lazer preferido e possível é, sem dúvida, uma feijoada ou um churrasco no domingo, quando todos se encontram, inclusive com a presença de primos nascidos em São Paulo e que dividem estas reuniões com danceterias do centro da cidade.

Percebemos, através do cotidiano, que estas populações não comentam sobre seu trabalho na indústria ou no comércio, não percebem a dimensão da importância do seu trabalho no cotidiano, não percebem que esse trabalho está inserido na construção da cidade, ocorrendo, assim, a separação do homem e sua obra, pois tanto o homem como sua obra são capturados pelo capital, transformados em mercadoria. (Marx, 1981, p. 125).

Na cidade de Remanso, por sua vez, o que pude perceber é que na construção da barragem de Sobradinho, a intervenção do Estado poderia ter representado a libertação de agregados da subordinação, via moradia, pelo menos para aqueles que se aglutinavam em novos povoados situados fora das fazendas. “Este fato, no entanto, não é objeto de reconhecimento por parte daqueles camponeses...que insistem em afirmar que antes a vida era liberta.” (Sigaud, 1987. p. 225.)

Podemos constatar, pelos exemplos já citados, que os lotes que receberam da Chesf estavam todos localizados na caatinga. As pessoas, além de não terem a possibilidade de plantar com a combinação caatinga/vazante, foram drasticamente separadas do seu núcleo de convívio e de seus parentes.

Na pesquisa que realizei na cidade de Remanso, constatei que a maior parte dos habitantes é aposentada através do Sindicato Rural. As aposentadorias são as maiores fontes de renda da cidade, pois esta até hoje não possui indústria e nenhum projeto de irrigação de grande porte. Os jovens da cidade sofrem com a falta de perspectiva e de opção de trabalho e são altamente influenciados pela televisão, sendo que o único sonho e possibilidade que visualizam é virem para São Paulo, pois na cidade, que vive praticamente do consumo, via dinheiro da aposentadoria e da venda de produtos de subsistência, não conseguem alternativas para sobreviverem.

A visão do Estado, por sua vez, não diferenciou-se muito da visão do engenheiro Eunápio Peltier de Queirós, já citado. Um exemplo foi a entrevista realizada em 1993 com o engenheiro que controlava, e controla até hoje, o nível da água do lago. Ele dizia, na ocasião, que o local escolhido para a barragem se deu por ter *“poucas pessoas no local, portanto não causaria muitos transtornos.”* Um dos problemas que a empresa enfrenta é *“a insistência de algumas pessoas que já foram devidamente indenizadas e continuam plantando no borda do lago, sujeitas a perderem tudo, pois o nível d’água aumenta ou diminui de acordo com a necessidade das hidrelétricas, mas o problema que preocupa mais é a crescente formação de bancos de areia no lago...”*

Fica claro, então, que, apesar de já terem se passado 19 anos as pessoas e suas necessidades ou reivindicações são detalhes insignificantes frente ao mais importante, que é a produção de energia. O que transparece, na verdade, é o desenvolvimento desigual do capitalismo, no qual o capital avança sobre a terra em extensão e profundidade, redefinindo as noções e as práticas do tempo e do espaço, o que não poderia fazer sem a dominação política. (Seabra, 1996, p. 15).

Na cidade de Remanso, como na de São Paulo, há uma percepção de distanciamento e incompatibilidade entre o espaço vivido e a ação do Estado, como se no cotidiano este tivesse pouca importância, pois as pessoas sempre foram excluídas do agir e do interferir da ação do Estado, não interferindo assim também na construção da Barragem de Sobradinho e na falta de serviço básicos de infraestrutura que sofrem no dia-a-dia.

“O estado não representa nada para essa população no sentido de que ela possa visibilizar nele uma interlocução, uma necessidade, ou uma possibilidade de enfrentamento.” (Iokoi, 1996, p.141)

O Estado, por sua vez, captura e expande esse desencontro de temporalidades e exclusão dessas relações sociais em benefício de si próprio e do capital. Mas, ao mesmo tempo em que a população sofre este processo de exclusão no âmbito político, reproduz no espaço vivido relações sociais, e, como não há reprodução sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação. (Martins, 1996, p. 22).

É justamente nesta inovação que se manifesta, dentro de uma relação tempo e espaço, no vivido desta população, a possibilidade de uma prática, na qual sejam recuperadas a humanização e a valorização dos seres humanos.

Para isto, um dos meios é recuperar a história das memórias plurais e não a história linear que vem do projeto de dominação do vencedor. Temos que pensar "quais foram as interlocuções, as pequenas vitórias, as relações desses grupos sociais sobre o projeto de dominação." (Iokoi, 1996, p.142). Portanto, temos que desenvolver estratégias e análises

que dêem a devida importância e dimensão a estas pequenas vitórias, e que mostrem as reações desses grupos sociais. É através dessas pequenas vitórias que resgato as modificações feitas na igreja nova, a insistência dos moradores em plantar mesmo em péssimas condições, ou na borda do lago, onde é proibido, de voltarem à cidade velha quando esta reaparece, ou quando grupos de imigrantes em São Paulo reproduzem e produzem nos espaços vividos novas formas de relações sociais no cotidiano.

São estes pequenos movimentos que mostram que a história não é linear e nem homogênea, mas repleta de pequenas vitórias e derrotas, que modificam, transformam o espaço em uma permanente coexistência de modos, mundo, relações, concepções, que não são por sua vez contemporâneas. É na produção e reprodução deste espaço vivido que as pessoas se afirmam como sujeitos da história e onde nasce a possibilidade de uma práxis revolucionária (Martins, 1996, p. 23).

BIBLIOGRAFIA

- CENTRU. *Poder e Participação Política no campo*. São Paulo, Edição da Cerifa Ltda, 1987
- IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. "Os Dilemas Históricos da Questão Agrária no Brasil" In: *Terra-Livre AGB nº 11-12*, São Paulo, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Península, 1971.
- _____. *La production de l' espace*. Paris, Antropos, 1974.
- MARX, Karl. *Manuscritos; economia y filosofia*. Madrid, Alianza, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *O Subúrbio*. São Paulo, Editora Hucitec, 1992
- _____. "As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre" In: *Henri Lefebvre E O Retorno À Dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MOURA, Margarida M. *Camponeses*. São Paulo, Editora Ática, 1986.
- MOURA, Ronildo Alves. *Destino Sobre Quatro Rodas*. São Paulo, UNG, 1991.
- MOURA, Rosicleide A. *Remanso: A Questão do Tempo e Espaço*. Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1993.
- SEABRA, Odette C.de Lima. "A Insurreição do Uso" In: *Henri Lefebvre E O Retorno À Dialética*. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.
- SIGAUD, L.; COSTA, A.L.M.; DAAU, A.M. "Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado" In: *ANPOCS. Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1987

Endereço do autor: Rosicleide Alves Moura

UFG Departamento de Geografia Campus Avançado de Jataí Rua Riachuelo, 1530.
Caixa Postal 03
CEP: 75800-60 Jataí Go

ONGS AMBIENTALISTAS EM BUSCA DE UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL NO BRASIL - LIMITES E POSSIBILIDADES

Carmem Lúcia Rodrigues ¹

RESUMO:

O presente trabalho objetiva analisar de forma crítica o papel das ONGs ambientalistas brasileiras, tanto no âmbito nacional como no internacional, no período pós-Rio 92. Trata-se de um tema de difícil abordagem face à grande diversidade das entidades, marcadas por um amplo espectro ideológico, por diferentes interesses muitas vezes antagônicos -, e por distintos graus de interlocução, tanto com as comunidades locais quanto com os órgãos governamentais e agências transnacionais de cooperação. Os aspectos da temática ambiental analisados ao longo do artigo expressam a complexidade da questão, indicando alguns caminhos para pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE:

ONGs ambientalismo sociedade sustentável parcerias transnacionais Rio+5

ABSTRACT:

This article focus on the critical analysis of the role of the Brazilian environmental ONGs both in its national and international contexts in the period that follows the 1992 Earth Summit in Rio. It is a theme of difficult approach because of the wide diversity of institutions which are characterized by a large ideological spectrum, and by different and often opposite interests. They also vary according to their degree of dialogue with local communities and with government organizations and transnational agencies of cooperation. The aspects of the environmental subjects analysed throughout the text show how complex this issue is and indicate some research possibilities.

KEY-WORDS:

NGOs environment sustainable society transnational partnership Rio+5

INTRODUÇÃO

No período que girou em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou *Rio-92*, ocorreu uma proliferação sem precedentes das chamadas ONGs ambientalistas no Brasil. Parte dessas entidades, que já vinham há um certo tempo desempenhando um papel significativo no cenário ambiental nacional e internacional, passa a ter grande proeminência, ocupando um espaço privilegiado na mídia.

A crescente legitimidade das ONGs como (suportadas) porta-vozes do emergente movimento ambientalista brasileiro é evidenciada na ocasião do *Fórum Global 92*, megaevento que ocorreu paralelamente à conferência oficial da ONU e reuniu centenas de ONGs nacionais e transnacionais.

Uma avaliação sobre os resultados da Rio-92 foi realizada em março deste ano por representantes de vários governos e da sociedade civil nacional e

internacional no Rio de Janeiro, a chamada **RIO +5**. Grosso modo, concluiu-se que houve uma certa estagnação quanto ao efetivo controle dos impactos ambientais e uso sustentável dos recursos naturais no cenário mundial nestes últimos cinco anos. Parte dos compromissos firmados pelas nações centrais durante a CNUMAD foi ignorada ou transgredida. Por outro lado, o impacto da Rio-92 foi marcante para a aceleração da tomada de consciência pela opinião pública da importância da temática ambiental no Brasil (Viola, 1996:40).² E mais, o principal resulta-

¹ Aluna de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP.

² Viola (1996) compara as posições antagônicas do governo brasileiro nas conferências de 1972, em Estocolmo, e a de 1992, no Rio. Para o autor, o Brasil em Estocolmo "co-liderou junto com a China a aliança dos países periféricos contrários a reconhecer a importância dos problemas ambientais". Pregava-se então o desenvolvimento (econômico) a qualquer custo. Maior prova da mudança de posição do governo brasileiro foi sua postura na Rio-92 que se revelou "bastante sensível aos problemas ambientais". O Brasil passa também a defender que "existe responsabilidade diferenciada pela causa e pela corres-

do do evento foi a *Agenda 21*, que, basicamente, propõe um novo paradigma para o desenvolvimento, propugnando a sustentabilidade ecológica associada à melhoria da qualidade de vida da sociedade. Assim, a questão ambiental vai aos poucos desnaturalizando-se...

Quanto ao universo das ONGs ambientalistas, a fase que se segue ao clímax da RIO-92 foi marcada por uma significativa desmobilização (Bom, 1997:24). Seus principais integrantes retomam suas atividades cotidianas, mais localizadas, e passam a enfrentar um período de grandes dificuldades de ordem financeira. A chamada crise financeira das ONGs sucedeu as mudanças da política cambial do Plano Real e sofreu uma diminuição drástica de financiamentos pelas agências de cooperação internacional, quando foram desviados grande parte dos recursos disponíveis para investimentos em desenvolvimento para a "reconstrução" do leste europeu. Tais medidas ameaçaram e continuam ameaçando - a sobrevivência de um grande número de entidades.

Contribuíram também para uma desmobilização do ambientalismo brasileiro a "crise de governabilidade" (impeachment de Collor) e a consequente diminuição da informação sobre a questão ambiental junto à opinião pública (Viola, 1996:55). Ainda foram desveladas, nesse período de cinco anos após a Rio-92, as principais fragilidades das ONGs ambientalistas.

Mas, não há como negar que o movimento ambientalista brasileiro (ONGs e movimentos sociais) passou por uma fase de amadurecimento nesse meio tempo. É bom deixar claro que tal movimento agrega ONGs muito diferenciadas, que se distribuem em um amplo leque extremamente heterogêneo segundo interesses e/ou ideologias, níveis de profissionalização e capacidade administrativa-gerencial muito diferenciados.³ Vale ainda dizer que algumas - poucas - passam a ser consideradas *neo-governamentais*, tamanha sua inserção nos diferentes órgãos do governo e sua projeção internacional. No extremo oposto encontram-se pequenas ONGs intimamente ligadas a movimentos populares. Certos autores as denominam *as socioambientais*, que são entidades que defendem causas específicas, como no caso de

movimentos contra barragens, de seringueiros, de moradores em unidades de conservação caiaças, agricultores tradicionais, índios -, grupos comunitários de bairros em áreas urbanas etc..

Outra questão que merece análise é o fato do caráter *anti-governamental* que marcou a origem da maioria das ONGs criadas no período da ditadura militar - ter deixado de ter importância central para seus militantes. Inaugurou-se assim no Brasil, há cerca de dez anos, uma nova fase, na qual foram consolidadas diversas parcerias de ONGs com o Poder Público, observando-se uma crescente incorporação de pessoas de ONGs pela estrutura governamental.

Com efeito, a partir de 1988, a participação de ONGs ambientalistas foi gradativamente institucionalizada em várias instâncias do governo - como é o caso da criação de vários conselhos de meio ambiente⁴ e das parcerias firmadas entre o Estado e ONGs para o gerenciamento ambiental. A representatividade e a legitimidade social dessas instituições devem ser todavia questionadas.

O lado positivo da crise financeira - e a consequente busca de novas fontes de recursos -, aliada às pressões da sociedade civil organizada - principalmente internacional - foi o fato das ONGs ambientalistas verem-se forçadas a aprofundar suas bases teóricas, seus métodos e suas estratégias de trabalho, sobretudo no que diz respeito a suas parcerias.

Neste trabalho procuramos analisar de forma crítica o papel das ONGs ambientalistas brasileiras nos cenários nacional e mundial contemporâneos. Contudo, não temos a pretensão de sermos conclusivos. Sabemos muito bem que o tema é polêmico e invariavelmente suscita mais dúvidas do que certezas. Além do mais, o viés pelo qual nos propusemos a focalizar a temática - que parte, também, do ponto de vista de representantes de tais entidades civis - é no mínimo delicado, já que os poucos documentos produzidos por seus integrantes encontram-se dispersos em pequenos centros de documentação ou em bibliotecas particulares. Limitamo-nos, portanto, a apontar algumas possibilidades de análise, aqui agrupadas em dois eixos de reflexão:

pondente solução dos problemas ambientais globais, sendo que os países ricos devem assumir um custo fortemente maior" (1996; 39-47).

3 Viola organiza um quadro minucioso sobre as várias vertentes do movimento ambientalista brasileiro no livro *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, 1996.

4 Os conselhos de meio ambiente são: a nível nacional, o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) criado em 1981; a nível estadual, o CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) criado em 1983; em 1993 o município de São Paulo criou o CADES (Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Todos contam com a participação de representantes da sociedade civil, onde se inclui o setor empresarial.

- I. Desafios e perspectivas para a pesquisa ambiental à luz do ambientalismo brasileiro;
- II. Processos de legitimação e representatividade das ONGs no território nacional.

I DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A PESQUISA AMBIENTAL À LUZ DO AMBIENTALISMO BRASILEIRO

Neste eixo de análise serão tratadas determinadas questões que se referem à articulação e interlocução entre entidades da sociedade civil organizada e a comunidade universitária brasileira - no caso específico das ciências humanas -, no sentido de responder à necessidade crescente de reflexão crítica sobre o papel e a práxis das ONGs.

Observa-se que esses espaços de interlocução não são institucionalizados ou formalizados. O diálogo dá-se antes ao nível individual, entre professores e/ou alunos, que, de alguma forma, são ligados às ONGs. Por outro lado, representantes de entidades ambientalistas reivindicam a *democratização do conhecimento científico*⁵, de forma a obterem um suporte teórico-metodológico mais consistente para suas propostas.

Salientamos também que a reflexão acadêmica sobre a importância desses novos atores sociais no contexto da atual sociedade brasileira dá-se, até o presente, de forma bastante fluida e setorizada. Tal lacuna está diretamente relacionada às dificuldades de ordem metodológica com que se depara a chamada pesquisa socioambiental. Também faz-se necessário a revisão de certas categorias clássicas das ciências humanas⁶ que não se adequam muito bem à realidade contemporânea, considerada consensualmente marcada por uma crise de valores e

paradigmas (Boaventura de Sousa Santos, 1995; Edgar Morin, 1996).

No Brasil, os espaços de pesquisa ambiental estão concentrados em institutos de pesquisa e cursos de pós-graduação de enfoque interdisciplinar⁷ embora de orientação filosófica muito diferenciada. Além disso, as práticas metodológicas inter e transdisciplinares que vários autores defendem como condição *sine qua non* para se pensar a temática socioambiental devem ser problematizadas.

Pesquisadores franceses e brasileiros de diversas formações acadêmicas publicaram recentemente um amplo estudo com o objetivo de apontar os principais dilemas para a pesquisa ambiental (Vieira & Weber, 1997). São abordados nesse trabalho vários aspectos: os problemas conceituais; as diretrizes teóricas, metodológicas, tecnológicas; a análise das relações entre diferentes níveis de integração espacial e temporal entre outros. O principal desafio seria eleger um método que desse conta de agrupar as múltiplas disciplinas pertencentes à quase todas as grandes áreas de investigação científica. Seria isso possível?

Alguns desses autores propõem basicamente a "análise de sistemas e da modelização", incentivando sobretudo a "prática interdisciplinar":

" a dimensão humana ocupa uma posição central, na medida que a noção de meio ambiente sobre a qual trabalhamos é considerada relativa ao homem e às sociedades humanas (...) Tudo isso deve ser examinado em função de tensões sociais, da evolução das sociedades humanas, mas também em função da própria evolução do meio ambiente, devida especialmente à degradação dos meios natural e construído, às modificações climáticas e suas conseqüências" (Jollivet & Pavé, 1997:110).

Para as ciências humanas no período atual, entretanto, a *teoria dos sistemas* não nos parece ser o método mais adequado de análise, sendo talvez, em algumas circunstâncias, indicada às ciências biológicas/naturais. Antonio Carlos Robert Moraes (1994) esclarece que a interdisciplinaridade, ainda que apresente maiores possibilidades para as ciências

5 Declarações de representantes de ONGs atuantes no movimento ambientalista durante debate sobre *Meio Ambiente e Participação Popular* realizada em 20.06.97 no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). O CEDEC é uma ONG em São Paulo que se dedica à pesquisa socioambiental.

6 Para Gonçalves (1996:59): "O desdobramento do movimento pacifista em movimento ambientalista se deveu, sobretudo, ao fato de esse ter sido uma espécie de atrator de uma série de transformações que vinham sendo gestadas (...) e que transcendiam o quadro político que se configurou com a Guerra Fria. Escapando de uma apropriação do tipo Capitalismo ou Socialismo, Leste ou Oeste, Estados Unidos ou União Soviética e Burguesia ou Proletariado, como costumavam ser semantizados os conflitos naqueles marcos, novos sujeitos sociais emergiram, entre eles o movimento ambientalista".

7 Alguns exemplos apontados por Viola & Leis (1997: 279): USP, U.F. do Paraná, U.F. de Pará; U.F. do Rio de Janeiro, U.F. Fluminense, U.F. Rural do Rio de Janeiro, U.F. de Santa Catarina e Universidade de Brasília. Além disso, a maioria das pesquisas ambientais está, até o momento, ligada a faculdades ou departamentos das ciências naturais.

as humanas de se articular com outros campos disciplinares, é uma prática metodológica que apresenta o sério risco de naturalizar os objetos sobre os quais se exercita. Por exemplo, como conciliar o marxismo com as ciências naturais? De fato, autores como Benton (1994) e o próprio Moraes (1994: 45-55) dedicam-se à análise dos vários tipos de reducionismos com que se deparam abordagens ditas interdisciplinares.

A questão da escolha do método de análise na pesquisa socioambiental nos remete a uma antiga discussão: a dicotomia existente entre a ecologia e a economia. Trata-se de um dilema que está longe de ser resolvido, até mesmo pelos economistas que têm se dedicado a estudar a avaliação econômica de danos ambientais. Segundo alguns autores, como Martini-Scalzone e Scalzone (1990), tal antagonismo estaria na base do radicalismo da contestação *ultra preservacionista*⁸, colocando às vezes seus defensores em uma posição de certa hostilidade frente aos movimentos populares.

No Brasil, a polarização acima apontada expressa-se, sobretudo, em áreas geográficas classificadas como unidades de conservação. Um exemplo ilustrativo é a ilegalidade de comunidades tradicionais de desenvolver atividades produtivas - roças de subsistência e/ou extrativismo - em áreas de parques públicos da Mata Atlântica. Nesse caso, para agricultores tradicionais e caiçaras sobraram poucas alternativas econômicas após a implantação dos parques. Tomando emprestado o que escreve Moraes, referindo-se a um outro contexto, pode-se dizer que, nesse caso, nota-se "a forte presença de certas visões organicistas da sociedade, que transformam a riqueza da vida humana na variável *ação antrópica*" (Moraes, 1994:30).

Para Diegues (1996):

"É importante ressaltar que a concretização histórica desse mito de natureza intocada, mediante a criação de parques naturais e reservas se deu e ainda se dá, nos países tropicais, em áreas freqüentemente habitadas por populações tradicionais, portadoras, por sua vez, de outros mitos e simbologias relativos à natureza. O con-

flito entre a visão das chamadas populações tradicionais e a dos preservacionistas/entidades conservacionistas tradicionais estatais não pode ser analisado, no entanto, simplesmente como oposição entre simbologias e simbolismos. O conflito se reporta também à ecologia política ou à política 'tout-court', uma vez que o Estado impõe sobre espaços territoriais onde vivem populações tradicionais outros espaços tidos como "modernos e públicos": o dos parques e reservas de onde, por lei, necessariamente devem ser expulsos os moradores" (Diegues, 1996:158).

Já nas áreas urbanas do território nacional o antagonismo em questão não parece ser tão dramático. Ao contrário, observa-se maior articulação entre ambientalistas - no sentido geral - e os movimentos sociais. No início da década de 90, por exemplo, foram concretizadas algumas alianças entre ambientalistas e movimentos populares. Foi o caso da criação do *Fórum Brasileiro de ONGs Ambientais e Movimentos Sociais*, do qual participa, entre outros, a Federação dos Urbanitários ligada à CUT.

Em suma, a temática ambiental não é auto-explicativa. Entendê-la de um ou de outro ponto de vista depende, em última análise, da visão de mundo do analista e de sua posição no jogo de interesses subjacentes ao tema.

Arriscamos dizer que um dos principais méritos da Rio-92 foi justamente ampliar o campo teórico-conceitual da discussão sobre o *Meio Ambiente*. Em reuniões preparatórias, nas discussões oficiais na cúpula da ONU, em reuniões paralelas no *Fórum Global* e no próprio documento-síntese da Conferência, a Agenda 21, está explícito que a problemática ambiental encontra-se diretamente ligada à questão social.⁹

A partir do início da década de 90 ocorreram, portanto, mudanças significativas para se pensar a complexidade da questão ambiental. E, sem dúvida, as ONGs ambientalistas são responsáveis em grande parte pela recente politização da temática ambiental. Nas palavras de Viola (1996:9):

"o conceito (de "sociedades sustentáveis") torna-se um ponto de referência obrigatório dos de-

8 A maioria dos preservacionistas pertence a uma elite social urbana, com nível intelectual superior. Vieira os classifica como "globalistas-conservadores-sustentabilistas", esclarecendo que esse grupo "concentra sua atuação na preservação dos ecossistemas naturais (...) e tratam de desvincular as questões ambientais das sociais" (Vieira, 1996:51). Diegues também discute essa questão quando analisa os novos movimentos ecológicos brasileiros em *O Mito da Natureza Intocada*, 1996: 125.

9 O 5º princípio da Agenda 21 proclama: "Todos os estados e todos os povos devem cooperar com a taxa essencial de erradicação da pobreza, o que constitui uma condição indispensável do desenvolvimento sustentável a fim de reduzir as diferenças de nível de vida e para melhor responder às necessidades da maioria dos povos do mundo".

bates acadêmico, político e cultural: ele passa a ser, simultaneamente, uma idéia-força poderosíssima sobre a ordem social desejável e um campo de batalha simbólico para o significado desse ideal normativo"

II PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO REPRESENTATIVIDADE DAS ONGS AMBIENTALISTAS NO TERRITÓRIO NACIONAL

No presente momento, o papel das ONGs como parceiras privilegiadas do Estado no gerenciamento ambiental e na formulação de políticas públicas, nas várias esferas do governo, deve ser analisado de forma crítica. Faremos aqui algumas considerações. Os seguintes aspectos de tal questão serão abordados:

Origem e trajetória das ONGs ambientalistas no Brasil.

Fragilidades e méritos do movimento ambientalista frente à democratização do gerenciamento ambiental no país.

Alianças internacionais de ONGs ambientalistas e conseqüências para o ordenamento territorial.

A descentralização da gestão pública foi instituída através da Constituição de 1988. Nesse contexto, tanto o planejamento como o gerenciamento ambientais passaram a ser, também, de competência municipal.

Segundo publicação do CEPAM (1992):

"A Constituição Federal dispõe sobre o meio ambiente de forma inédita e abrangente. Inédita, pois é a primeira vez que o ordenamento jurídico brasileiro considera o meio ambiente como um direito de todos e bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida. A abrangência decorre da importância e do tratamento detalhado que o constituinte deu à matéria (...) O princípio da defesa do meio ambiente é traduzido em diretrizes gerais, expressas em um capítulo especial inaugurado pelo artigo 225. Nesse capítulo, o Poder Público, indistintamente, é responsável pela defesa e preservação do meio ambiente. Assim, na qualidade de Poder Público, o município pode e deve legislar quando detectado o interesse local, em defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado" (CEPAM, 1992:19-21).

Todavia, a capacidade de gestão ambiental pelos municípios pequenos é colocada em cheque por alguns autores (Moraes, 1994; Viola & Ferreira, 1996). Moraes também afirma que a municipalização da política ambiental não garante a democratização do ordenamento territorial, podendo vir a fortalecer oligarquias locais e, conseqüentemente, gerar redes de base local socialmente excludentes.

Por outro lado, Moraes salienta que o aparato estatal de política ambiental passa atualmente por um período inovador, com perspectivas de se articular em diferentes setores e em diversos níveis do poder público. Viola & Leis (1992: 73-95) reiteram essa visão, acrescentando que as políticas ambientais no Brasil no período de 1971 a 1991 evoluíram do "bissetorialismo preservacionista" para o "multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável" Também foram estabelecidas parcerias entre governos e sociedade civil e criados espaços de discussão objetivando gerar soluções viáveis e ambientalmente mais adequadas (Moraes, 1994:23-26). Neste contexto, as ONGs ambientalistas passam a ser vistas como importantes representantes de determinados setores da sociedade civil organizada, sendo muitas vezes chamadas a participar das mesas de negociações.

Mas o caráter progressista de tais medidas governamentais no âmbito da política ambiental, sob nosso ponto de vista, é questionável, conforme salientamos adiante. Representantes de certas ONGs denunciam que tais espaços de negociação são, em certas circunstâncias, "recursos de fachada"

ORIGEM E TRAJETÓRIA DAS ONGS AMBIENTALISTAS NO BRASIL

A atenção destinada pela opinião pública para os riscos da degradação ambiental começa ainda na década de 60 em função da capacidade destrutiva das armas nucleares. No período posterior, a preocupação ambiental esteve concentrada na defesa de certas espécies animais e de determinados sítios específicos. Certamente, o processo de tomada de consciência em nível planetário da temática ambiental acelerou-se extraordinariamente nos fins da década de 80, em virtude das reuniões preparatórias da Rio-92, como já visto (Diegues, 1996; Vieira, 1996).

Nestas três décadas intermediárias, surgiram as organizações não-governamentais e grupos comu-

nitários que lutam pela proteção ambiental. Para Samyra Crespo, “as ONGs hoje são o reflexo de todo o fenômeno associativo latino-americano e brasileiro e as células vitais do chamado terceiro setor, em alusão ao setor-estado e ao setor-mercado”. (Crespo, 1997: 290).

O jornalista Franklin Martins - em uma entrevista com Herbert de Souza - apresenta um rápido painel sintetizando a trajetória das ONGs brasileiras, aqui tomadas em conjunto, ambientalistas e não-ambientalistas: num primeiro momento, “as ONGs articulavam-se na defesa de determinados interesses ou de determinadas denúncias”; num segundo estágio, “começam a propor de alguma forma políticas alternativas e influenciar a definição de determinadas políticas públicas”; num terceiro, segundo ele, as ONGs pretendem “participar do próprio poder, falando em nome da sociedade civil, mas sem ter qualquer mandato da sociedade civil”¹⁰

A questão de fundo aqui levantada é, portanto, a representatividade das ONGs. Na opinião de Souza (1996), a maioria das ONGs brasileiras é financiada por agências internacionais e não por seus sócios (pagantes). Para ele e para alguns membros de outras ONGs, se a sustentação financeira viesse dos associados, estes poderiam exercer um controle social e político mais direto nas ações da entidade, como é o caso de grande parte de ONGs internacionais, sobretudo americanas. Obviamente tal estratégia encontra inúmeras dificuldades no contexto brasileiro devido ao baixo poder aquisitivo da maioria da população.

FRAGILIDADES E MÉRITOS DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA FRENTE À DEMOCRATIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO AMBIENTAL NO PAÍS

As principais contradições das ONGs ambientalistas - aliás, apontadas por alguns de seus integrantes - são: algumas confundem-se com o próprio Estado e exercem parte das funções deste, sem terem, no entanto, infraestrutura, competência técnica e base teórica suficientes para lidarem com a complexidade das questões ambientais. Vale dizer que o limite entre o público e o privado no Brasil é ainda confuso. Além disso, a participação de ONGs em projetos do Estado e em conselhos de meio ambiente

muitas vezes ocorre em função do governo desejar conquistar uma legitimidade social e adquirir credibilidade perante os grandes bancos transnacionais.¹¹

Um exemplo da ambigüidade do Estado frente às parcerias estabelecidas com as ONGs foi a criação em 26 de fevereiro de 1997, por decreto presidencial, da *Comissão de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional* - órgão composto por seis membros do governo e cinco da sociedade. Na opinião de ambientalistas como Marina Silva, Nilo Diniz e Litz Vieira, o desejo de uma maior participação da sociedade civil para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável foi frustrado pelo tipo da estrutura governamental criada para tratar do tema. O funcionamento da comissão é considerado limitante, por ela estar subordinada à Câmara dos Recursos Naturais - órgão ligado à Casa Civil da Presidência -, que torna seu funcionamento restritivo.¹²

Outro exemplo alvo de críticas dos ambientalistas foi a criação do CADES (Conselho Municipal do Meio Ambiente) em São Paulo que, em função da “sua instrumentalização por parte do Executivo municipal, torna-se uma instância que viabiliza seus projetos” (Élio Figueiredo, 1997). Em outras palavras, esse conselho - composto por nove entidades não governamentais e dezenove do poder público municipal, estadual e das universidades - acabou tendo como função a aprovação de obras (polêmicas) do antigo prefeito, Paulo Maluf, no seu mandato 1992-1996. Contudo, a história dos conselhos de meio ambiente no Brasil é muito variada. É preciso ainda colocar que críticas relativas às parcerias com o governo por parte das ONGs variam imensamente de estado para estado, de município para município, dependendo de circunstâncias específicas.

Jacobi discute a participação da sociedade civil na “gestão da coisa pública” alertando para o seguinte:

11 As opiniões aqui citadas são respectivamente de Betinho do IBASE (durante entrevista com Franklin Martins) e, J.P. Capobianco do *Instituto Socioambiental (ISA)*.

12 “A criação de comissões nacionais semelhantes foi uma das principais recomendações da Agenda 21 - documento assinado na Eco-92. Desconfia-se de uma comissão criada poucas semanas antes da Rio+5”. Além disso, representatividade que os membros da sociedade civil terão na comissão é questionável, já que serão indicados pelo governo. E mais, “a comissão tem menos representantes da sociedade do que do governo, sendo que a *Agenda 21* propunha uma composição paritária de governos e sociedade civil” (Folha de São Paulo, 16.03.97).

10 Entrevista publicada sob o título *No Fio Da Navalha* pela editora Revam, 1996.

“ Um dos maiores desafios de uma proposta participativa é o de garantir a definição de critérios de representação, impedindo tanto a manipulação por grupos de interesses particularizados como a possibilidade da sua instrumentalização pela administração pública” (Jacobi, 1997:1).

Em nosso trabalho anterior (Rodrigues, 1997), discutimos experiências participativas de manejo de recursos naturais, salientando os principais “pontos fortes” do trabalho de ONGs que atuavam em áreas de produção agrícola. Algumas dessas características também dizem respeito à práxis de ONGs ambientalistas:

Consolidação de parcerias ativas em nível micro-local de forma a catalizar soluções democráticas para os problemas socioambientais;

Reconstrução da *auto-estima* e motivação de comunidades, ou de ações individuais, através da valorização de suas experiências e de seus saberes;

Reconhecimento das mulheres como parceiras ativas em programas de desenvolvimento sustentável;

Elaboração de projetos de forma a integrar fatores relacionados às condições sócio-econômicas, políticas, culturais e ecológicas locais;

ALIANÇAS INTERNACIONAIS DE ONGS AMBIENTALISTAS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O ORDENAMENTO TERRITORIAL

Os limites e possibilidades das ações de ONGs ambientalistas brasileiras no espaço mundial devem ser colocados em questão, assim como suas alianças com as ONGs e agências de cooperação inter e transnacionais e os reflexos desse tipo de interlocução no ordenamento territorial do Brasil.

A temática ambiental destaca-se como um dos principais dilemas com que se depara a sociedade mundial na chamada era da globalização. Além disso, o processo de formação de novas forças sociais transnacionais, aglutinadas em torno de causas ambientais, exige maior investigação. Foucault (1979) contribui para essa reflexão com suas idéias em *Microfísica do Poder*. Para ele, formas de poder paralelos ou complementares ao poder do Estado e de grupos hegemônicos encontram-se na sociedade. Resta saber qual é o nível de poder desses grupos frente às instituições supranacionais, como é o caso do Banco Mundial. O interessante é

que essa oposição não se dá de forma direta. Muitas vezes as ONGs ambientalistas aliam-se às agências de cooperação para assegurar interesses específicos que, às vezes, opõem-se aos interesses do governo brasileiro.

As principais agências de cooperação inter e transnacionais que financiam projetos ambientais atualmente no Brasil são o Banco Mundial, a KfW (banco ligado ao governo alemão), o G-7 e a União Européia.

Uma das mais freqüentes exigências dessas organizações para a aprovação de empréstimos refere-se à participação de entidades da sociedade civil na gestão dos projetos. Explica-se que tal política é fruto da pressão da opinião pública dos países centrais que, nos últimos anos, passou a cobrar de suas autoridades maior eficiência e controle na destinação de recursos de fundos para o desenvolvimento. A corrupção dos governos, como no Brasil, seria uma das causas de desvio ou mau uso de verbas. Assim, uma estratégia estabelecida para evitar tais problemas foi a de envolver a sociedade civil, para a qual se transfere a função de cobrança e fiscalização do poder público. Ao que tudo indica tal medida tem respondido às expectativas das agências de cooperação. Nos últimos anos a maioria dos projetos governamentais na área de gerenciamento ambiental tem incluído as ONGs.

Na verdade, as próprias agências de cooperação mudaram várias de suas diretrizes nos últimos anos, aproximando-se dos interesses da sociedade civil. Discutir a complexidade envolvida na atual política de financiamento de tais organizações transnacionais foge no entanto ao escopo deste trabalho.

Quanto ao impacto das articulações de ONGs brasileiras com grupos ambientalistas internacionais, o exemplo mais representativo foi o caso do redirecionamento de parte das verbas destinadas à proteção florestal no Brasil para a área da Mata Atlântica. O fato foi que em 1996 ONGs brasileiras ativaram ONGs alemãs durante reunião do G-7, fazendo com que estas pressionassem o ministro Helmut Kohl para que fosse ampliado o conceito de áreas destinadas à conservação. O resultado foi a criação do *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais* (PP-G7). Antes desta intervenção, grande parte dos recursos seriam destinados exclusivamente a projetos na Amazônia.

Em termos gerais, pode-se dizer que o movimento ambientalista brasileiro inseriu-se a partir da Rio-92.

"num processo internacional de networking e contribuiu para alargar o debate político-ideológico que tinha sido ainda pouco impactado pela queda do muro de Berlim" (Viola, 1996:50).

Por outro lado, certos autores alertam para o fortalecimento de um tipo de capitalismo verde globalizado hegemônico, baseado num modelo político-econômico-ecológico que poderá constituir-se na nova ordem mundial, ameaçando a autonomia social de forma radical. (Martini-Scalzone & Scalzone, 1990:226). Sem dúvida, este é mais um *front* que contribui com a complexidade da temática ambiental. Um exemplo ilustrativo foi o fato do governo americano, durante a recente reunião do G-7, em Denver, defender "a vinculação entre comércio internacional e meio ambiente".

Segundo a Folha de São Paulo de 21.06.97:

"(...) trata-se de introduzir, no relacionamento comercial o chamado "selo verde", ou seja, a garantia de que os produtos a serem exportados não afetem o meio ambiente".

Tal declaração contou com o repúdio do governo brasileiro, que declarou que a medida teria a fun-

ção de protecionismo dos mercados dos países mais ricos sob o disfarce da proteção ambiental. Os mais atingidos seriam os países periféricos, sobre os quais recaem os prejuízos do mundo na ordem global.

Conflitos de interesses entre grupos que defendem causas diferenciadas, às vezes antagônicas; atores localizados e atores transnacionalizados; parcerias bi, multi, translaterais; enfim, as questões analisadas ao longo desse artigo expressam de certa forma a diversidade e a complexidade do movimento ambientalista no Brasil.

Martini-Scalzone & Scalzone (1990) perguntam-se de onde surgirão os sujeitos de um movimento eco-social radical e autônomo:

"le point qui reste le plus flou est l'identification de ce qui pourrait être un sujet social porteur d'un processus de révolution éco-sociale por la libération, l'autonomie, la communauté humaine en relation symbiotique non destructive avec le cosmos" (Scalzone, 1990: 244).

Esta é uma das muitas questões que permanecem em aberto.

BIBLIOGRAFIA

- BENTON, T. "Biology and Social Theory in the Environmental Debate". *Social Theory and the Global Environment*. In: Redclift, M. ; Benton, T. (orgs.). Londres, Routledge, 1994.
- BORN, R. H.. "O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento." In: *Debates Sócio-Ambientais*, ano II, nº 6, 1997.
- CEPAM (Fundação Faria Lima). *Política Municipal de Meio Ambiente - orientações para os municípios*. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.
- CRESPO, S.. Rio 92. *Cinco Anos Depois (avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92)*. CORDANI, U.G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. (orgs.). São Paulo, Alphagraphics, 1997.
- DIEGUES, A.C.. *O Mito da Natureza Intocada*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- FOUCAULT, M.. *Microfísica do Poder*. Graal, 1979.
- FIGUEIREDO, E.. "CADES : Uma visão crítica." In: *Debates Sócio-Ambientais*, ano II, nº 6, 1997.
- GONÇALVES, C.W.P.. "Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável". In: *Geografia, Política e Cidadania* Terra Livre-AGB, nº 11-12, São Paulo, 1996.
- JACOBI, P.. "Participação Popular e a Construção de uma Nova Institucionalidade". In: *Debates Sócio-Ambientais*, ano II, nº 6, 1997.
- JOLLIVET, M. & PAVÉ, A.. "O Meio Ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa" In: *Gestão de Recursos naturais Renováveis e Desenvolvimento novos desafios para a pesquisa ambiental*. Vieira & Weber (orgs.) São Paulo, Cortez, 1997.
- MARTINI-SCALZONE, L. & SCALZONE, O.. "Écologism et Autonomie". In: *Du Contrat de Citoyenneté*. Éditions Syllepse/Périscope, 1990.
- MORAES, A.C.R.. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MORIN, E.. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, 1996.
- RODRIGUES, C.L.. "O Papel da Agrossilvicultura no Semi-Árido Tropical experiências participativas de manejados recursos naturais". In: *6ª Encontro de Geógrafos da América Latina*, Buenos Aires, 1997.

SANTOS, B.S.. *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. Cortez, 1995.

SOUZA, H.J.. *No Fio da Navalha* (entrevista). Rio de Janeiro, Ed. Revam, 1996.

VIEIRA, P.F. & WEBER, J. *Gestão de Recursos naturais Renováveis e Desenvolvimento - novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo, Cortez, 1997

VIOLA, E.. "A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental no Brasil, 1989-1995." In: *Incertezas de sustentabilidade na Globalização*. Viola & Ferreira(orgs.) Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

VIOLA, E. & FERREIRA, L.(orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na Globalização*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

VIOLA, E. & LEIS, H.R.. "A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável." In: *Dilemas Socioambientais e desenvolvimento Sustentável*. Hogan, D. & Vieira, P.F. (orgs.). Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

VIOLA, E. & Leis, H.R.. "A Agenda 21 diante dos Desafios da Governabilidade, das Políticas Públicas e do Papel das Organizações não Governamentais". In: *Cinco Anos Depois (avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92)*. Cordani, U.G.; Marcovitch, J. Salati, E. (orgs.). São Paulo, Alphagraphics, 1997.

Notas Sobre o artigo:

Algumas das reflexões contidas nesse artigo dizem respeito a debates dos quais participamos nos últimos anos junto a integrantes, parceiros e colaboradores de ONGs ambientalistas.

O artigo foi escrito na segunda quinzena de junho de 1997.

Endereço do autor: Carmem Lúcia Rodrigues. Rua Gaicá, 90
Butantã 05579 070 São Paulo SP
E-mail: calurodrigues@dualtec.com.br

DA LANTERNA MÁGICA À PAISAGENS COM CUPINS
VISOES DE CIDADES EM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE
E JOÃO CABRAL DE MELO NETO

Mirandulina Maria Moreira Azevedo¹

RESUMO:

A visão de cidade em Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto a partir de dois poemas: Lanterna Mágica(1930) de Drummond e Paisagens com Cupins(1956) de João Cabral.

São tratadas imagens de cidades e da paisagem rural-urbano brasileira: nos dois autores, temos o registro ambivalente de modernização e tradição. Carlos Drummond de Andrade aparece no momento da metamorfose do país agrário em uma sociedade urbano-industrial. João Cabral registra um momento posterior, a década de 50: aceleração da urbanização e também o acirramento de antigas contradições.

PALAVRAS-CHAVE:

literatura cidades urbanização rural-urbano

RÉSUMÉ:

La ville, d'après Carlos Drummond de Andrade et João Cabral de Melo Neto, à partir de deux poèmes: Lanterna Mágica (1930) de Drummond et Paisagens com Cupins (1956) de João Cabral.

Il s'agit d'images de villes et du paysage rural-urbain brésilien: chez les deux auteurs le même aspect ambivalent de la modernisation et de la tradition. Carlos Drummond de Andrade apparaît au moment de la métamorphose d'un pays agricole en une société urbain-industrielle. João Cabral représente un moment postérieur, les années 50: accélération de l'urbanisation et exacerbation d'anciennes contradictions.

MOTS-CLÉS:

littérature villes urbanisation rural-urbain.

Poetas consagrados do modernismo, ainda que de gerações diferentes, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto apresentam seus olhares sobre a cidade e suas paisagens. *Lanterna Mágica* de Drummond aparece na década de 30 em *Alguma Poesia* e *Paisagens com Cupins* de João Cabral faz parte do livro *Quaderna* dos anos 50.

O primeiro ponto em comum está na orientação do tema, trata-se em ambos de um circuito de cidades, de uma perspectiva plural, do aceite tácito da diversidade do urbano; em geografia e arquitetura, como sabemos, esta visada desperta indisfarçável interesse.

A bem da verdade, as cidades de Drummond são vistas nos anos 30 e as de João Cabral nos anos 50, momentos diferenciados da história da urbanização brasileira. A pergunta que fazemos é dupla: haveria entre os autores pontos de contato, linhas de continuidade ou apenas um antagonismo mal-disfarçado sob a cifra por demais genérica do modernismo; e, por outro lado, no que se refere ao urbano

propriamente dito, haveria um fio condutor costurando a evolução das nossas cidades? O fato é que, sejam cidades de memória colonial, sejam cidades deste século, a poética de suas visões não consiste em encobrir as contradições de nossa formação econômica e cultural, ao contrário, procura revelá-las em cada imagem sugerida pelos poetas em questão.

Em *Lanterna Mágica* o circuito é Belo Horizonte/Sabará/Caeté/Nova Friburgo/ Itabira/São João Del Rei/Rio de Janeiro/Bahia; em *Paisagens com Cupins* a sequência é Recife/Olinda/arrabaldes de Recife/vilas entre coqueiros/cidades do canavial/certas cidades(Escada, Jaboatão, Goiana) e volta ao Recife. De nossa parte marcamos com comentários curtos cada poema apresentado, definindo pontos de interesse para sua retomada ao final.

LANTERNA MÁGICA a seqüência de cidades de Carlos Drummond de Andrade.

I / BELO HORIZONTE

meus olhos têm melancolias
minha boca tem rugas.

1 Aluna de pós-graduação do Departamento de Geografia - USP

Velha cidade!
As árvores são repetidas.

Debaixo de cada árvore faço minha cama,
em cada ramo dependuro meu paletó.

Lirismo.

Pelos jardins versailles
ingenuidade de velocípedes.

E o velho fraque
na casinha de alpendre com duas janelas dolorosas

No início do poema, o verso *Meus olhos têm melancolias* já sinaliza com a perspectiva do indivíduo blasé entorpecido e indiferente à movimentação nervosa da cidade. A cidade é *velha cidade* e *as árvores são repetidas*, a ordem mecanicista e serial da modernidade apresenta seus traços mais evidentes. Mas apesar disso o poeta faz dela sua morada, num absurdo e num *nonsense* quase chapliniano: *Debaixo de cada árvore dependuro meu paletó. Lirismo.*

Belo Horizonte, cidade planejada à inspiração de Hausmann, oferece suas avenidas, seu núcleo centralizador, imagem de um ideal plástico rígido, *clean* e purificador: tudo é luz, o poeta ajusta: *pelos jardins Versailles*, e nos dá conta: Versailles e seus jardins são a matriz de possíveis cópias de belezas típicas da modernização. Mas arremata com um suspiro dadaísta e irônico: *modernidade de velocípedes*. Por fim dá um passo inesperado na ordem do poema, aquilo que M. Bandeira chamou de alavancas de estabilização²: *E o velho fraque na casinha de alpendre com duas janelas dolorosas*; articula enfim o velho fraque, este sim traje de cerimônias, sinal de cosmopolitismo, à casinha de alpendre colonial; o poeta enxerga com sutileza: nossa modernidade é um traje de festa numa rotina de pobreza.

II/ SABARÁ

A DOIS PASSOS da cidade importante
a cidadezinha está calada, entrevada.
(Atrás daquele morro, com vergonha do trem.)

Só as igrejas
só as torres pontudas das igrejas

não brincam de esconder.
O rio das Velhas lambe as casas velhas,
casas encardidas onde há velhas nas janelas.
Ruas em pé
pé-de-moleque
PENÇÃO DE JUAQUINA AGULHA
Quem não subir direito toma vaia...
Bem-feito!

Eu fico cá embaixo
maginando na ponte moderna - moderna por quê?
A água que corre
já viu o Borba.
Não a que corre,
mas a que não pára nunca
de correr.

Ai tempo!
Nem é bom pensar nessas coisas mortas, muito mortas.
Os séculos cheiram a mofo
e a história é cheia de teias de aranha.
Na água suja, barrenta, a canoa deixa um sulco logo apagado.
Quede os bandeirantes?
o Borba sumiu.
Dona Maria Pimenta morreu.

Mas tudo é inexoravelmente colonial:
bancos janelas fechaduras lampiões.
O casario alastra-se na cacunda dos morros,
rebanho dócil pastoreado por igrejas;
a do carmo - que é toda de pedra,
a matriz - que é toda de ouro.
Sabará veste com orgulho seus andrajós...
Faz muito bem, cidade teimosa!

Nem Siderúrgica nem central nem roda manhosa
de forde
sacode a modorra de Sabará-buçú.

Pernas morenas de lavadeiras,
tão musculosas que parece foi o Aleijadinho que
as esculpiu,
palpitam na água cansada.

presente vem de mansinho
de repente dá um salto:
cartaz de cinema com fita americana.

E o trem bufando na ponte preta
é um bicho comendo as casas velhas

2 De ordinário, ternura e ironia agem na sua poesia como um jogo automático de alavancas de estabilização. Manuel Bandeira. "Ensaio Literários". In: Manuel Bandeira. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguir, 1990.

Na sequência, Sabará nos é apresentada de forma singela: a cidadezinha está calada, entrevada (atrás daquele morro com vergonha do trem). Um gesto de imponência só poderia estar na ordem do religioso: *só as torres pontudas das igrejas/não brincam de esconder*. No mais, na cidade, *casas encardidas onde há velhas nas janelas*, tudo parece apenas deixar-se estar experimentando a própria sensação de duração do tempo (Bergson).

O feitio da cidade, mais propriamente seus artefactos, são experiências passadas: *Mas tudo é inexoravelmente colonial*. Observa-se o encadeamento de elementos que evocam noções de contemplação e introspecção: *bancos janelas fechaduras lampiões*. O poeta descreve o urbanismo de orientação lusitana: *o casario alastra-se na cacunda dos morros*, e define de forma incontestante que gênero de vida urbana aí se dá: *o casario(...)/ rebanho dócil pastoreado por igrejas*. Igrejas nascidas do poderio econômico do tempo passado e que hoje são como roupas de luxo envelhecidas, andrajos que a cidade ainda veste.

O novo não chegou a Sabará: *Nem siderúrgica nem central nem roda manhosa de forde*. O novo, o presente, está sob a forma de um cartaz de fita americana; como era de se esperar, o moderno é apenas uma mensagem, o sinal de um mundo que vem de fora.

III / CAETÉS

A IGREJA de costas para o trem.
Nuvens que são cabeças de santo.
Casas torcidas
E a longa voz que sobe
que sobe do morro
que sobe...

Se na aparição morro-igreja versus trem na descrição de Sabará *a cidadezinha está atrás do morro com vergonha do trem*, em Caetés *a Igreja está de costas para o trem*, imagem de uma cidade fechada, num circuito temporal fora do presente. O poeta fala de *uma longa voz que sobe/ que sobe do morro*.

III / ITABIRA

CADA UM de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.
Na cidade toda de ferro

as ferraduras batem como sinos.
Os meninos seguem para a escola.
Os homens olham para o chão.
Os ingleses compram a mina.

Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota

incomparável

Na frase do início: *cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê*, o poeta eleva Itabira ao universal. Em qualquer cidade *os meninos vão a escola*, mas será que só em Itabira *os homens olham para o chão?* Será porque os de fora, *os ingleses compram as minas?* O que faz Itabira ser e deixar de ser Itabira é o minério de ferro? No caso de Drummond, os elementos da natureza e mais o caráter de cidade interiorana de Itabira, sem dúvida, forneceram subsídios não apenas para a temática de sua obra, mas também para uma determinada visão estética do mundo.

V / SÃO JOÃO DEL REI

QUEM FOI que apitou
Deixa dormir o Aleijadinho coitadinho.
Almas que nem casas.
Melancolias das legendas

As ruas cheias de mula-sem-cabeça
correndo para o rio das Mortes
e a cidade parálitica
no sol
espiando a sombra dos emboabas
no encantamento das alfaias.

Sinos começam a dobrar.

E todo me envolve
uma sensação fina e grossa

Os habitantes típicos dessa cidade são mais adequadamente elementos do sobrenatural. Aleijadinho, mulas sem cabeça. A cidade é *parálitica no sol*, como os velhos terapêuticamente deixam-se ficar ao sol.

VI / NOVA FRIBURGO

ESQUECI um ramo de flores no sobretudo..

Em *Esqueci um ramo de flores no sobretudo*, o mais enigmático dos versos, a cidade não fornece nenhuma imagem. A situação não é clara, um ramo de flores não foi entregue? Um desejo não realizado?

VII / RIO DE JANEIRO

FIOS nervos faíscas.
As cores nascem e morrem
com impudor violento.
Onde meu vermelho? Virou cinza.
Passou a boa! Peço a palavra!
Meus amigos todos estão satisfeitos
Com a vida dos outros. Fútil nas sorveterias.
Pedante nas livrarias...
Nas praias nu nu nu nu nu nu nu nu
Tu tu tu tu tu no meu coração.

Mas tantos assassinatos, meu Deus.
E tantos adultérios também.
E tantos, tantíssimos contos-do-vigário...
(este povo quer me passar a perna)

Meu coração vai molemente dentro do táxi.

A primeira noção é a de perigo: *firos nervos riscos faíscas*, e aparece a expressão: *com impudor violento*: o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro diferencia-se bastante da rotina mineira. *Meus amigos todos estão satisfeitos / com a vida dos outros/ fútil nas sorveterias/ pedante nas livrarias*. O registro da metrópole é também a violência: *mas tantos assassinatos/ e tantos adultérios também*. E o medo que o interiorano tem da esperteza urbana: *tantíssimos contos-do-vigário/ este povo quer me passar a perna*.

VISÕES DE CIDADES EM CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Mediado pela *Lanterna mágica*,³ o olhar de Drummond aproxima à custa da memória aquilo que no momento descrito é distante. Trata-se neste autor da memória como a entende Bergson⁴, a memó-

ria aberta a partir da *vita contemplativa*, uma espécie de presentificação intuitiva do curso da vida por livre escolha.⁵ O próprio Drummond nos dá pistas de seu processo de criação quando intitula a seqüência de poemas de *Lanterna mágica*, pois o que é uma lanterna mágica senão um aparelho que, através de lentes, aproxima aquilo que é visto ao longe, isto é, que amplia o que está reduzido e o projeta então, através da luz, à visão de todos. A memória do poeta é a lente especial que discerne o que é relevante nas imagens: escrever o poema é torná-lo visível, assim como faz a luz na lanterna mágica; a operação drummoniana se vale da noção espacial, mas o que ela realiza é o transporte do tempo através de recortes de espaços, uma vez que *é somente a imagem do espaço que, em razão de sua estabilidade, dá-nos a ilusão de não mudar através do tempo e de encontrar o passado no presente*.⁶

Isso posto, antes de revisitarmos os meandros do poema (nosso principal propósito), realizamos a seguir algumas passagens que visam melhor dispor do arranjo teórico disponível. O tema da memória suscita hoje o interesse de um conjunto de pesquisas com os mais variados formatos e aspirações; neste fim de século, é, por assim dizer, uma cifra inflacionada, quase um lugar-comum. De nossa parte procuramos subsídios num campo vasto de referências; de toda sorte, acreditamos que do ponto de vista de estudos desta natureza que neste momento tratamos, a perspectiva teórica bergsoniana pode fornecer boas pistas para as perguntas que tentamos encaminhar. Dentro do seguinte quadro: nos apoiamos num recorte feito por Benjamin a partir de certas passagens da obra de Valéry e numa determinada perspectiva da abordagem bergsoniana. As razões deste procedimento são simples: Benjamin já resolveu boa parte dos problemas relacionados à questão da experiência artística tomando por base numerosos autores, entre os quais Valéry e Bergson, e, principalmente, inclui na sua análise o exemplo concreto de um artista: Baudelaire.

Sobre Valéry, nos informa Benjamin: é dos primeiros que se interessou pela forma especial de

3 "Lanterne magique(appareil de projection.) munie d'un dispositif optique de projeter, agrandies sur un écran, des images peintes sur verre". *Nouveau Petit Robert. Dictionnaire de La Langue Française*. Montreal, Dicorobert, 1993.

4 Henri Berson. *Matière et Mémoire*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

5 Como adverte W.Benjamin, a memória pura - *memóire pure* - de Bergson é transformada em memória involuntária em M. Proust. Insisto que em Bergson não se verifica o registro desta passagem, isto é, Bergson não se refere a um registro de uma memória involuntária.

6 M.Halbwachs. *Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990. A consideração do espaço adquire relevância na obra deste autor; é que o espaço, mais que suporte físico, corresponde a uma imagem existente na mentalidade coletiva.

funcionamento dos mecanismos psíquicos sob as condições atuais de existência.⁷ O lírico Valéry percebe, certamente pela sua experiência própria de artista, que as impressões e as sensações humanas pertencem à categoria das surpresas; são o testemunho de uma insuficiência do ser humano... A lembrança é... um fenômeno elementar que pretende nos conceder tempo para organizar a recepção do estímulo - tempo que nos faltou inicialmente⁸. A abordagem bergsoniana interessa a Benjamin na medida em que fornece uma pista de como a experiência (do poema) se apresenta aos olhos de Baudelaire. Para Bergson a memória é a estrutura básica da experiência: *esta forma-se menos com dados isolados e rigorosamente fixados na memória, do que com dados acumulados, e com frequência inconscientes que afluem à memória*.⁹ Ao abrir o caminho para o registro da *mémoire pure* (memória pura) isolada da memória pragmática, da qual necessitamos para os atos mais rotineiros e automáticos da vida cotidiana, o que Bergson deseja é fixar a estrutura básica da experiência presente na estrutura da memória. Ora, este caráter da experiência humana, em estado ideal, como é definido por Bergson, parece ser adequado apenas para a categoria dos escritores, ou pelo menos ser de interesse e fornecer pistas no sentido de esclarecer os mecanismos de realização de uma obra.

Da sequência drummoniana de cidades há pelo menos três visões características: a cidade moderna (Belo Horizonte), as cidades tradicionais mineiras (Sabará, Caetés, Itabira, etc) e o Rio de Janeiro, a metrópole inabarcável com um só olhar, cidade de experiências novas, onde a todo momento se esbarra com o desconhecido.

As cidades tradicionais mineiras são descritas a partir do desenrolar do fio da memória, e a decadência de suas economias as transforma na figura de velhos que, afastados da vida do trabalho, põem-se a lembrar: suas igrejas, suas personagens históricas e, numa certa medida, até o sobrenatural, tão presente no imaginário das pequenas cidades do interior: *ouve-se uma voz longa que sobe o morro*. As imagens sucedem-se, mas a primeira da série é sempre o panorama mais geral, a volumetria mais significativa: os morros, as torres das igrejas, o trem. Em Sabará (o poema mais longo e detalhado), o poeta

introduz a perfeita imagem mimética da cidade velha, que aqui neste contexto é propriamente uma metáfora da velhice¹⁰: *O rio das velhas lambe as casas velhas, / casas encardidas onde há velhas nas janelas*. Como os velhos nas janelas, a cidade apenas contempla o mundo, sinal de que seu tempo de realização passou, um quadro urbano estático como uma pintura. O poeta moderno questiona a modernidade: *Eu fico cá embaixo / imaginando na ponte moderna - moderna por quê?* Aqui Drummond realiza uma corajosa inflexão que veremos adiante se cumprir.

Drummond percebe a relação tempo-espço configurada em cada cidade apresentada. Belo Horizonte não é uma metrópole como o Rio de Janeiro, mas é uma cidade de concepção modernizadora, e é aqui que o poeta afirma seu olhar privilegiado sobre a cidade. Vejamos novamente a primeira estrofe: *Meus olhos têm melancolias / minha boca tem rugas / Velha Cidade! / As árvores são repetidas*. A reação do poeta à modernidade evidente de Belo Horizonte é reticente e melancólica. Aliás, o próprio Drummond fala de *melancolia* e de envelhecimento (rugas) e refere-se a Belo Horizonte como *Velha cidade!* Ora, pergunta o leitor, o que significa este despropósito? Velha cidade é Ouro Preto, Sabará ou outra qualquer, afinal BH não é uma cidade nova?

Uma pista que pode dar uma explicação sobre o estranho comportamento do poeta está na justificativa fornecida por W. Benjamin a respeito da perspectiva do *spleen* em Baudelaire: *o spleen põe séculos entre o presente e o momento que acaba de ser vivido. É ele que quer, incansavelmente estabelecer 'antiguidade'*.¹¹ Assim Drummond, movido também pelo motor do *spleen*, já vê o novo devidamente envelhecido. Pergunta de novo o leitor: faz sentido o paralelo Drummond-Baudelaire?

Em primeiro lugar, faz sentido na medida em que no interior da obra drummoniana - em seus próprios versos - não só no exemplo desta primeira estrofe sobre BH como em outras situações é possível encontrar os traços característicos de uma perspectiva permeada pelo *spleen* baudelaireano; que esta palavra se traduza em português por melancolia e que este 'estado de sentidos' produza tais efeitos estéticos anunciados é certo que sim; é um esta-

7 W. Benjamin. *Charles Baudelaire, um Lírico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.109.

8 Idem, ibidem, p.110.

9 Idem, ibidem, p.105.

10 A respeito da velhice, o já clássico livro de E. Bosi. *Lembranças de Velhos: Memória e Sociedade*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. Há um capítulo introdutório dedicado à discussão da memória no aspecto teórico, no qual os dois autores tomados como referência são H. Bergson e M. Halbwachs.

11 W. Benjamin. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

do, contudo, que nada tem a ver com a apatia que em português associamos ao termo.

Mas também é interessante o paralelo a nível estratégico.¹² Baudelaire é afinal *um lírico no auge do capitalismo*. Como observou W. Benjamin, sua poesia estabelece uma relação de profunda tensão com a modernidade, talvez porque vivesse no momento vertiginoso de transformação no século XIX; é esta tensão talvez a responsável pelo teor crítico de sua obra. Baudelaire era perfeitamente consciente das implicações do ato de escrever em plena modernidade, como se pode ver na dedicatória a Arsène Houssaye feita pelo poeta: a prosa poética deve ser *bastante flexível e resistente para se adaptar às emoções líricas da alma, às ondulações do devaneio, aos choques da consciência. Este ideal, que se pode tomar idéia fixa se apossará, sobretudo, daquele que, nas cidades gigantescas, está afeito à tramas de suas inúmeras relações entrecortadas*.¹³ Nesta passagem o poeta está esclarecendo seu processo de criação, trata-se pois de ser flexível e receptivo aos *choques* da consciência. Assim é que a poesia lírica pode estar fundamentada na experiência do choque (o choque aliás é a norma) e para isso ela requer um alto grau de conscientização. *No spleen, a percepção do tempo está sobrenaturalmente aguçada; cada segundo encontra o consciente pronto para amortecer o seu choque*.¹⁴ O papel de crítico e ator da modernidade desempenhado por Baudelaire na Europa do século XIX talvez tenha sido realizado por Drummond no Brasil século XX, com as devidas proporções. Para nós as transformações vieram tardiamente, como se sabe, e com fisionomia própria, bem própria, aliás. Não se trata de mera reprodução de papéis. A nossa modernização tem todos os males da outra, estrangeira, e mais alguns próprios de sua realização tardia e incompleta. Nosso poeta, sabemos, surge no momento da transformação de país agrário em sociedade urbano-industrial, e ele soube ver esta condição histórica como ninguém.

Voltando ao poema, vejamos como o poeta resolve os versos seguintes. Já me referi antes à seqüência: *debaixo de cada árvore faço minha cama/ em cada ramo dependuro meu paletó/ lirismo*. O *nonsense* chapliano tem sabor local: o gesto repeti-

do de dependurar o paletó, tão típico e significativo no quadro funcional da nossa burocracia, desloca-se de seu *locus* natural (repartição pública) e faz da cidade aberta e abstrata seu novo nicho. Aqui volto a evocar a figura de Baudelaire, para quem a cidade constituía ponto privilegiado de criação.

Nos versos *Pelos Jardins Versailles/ ingenuidade de velocípedes* não é gratuito que o poeta tome de empréstimo uma imagem de cidade européia jardins versailles - para falar de uma situação brasileira: Drummond sabe que está diante de uma cópia de uma beleza padrão de modernização, e, quando arremata com *ingenuidade de velocípedes*, a ironia é devastadora. Os velocípedes eram a primeira versão das bicicletas atuais, tiveram seu auge em Paris em 1868 e já em 1882 praticamente não eram mais utilizadas¹⁵; o poeta completa a imagem introduzindo nela um objeto que correspondia a uma idéia de novo do século passado. E por fim a imagem do velho fraque não poderia ser mais adequada para situar nosso visível descompasso.

Em *Lanterna mágica*, o Rio de Janeiro, como já observamos, oferece a primeira visão da metrópole ao poeta. É nesta cidade que Drummond tem de fato a experiência do choque, própria da modernidade. Rio de Janeiro é o pólo experimental da modernidade, e no primeiro verso: *fios nervos faíscas*, trata-se de choque literalmente. No verso seguinte, *as cores nascem e morrem/ com impudor violento*, está a constatação do efêmero, que certamente não diz respeito apenas à gestação de prováveis flores; o poeta procura dar conta da produção incessante de novidades, melhor dizendo, de mercadorias: trata-se de uma rotina, é a dialética da produção de mercadorias: a novidade do produto (como estimulante da demanda) como também o sempre igual aparecem de modo evidente na produção de massa.¹⁶ W. Benjamin já observava tal fato à época de Baudelaire; até então, este significado (do sempre igual) era desconhecido. O poeta segue. *Onde o meu vermelho?/ virou cinza*. Aqui novamente o envelhecimento precoce. Há em seguida uma mudança de plano: introduz-se a noção de pessoalidade e surge a idéia de grupos sociais identificáveis, dos quais o poeta inclusive faz parte: *meus amigos estão satisfeitos/ com a vida dos outros/ fútil nas sorveterias/ pedante nas livrarias*. A seguir, o plano do perigo inicial torna-se o plano da suspeita ameaçadora: *tantos assassi-*

12 José Guilherme Merquior chama a atenção para um paralelo entre Baudelaire e Drummond, este visto como introdutor de uma sensibilidade lírica moderna. *Verso Universo em Drummond*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1975.

13 W. Benjamin. Op. Cit. pp. 68-69.

14 W. Benjamin. Op. cit. p 136.

15 W. Benjamin. Op. Cit. p 197.

16 W. Benjamin. Op. Cit. p. 172.

atos meu Deus! A última estrofe corresponde ao ponto de vista do senso comum, pronunciado em tom familiar, e de certo modo remete à idéia de uma construção coletiva a respeito das metrópoles: numa curiosa reviravolta poética, Drummond se vale deste artifício para recriar no poema, em tom coloquial, como a cidade do Rio é vista pela grande maioria dos brasileiros. Não se pode deixar de pensar na explicação de M. Halbwachs¹⁷ sobre a relação da memória com o espaço: *cada sociedade recorta o espaço a seu modo, mas de uma vez por todas, ou seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças.*

De certo modo, é curioso que até hoje a visão do poeta a respeito do Rio de Janeiro enquanto cidade perigosa - retirada de um quadro de memórias coletivo de época, persista (trata-se realmente de um quadro fixo) e torne-se até mesmo muito mais trágica. A explicação está, contudo, fora do alcance da poesia: a violência das nossas grandes cidades só atestam *que a evolução urbana no Brasil não só não extirpou as raízes coloniais do atraso, que em princípio estariam historicamente fincados no retrógrado mundo rural, mas as reproduziu em escala industrial nas nossas cidades contrariando ponto por ponto a variante urbanística do progressismo de nossas elites ilustradas.*¹⁸ Assim, as cidades vistas por Drummond nos anos 30 incluem-se na gênese da nossa evolução urbana, mas o poeta, ao descrever Belo Horizonte, não cede aos apelos sedutores do urbanismo modernizador, sabe bem o que vê: enxerga ao longe a *casinha de alpendre colonial.*

A lanterna mágica, ao proporcionar a descrição em conjunto de cidades tão diferentes entre si, Sabará, cidade quase fantasma (hoje as Sabará são muitas) ou o Rio de Janeiro perigoso (os Rios são alguns), nos dá conta das diversas faces do urbano, de seus desníveis e de suas reciprocidades, inteiramente lógicas para o capital, como sabemos.

O olhar drummoniano, apesar de lírico e modernista, foi capaz de superar o campo do moderno a nível ideológico, pois sua visão de cidade contém elementos de uma crítica sensível à ordem de nossas cidades e de nossas ilusões de modernização.

PAISAGENS COM CUPINS - seqüência de cidades de João Cabral de Melo Neto

PAISAGENS COM CUPINS

O Recife cai sobre o mar
sem dele se contaminar.
O Recife cai em cidade,
cai contra o mar, contra: em laje.

Cai como um prato de metal
sobre outro preto de metal
sabe cair: limpo e exato
e sem contágio; em só contacto.

Cai como cidade que caia
vertical e reta, sem praia.
Cai em cais de cimento, em porto,
em ilhas de aresta e contorno.

O Recife cai na água isento.
Bem calafetado o cimento:
ao dente da ostra, ou sua raiz,
aos bichos do mar, seus cupins.

Primeiro e último ponto da seqüência: Recife. A constatação do poeta: *Recife cai sobre o mar em laje. Recife cai isento de cupins* porque está bem *calafetado*. Aqui o primeiro aviso ao leitor é o de uma oposição clara entre duas ordens, a natural e tradicional dos cupins e a abstrata-industrial, expressa na palavra cimento. Fácil acrescentar noções a estas duas ordens: a cupins - colonial, primitiva (de acumulação), velho, memória; a abstrato - progressivo, higiene, modernização, máquina.

Olinda não usa cimento.
Usa um tijolo farelento
Mesmo com tanta geometria
Olinda é já de alvenaria.

Vista de longe (tantos cubos)
ela anuncia um perfil duro.
Porém de perto seus sobrados
revelam esse fio gasto

da madeira muito roçada,
das paredes muito caídas,
de ancas redondas, usuais
nas casas velhas e animais.

17 Lembro que Halbwachs foi aluno de Bergson e que nas suas reflexões o registro da memória é mantido à escala do coletivo, e não do individual como o analisou exemplarmente Bergson.

18 Otilia Arantes. *Metrópole na Periferia do Capitalismo*. (resenha). *Folha de São Paulo*. 10/05/97.

Porque Olinda, uma Olinda baixa,
se mistura com o mar na praia:
que é por onde se vão infiltrar
em seu corpo os cupins do mar.

Segundo ponto: de Olinda, a informação inicial é a de que não usa cimento, usa *tijolo farelento* - alvenaria. Olinda é geométrica, *vista de longe (tantos cubos) ela anuncia o perfil duro*. Porém de *perto seus sobrados revelam esse fio gasto*, de materiais orgânicos como a madeira; a seguir há a comparação com a figuração animal: *ancas redondas - nas casas velhas e animais*. Para o poeta, Olinda se justifica no rol das velhas cidades, e a explicação é a natureza do sítio: Olinda é *baixa e se mistura com o mar que é por onde se vão infiltrar em seu corpo os cupins do mar*.

Os arrabaldes do Recife
não opões os mesmos diques
contra o rio que em horas é
o mar disfarçado em maré.

Lá o mar entra fundo no rio
e em passos de rio, corredios,
derrama-se em todos os tanques
por onde a salmoura dos mangues.

O mar por lá vai de água parda
de rio, e de boca calada.
É água de mar, também salobra.
Só que sonolenta e mais gorda.

E lá no que se infiltra, quando,
o mar não rói: corrompe inchando.
Não traz cupins de fome enxuta.
Traz úmidos bichos de fruta.

Os arrabaldes do Recife: aqui o poeta quebra a oposição cerrada Recife-Olinda. No arrabalde *o mar entra fundo no rio(...)*, salmoura dos mangues. A qualidade da paisagem é outra - o mangue -, *o mar não rói corrompe inchando*. A noção de insalubridade e doença está presente, e não se pode deixar de perceber no nosso autor o velho preconceito com as populações de regiões de mangue, este sempre visto enquanto zona intermediária de uma vida rural evidentemente fora da sua ordem e uma ordem urbana insatisfatória. *Não traz cupins de fome enxuta mas traz úmidos bichos da fruta*, isto é, caranguejos.

As vilas entre coqueirais
(as muitas Itamaracás)
mais que as corrói o tal cupim:
ele mesmo as modela assim.

São aldeias leves de palha,
plantadas raso sobre a praia
com os escavados materiais
que o cupim trabalha e o mar traz.

São menos da terra que da onda:
têm as cavernas das esponjas,
das pedras-pomes, das madeiras
que o mar abandona na areia.

Menos da terra que do mar:
dos cupins que ele faz medrar
e dão a tudo a carne leve
que o mar quer nas que leve.

As vilas entre coqueirais. Nestas o cupim tem uma grande tarefa: *mais que as rói ele mesmo as modela*. As vilas de pescadores: *são aldeias leves de palha plantadas sobre a praia*; neste ponto o poeta torna ainda mais clara a noção de cupim como o elemento da natureza e da tradição cultural. Estamos aqui na ordem do parentesco de sangue e das trocas marginais de excedentes, nos limites de um cotidiano pré-capitalista, ou mais precisamente falando, com a vida nas franjas do capitalismo.

As cidades do canavial,
escava-as um cupim igual.
Ou outra espécie de cupim,
já que o mar cai longe dali.

Igaraçu, Sirinhaém,
O Cabo, Ipojuca e também
Muribeca, Rio Formoso:
há algo comido em seu estofo.

E outras ainda mais de dentro:
Nazaré, Aliança, São Lourenço:
imitam no estilo, no jeito,
casas de cupim, cupinzeiros.
Cidades também em colinas,
do mesmo tijolo de Olinda,
também minadas por marés
(ora de cana) pelos pés.

A paisagem do canavial
não encerra quase metal.

Tudo parece encorajar
o cupim, de cana ou de mar.

Não só as cidades, outras coisas:
os engenhos com suas moitas
e até mesmo os ferros mais pobres
das moendas e tachas de cobre.

Tudo carrega o seu caruncho.
Tudo: desde o vivo ao defunto.
Da embaúba das capoeiras
à economia canavieira.

Em tudo pára o ar de abandono
de meia-morte ou pleno-sono,
e esse deixar-se imovelmente
próprio da planta e do demente.

As cidades do canavial: Igarçu, Sirinhaém, Cabo, Ipojuca, Muribeca, Rio Formoso, Nazaré, Aliança e São Lourenço *imitam no estilo, no jeito/ casas de cupim, cupinzeiros*. Ao falar das cidades do canavial inclui o poeta a paisagem rural com maestria: *não só as cidades, outras coisas (...) os engenhos com sua moitas (...) tudo carrega o seu caruncho (...) da embaúba das capoeiras à economia canavieira*. Sabe nosso autor da síntese original de nossas cidades, cuja lógica nasce na heteronomia do rural sobre o urbano, apresentando então o rural e o urbano como duas faces da mesma moeda da decadência econômica regional.

No canavial, antiga Mata,
a vida está toda bichada.
Bichada em coisas pouco densas,
coisas sem peso, pela doença.

Bichadas até a carne rala
da bucha e do pau-de-jangada.
Até a natureza poída,
porém inchada, da cortiça.

Eis o cupim fazendo a vez
do mestre-de-obras português:
finge robustez na matéria
carcomida pela miséria.

Eis os pais de nosso barroco,
de ventre solene mas oco
e gesto pomposo e redondo
na véspera mesma do escombros.

Descrevendo a superfície visível das paisagens, a decadência é antes apreciada pela consciência daquele que conhece a nossa história econômica e suas respectivas sínteses artísticas: *eis o cupim fazendo a vez/do mestre-de-obras português:/finge robustez na matéria/carcomida pela miséria/ Eis os pais do nosso barroco/ de ventre solene mas oco/e gesto pomposo e redondo/na véspera do escombros*.

Certas cidades de entre a cana
(Escada, Jaboatão, Goiana)
procuraram se armar com aço
contra a vocação de bagaço

Mas o aço tomado deu mal:
não se fecharam ao canavial
e somente em bairros pequenos
seu barro salvou-se em cimento

E nelas(como nas usinas,
que de aço também se vacinam,
nas quais só a custo a ferragem
vive, azul, nos meses de moagem)

a cana latifúndia em volta,
com os cupins que ela cria e solta,
penetra ainda fundo: combate-as
até a soleira das fábricas

As cidades de entre a cana (Escada, Jaboatão, Goiana) procurando se armar com aço/ contra a vocação do bagaço. O elemento novo, a modernização, como se sabe é incompleta, *mas o aço tomado se deu mal:/ não se fecharam ao canavial/ e somente em bairros pequenos/ seu barro salvou-se em cimento*. Na síntese das nossas cidades encontra-se via de regra a presença de elementos arcaicos, e o mais conhecido e terrível deles é a estrutura agrária. E arremata o poeta, sabedor como ninguém dessa lógica: *a cana latifúndia em volta,/com os cupins que cria e solta,/penetra ainda fundo: combate-as/até a porta das fábricas*

O Recife, só, chegou a cristal
em toda a Mata e Litoral:
o Recife e a máquina sadia
que bate em Moreno e Paulista.

Essas existem matemáticas
no alumínio de suas fábricas.
Essas têm a carne limpa,
embora feia, em série, fria.

O cupim não lhes dá combate:
nelas motores vivos batem
que sabem que enquanto funcionem
nenhuma ferrugem os come.

Mas nem na Mata ou Litoral
há mais desse aço industrial
para opor-se ao cupim, ao podre
que o mar canavial traz, ou fosse.

O autor, modernista nato, ao descrever o antigo, o faz sem nenhuma saudade de nosso passado colonial, ao contrário, o veículo do passado é exatamente descrito e entendido esteticamente como o destrutivo e ameaçador cupim, a doença contra a máquina do progresso, que adquiriu status de ser vivo, pois é descrita como sadia máquina. No combate entre o velho e o novo, o novo está em menor presença: *o Recife, só, chegou a cristal/ em toda Mata e Litoral:/O Recife e a máquina sadia/que bate em Moreno e Paulista*; mas é ainda uma presença forte: *o cupim não lhes dá combate:/nelas motores vivos batem/que sabem que enquanto funcionem/nenhuma ferrugem os come*. Para João Cabral, a modernização e a máquina, seu veículo, representam um além prometido contra a idéia e a realidade da degradação e da morte.

AS VISÕES DE CIDADE DE JOÃO CABRAL DE MELO NETO

A paisagem para o poeta deixa de ser imagem em repouso, captada especialmente por um olhar contemplativo; a paisagem é pleno movimento. A pergunta de João Cabral é: qual a natureza desta movimentação? Há um evidente teor surrealista: paisagens com cupins, mas a paisagem descrita não foi gerada fora da consciência crítica, no fluxo livre das idéias como quer o surrealismo. Antes pelo contrário, João Cabral tem plena consciência de que aquilo que observamos como paisagem é também manifestação do social. Ao tratar de paisagens brasileiras, apresenta particularidades da nossa História, mostrando inequivocadamente nossa formação sócio-econômica.

São duas ordens em disputa: a sociedade de raízes coloniais, simbolizada pelo cupim e suas estratégias de sobrevivência, e a modernização, representada por vários elementos como cimento, metal, alumínio, aço, máquina. No esquema das cidades apre-

sentado, apenas a cidade do Recife sugere a vitória de uma ordem modernista; as demais ostentam em signos visíveis sua própria história interrompida.

O poeta dá conta daquilo que é realidade tangível em cada paisagem descrita. Olinda é de fato uma cidade construída (na sua parte antiga) pelo sistema construtivo da alvenaria, e, como se sabe, a proporção em quadrado era comum na arquitetura colonial: a visão ao longe configura por consequência uma sucessão de cubos. A própria decadência econômica da cidade está justificada na síntese estética de seu sítio: *é por onde se vão infiltrar/ em seu corpo os cupins do mar*.

A região do mangue vista pelo poeta (*o mar não rói: corrompe inchando*), ainda que com notável qualidade estética, não se diferencia muito de determinado urbanismo dito progressista e de índole higienista, e que no impulso de limpeza urbana realiza para a ordem estabelecida, seja no discurso, seja na prática, uma certa faxina social condenando como insalubres certos lugares onde a pobreza se instala.

Ao descrever as vilas entre coqueirais, João Cabral deixa ainda mais nítida sua tese sobre o cupim enquanto elemento de atraso: *mais que as corrói o tal cupim:/ ele mesmo as modela assim*

É, contudo, ao referir-se às cidades do canavial que o poeta dá um passo adiante, ao observar que a *paisagem do canavial não encerra quase metal*, ou seja, inclui um mínimo de elemento modernizador, afinal o canavial, num determinado momento, garantiu uma certa pujança econômica. Contemporaneamente, aquela possibilidade de impulso constitui-se atraso: *tudo carrega o seu carruncho (...)/ Da embaúba das capoeiras/ à economia canavieira*.

Existem cidades que recebem o impulso modernizador da industrialização na versão cabralina: *procuram se armar com aço/ contra a vocação do bagaço*. Mas, como se sabe, as medidas tomadas para tal não foram suficientes: *Mas o aço tomado deu mal/ não se fecharam ao canavial*. A paisagem explica sua própria gênese social: *a cana latifúndia em volta,/ com os cupins que ela cria e solta/ penetra ainda fundo: combate-os/ até a soleira das fábricas*. O poeta vê com perspicácia: a estrutura agrária brasileira é de fato responsável pelo atraso econômico, e, o que é pior, esta estrutura é funesta para a própria mentalidade do trabalhador, que chega a considerá-la enquanto ordem natural do mundo. A explicação de José de Sousa Martins cai como luva: a propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital

moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil quanto a da cidadania de seus membros. A sociedade civil não é senão esboço num sistema político em que, de muitos modos, a sociedade está dominada pelo Estado. E um Estado baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e a da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, *o atraso é um instrumento de poder*.¹⁹

Por fim, ao fechar o seu circuito de cidades, de volta ao Recife, João Cabral acaba por caracterizar seu poema como uma espécie de ode à modernização. Para o poeta, o novo representa o fim de toda degradação das condições de vida herdadas do passado; a decadência econômica regional é produto direto de um resíduo colonial persistente como um inseto vivo.

Voltando à pergunta inicial sobre a relação dos dois autores: há pontos de contato, afinal são modernos, mas não dizem respeito à gênese estética, pois a poética drummoniana, como se sabe, é bastante diversa da de João Cabral

A cifra do modernismo é por demais genérica para designar suas particularidades. A visão de modernização é que é diferenciada: Drummond experimenta o moderno mas mantém com este uma relação de tensão, pois o poeta parece se dar conta de que é preciso suspeitar, ou pelos menos, não se entregar sem reservas ao *novo*; João Cabral, ao contrário, defende com fervor quase religioso a bandeira da modernização (processo econômico): só ela destruiria o cupim do atraso. Não se trata de uma visão dualista que opõe a noção do tradicional à do moderno: o cupim é exatamente a figura encontrada pelo poeta para definir as estratégias de sobrevivência e disfarce do atraso, como por exemplo o pacto estrutural entre classes proprietárias "atrasadas" e "modernas" na origem de nosso crescimento urbano-industrial. O quadro apresentado por Cabral procura dar conta desta situação: *a cana latifúndia em volta* continua.

Os dois autores souberam ver com exatidão nossas cidades, e a poética de suas visões revelou a síntese de um processo urbano incompleto, em forma e conteúdo.

19 José de Souza Martins. *O Poder do Atraso*. (Ensaio de Sociologia Lenta). São Paulo, ed. Hucitec, 1994.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia e Prosa*. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1992.
- ANDRADE, Mário de Andrade. *Aspectos da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Améric. Edt, 1943.
- BANDEIRA, Manuel. *Poesia Completa e Prosa*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1990.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas Vol. III. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOSI, Ecléia. *Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A Queiroz ed, 1979.
- CARPEAUX, Oto Maria. *Origens e Fins*. Rio de Janeiro, CEB, 1943.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Kairós, 1983.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- MARTINS, José de Sousa. *O Poder do Atraso*. Ensaio de Sociologia da História Lenta. São Paulo, Hucitec, 1994.
- MELO NETO, João Cabral. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro, ed. Sabiá, 1968.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Verso Universo em Drummond*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1975.

Endereço do autor: Mirandulina Maria Moreira Azevedo

Endereço: Rua Francisco Leitão, 26, apt. 5. Cep: 05414-020 tel: 852-0471

O artigo foi escrito em junho de 1997.

AMAZÔNIA: UMA VISÃO QUE EMERGE DAS ÁGUAS¹

Ricardo José Nogueira²

RESUMO:

O objetivo do texto é fazer emergir do pesado manto do discurso acadêmico uma outra visão da Amazônia, não a dos holofotes dos grandes eventos que incandescem o observador, impedindo-o de ver além de sua luz, mas de uma Amazônia de acontecimentos quase imperceptíveis que lhe dão vida. Uma Amazônia que acontece nos vales fluviais, a Amazônia das várzeas, e ainda preserva um modo de vida peculiar, extremamente dinâmico e com rede própria de relações. Uma Amazônia que permanece na sombra. Ou na água, esquecida ou negada com a máscara do atraso para ser superada. Que contudo teima em existir, e não se constitui, para o discurso hegemônico, como foco ou vítima da ação dos atores dominantes. É dessa Amazônia que o texto fala, dando-lhe uma visão de dentro, do seu âmago. Uma visão que emerge das águas...

PALAVRAS-CHAVE:

Amazônia discurso várzeas modo de vida visão/imagem.

RÉSUMÉ:

Ce texte a pour but de faire émerger du lourd manteau du discours académique une autre vision de l' Amazonie: au lieu de celle des réflecteurs des grands événements qui éblouissent le spectateur et l'empêchent de voir au-delà de leur lumière, la vision d'une Amazonie d'événements à peine perceptibles mais qui lui donnent vie. Une Amazonie qui se concrétise dans les vallées des fleuves, l'Amazonie des plaines cultivées et qui conserve toujours un mode de vie particulier, extrêmement dynamique et qui a son propre réseau de relations. Une Amazonie qui demeure dans l'ombre. Ou bien dans l'eau, oubliée ou même rejetée, qui porte le masque du retard, de ce retard qui doit être rattrapé. Une Amazonie qui, malgré tout, s'obstine à exister et qui n'est pour le discours dominant ni le centre d'intérêt ni la victime des actions des acteurs dominants. C'est de cette Amazonie dont parle le texte; c'est une vision qui vient de son intérieur. Une vision qui émerge des eaux...

MOTS-CLÉS:

Amazonie discours plaines cultivées mode de vie vision/image.

"Zeca Macedo, proprietário do barco 'lane José', comunica a todos que estará fazendo recreio com destino a Janaucá, saindo dia 09 às 7:30 da Escadaria dos remédios, escalando na Ilha do Baixio, Curari, Muratu, Janaucá, até Caapiranga. Água mineral e cafezinho é grátis. Excelente tratamento à bordo. Você desfruta viajando pelo confortável barco 'lane José' Nosso amigo Zeca Macedo agradece a preferência."³

A intenção aqui é trazer algumas reflexões que já de alguns anos venho fazendo sobre a Amazônia e principalmente a respeito dos discursos sobre a mesma. Isto começou a partir de um trabalho realizado sobre o transporte fluvial na região onde me deparei com uma Amazônia que não era a dos discursos dominantes.

Em primeiro lugar gostaria de ressaltar que em poucos anos, mais ou menos trinta, esta região deixou de ser uma terra sem homens, como pregava o discurso oficial e militar, para ser uma terra de conflitos e nova fronteira para acumulação do capital, a partir dos grandes projetos, como destaca principalmente o discurso acadêmico; discurso que, se por um lado contribuiu de forma decisiva para expor

as claras as mais diversas formas de apropriação/ uso recente da terra na Amazônia, com a constituição de malhas públicas e privadas, visíveis ou não, por outro lado, tornando-se um discurso hegemônico, fez com que se consolidasse uma imagem de Amazônia, que, embora real, não é total. Criou-se um obstáculo para pensá-la de outra maneira, talvez pelo fato de se privilegiar apenas um viés.

- 1 Texto apresentado em Mesa Redonda por ocasião da comemoração do Dia do Geógrafo, em 29/05/96, na cidade de Manaus.
- 2 Professor do Departamento de Geografia da Universidade do Amazonas.
- 3 Anúncio de Rádio local transmitido diariamente de Manaus no programa "Correspondente do Interior", em ondas curtas, (atingindo toda a bacia amazônica) e destinado aos moradores das vilas dos rios e lagos.

Assim, não penso em constituir uma outra visão, uma outra imagem de Amazônia, até porque ela já existe. É preciso apenas fazê-la emergir do pesado manto que é o discurso do acontecimento dos grandes projetos.

Ainda que partindo do pressuposto de que o discurso é apenas incompleto e não irreal, acredito que algumas indagações devem ser postas. Porém, antes de fazê-las, é necessário resgatar as origens do mesmo. Penso que a obra que inaugura e marca o temário é a de CARDOSO E MULLER (1977), tratando da expansão do capital na Amazônia. Descrevendo com precisão a ação do Estado, através de vários planos e programas, e do capital privado, os autores passaram a ser referência obrigatória para quem quer "entender" a Amazônia. Seguem-se as obras de IANNI (1979, 1981), tratando da colonização na ditadura, da questão política do acesso à terra na região e das lutas e conflitos pela mesma. MARTINS (1982), abordando a migração, percebe a superposição de territórios como fruto do conflito: é a frente pioneira X frente de expansão. PINTO (1980) segue o rastro do saque e BECKER (1982, 1990) procura analisar toda a geopolítica destinada a integração da região.

Pensamos que não há contradição com o real nas obras destes autores. Como os mesmos se prendem a compreender o processo de incorporação da região à nação e ao mundo, e como as ações adotadas pelo Estado foram de forte impacto, constituindo-se um "fato importante" como poderiam os mesmos investigarem outra coisa? Afinal, grandes transformações estavam ocorrendo e continuam a ocorrer na região.

O problema maior, penso, é que da mesma forma como a história da Amazônia foi contada a partir de grandes acontecimentos, começando pela coleta das drogas do sertão e depois pelo período áureo da borracha, o momento atual conta a história dos grandes projetos. Todos estes eventos agiram e agem, de certa maneira, como um holofote que, incandescendo o observador, impede-o de ver algo além de sua luz. Basta ver o hiato existente da crise da borracha até os grandes projetos. Disto para a generalização é um passo. A Amazônia aparece na atualidade como uma região sinônima de devastação, conflitos, grandes projetos, conquistada na pata do boi e cortada por rodovias com os respectivos atores sociais e suas temporalidades específicas.

Apesar da validade dessa leitura, que não pode deixar de falar do estado e do Capital, como se só isso ou só assim os estudos ganhassem um caráter

crítico ou o estatuto científico, acredito que a região, para ser compreendida em sua totalidade, deve ser lida também a partir de acontecimentos que, de forma quase imperceptível, dão vida à mesma, ou seja, como é a Amazônia que não foi afetada pelos grandes projetos? Pois é só dessa que se fala.

Em segundo lugar, é fundamental atentar-se para a velocidade da diferenciação interna que vem se processando na região. Contudo, antes de falar da diferenciação interna constantemente produzida, é válido salientar a diferenciação dada pela natureza: refiro-me a uma Amazônia que acontece nos vales dos diversos rios, nas várzeas, que ainda preserva um modo de vida peculiar e extremamente dinâmico no que diz respeito à produção e circulação ribeirinha, ainda que não possa ser chamada de moderna, mas que constitui uma rede própria. O moderno ou capitalista está exatamente numa outra Amazônia, no seu espaço periférico, não inundável, propício para a instalação de grandes fazendas e rodovias. Esta é que tem sido o laboratório dos inúmeros estudos sobre a região. A outra está na sombra. Ou na água.

Quanto à diferenciação criada, produzida, esta fica mais evidente quando se percebe na paisagem, por exemplo, as diversas estratégias para os diversos pontos do território amazônico, e, na combinação de fatores, surgem reações distintas. Ora, por que o empate, processo de resistência ao desmatamento só ocorre no Acre? Por que não surgiram reservas extrativistas no Pará?

É inegável que a criação de toda uma infraestrutura rodoviária provocou mudanças substanciais numa região até então posta como isolada, com seus laços dados a partir da malha fluvial. Tempos distintos passam a conviver no mesmo espaço produzindo novas relações sociais e uma percepção diferente do processo de valorização do espaço e dos recursos aí contidos. Todavia, isto só pode ser verdadeiro para aqueles lugares em que a estrada chegou, pois ela trouxe consigo mesma o símbolo da modernização e suas consequências. No entanto, para aqueles lugares em que a mesma não atingiu, os ritmos continuam sem muita disparidade. E ela não chegou em muitos lugares. Tomando como exemplo o Estado do Amazonas, apenas duas cidades, das sessenta e duas sedes de municípios, surgiram em torno das rodovias, e ambas estão envolvidas por projetos: a cidade de Presidente Figueiredo, às margens da BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, é suporte da mineração de cassiterita da empresa Paranapanema; e Apuí, que é sede de um projeto de

colonização agrícola e possível palco de futuros conflitos. Grande parte da calha central do rio Amazonas-Solimões não foi afetada por rodovia e é aí que está a outra Amazônia.

Assim, fica difícil assimilar totalmente as afirmações, como a feita por BECKER, (1990) de que "altera-se drasticamente o tempo e o espaço regionais; e as relações, que por via fluvial se faziam em meses e dias, passam a se contar em termos de hora" O verbo no passado parece querer indicar o fim da mobilidade por via fluvial. Da mesma forma, vamos encontrar em GONÇALVES et alli (1994) afirmações como: "um novo processo de ocupação que se tem verificado, nos últimos 30 anos, em torno das rodovias e ferrovias tira dos rios o eixo da organização social e ecológica do espaço amazônico"; ou ainda: "o padrão rio-várzea foi bruscamente substituído pelo padrão rodovia-ferrovia, terra-firme e subsolo" Isto produz o efeito de abafar tudo o que ocorre nas várzeas amazônicas.

Como, por exemplo, a Capitania dos Portos, ao estimar que circulam na Amazônia mais de 100 mil embarcações de diversos tipos, desde as de uso particular, com várias dimensões, até as embarcações que estão transportando cargas e passageiros, atendendo aos fluxos inter-regionais, operadas por grandes empresas e ribeirinhos. As maiores cidades da Amazônia estão às margens dos rios e polarizam outras tantas na mesma localização e condicionadas a um mundo fluvial. Além disso, as estatísticas do IBGE indicam que 48% da população é rural. Sabemos, no entanto, que nem todos estão nas várzeas. É surpreendente verificar também as análises em torno da questão dos atores sociais. Emergem apenas índios e seringueiros, como se só estes compusessem a sociedade amazônica originária. Isto é compreensível, pois foram os mais vulneráveis ao processo de incorporação da região, porque situados na rota das ferrovias. Ainda podemos perguntar: as cidades que estão às margens dos rios e que foram atingidas por rodovias substituíram, realmente, seus laços com a via fluvial? Até mesmo o camponês ou posseiro dos quais se fala na Amazônia são aqueles que chegam por rodovia. É por que não considerar o colono também como "estranho" na medida em que este se defronta com a população local impondo uma relação de superioridade, vendo no índio ou no ribeirinho o "outro"?

Em terceiro lugar, gostaríamos de levantar algumas questões sobre o "coração" da Amazônia, ou seja, toda uma região cercada pelo arco de rodovias que ligam Belém-Brasília- Cuiabá- Porto Velho- Rio Branco. Toda esta imensa região, onde os fluxos são

dados pela via fluvial, está, com poucas exceções, imune aos grandes projetos agropecuários e minero-metalúrgicos, e, de certa maneira, imune aos conflitos. Diferente de sua periferia, a ação do Estado e do capital nesta área é praticamente nula. Com o acesso dado somente por via fluvial, o uso da terra, a especulação e a grilagem dão outro caráter à valorização da mesma. Ainda que apropriada em quase sua totalidade, as relações sociais existentes em nada se assemelham à outra Amazônia.

Ocupada centenariamente por milhares de ribeirinhos, que aí produzem, reproduzem-se, circulam e consomem, sua existência é praticamente mascarada, ou fica na sombra porque não se constituíram, para o discurso hegemônico, enquanto foco ou vítima da ação dos atores dominantes. Somente o índio emerge, e não seus descendentes. A ausência de confronto ou de conflito os exclui como parcela componente dos atores sociais da Amazônia. Esquecê-los é o mesmo que assumir o discurso do vazio amazônico.

Entender esta Amazônia, onde a ação do Estado e do capital são insignificantes, exige mais do pensamento crítico, até porque não há evidências na paisagem, como uma hidrelétrica, uma rodovia, uma grande fazenda, uma mineração etc, que demonstrem o saque, a expropriação. Como o discurso está muito preso à terra, sua posse, sua disputa, seu uso, seja como reserva de valor, meio de produção ou meio de sobrevivência, há uma certa dificuldade de apreender a importância da água na Amazônia. Água enquanto recurso produtivo, inapropriável, socializada, via de circulação, "modelador" da paisagem; água que leva terra e que produz terra.⁴ Vive-se dela e mesmo sobre ela, basta ver o singular papel das casas e mercearias flutuantes em quase todos os rios e lagos da região, funcionando como ponto de apoio para abastecimento, troca de produtos, ponto de referência para os ribeirinhos e ponto de transbordo para outras localidades. Com certeza não envelheceu a observação feita por MORAES em 1906: "Os defuntos vão pra cova embarcados, embarcados vão os noivos, os padeiros, as procissões, os caçadores, os comerciantes, os trabalhadores, os eleitores, os namorados, os músicos. O rio é a rua." Esta condição pressupõe uma outra forma de produção do espaço, seu uso e circulação.

4 Refiro-me aqui à dinâmica fluvial, pois, ao mesmo tempo em que os rios produzem o fenômeno das "terras caídas", reduzindo as propriedades que estão às margens dos rios, fazem surgir noutros lugares bancos de areias, que são por sua vez usadas para o plantio.

TERRA DE CABLOCO

Se é a disputa pela terra na Amazônia que ganha destaque, por que não se disputam as terras férteis de várzea? Por que a massa de migrantes nordestinos e sulistas, os projetos de colonização e mesmo os grandes grupos empresariais e fazendeiros "paulistas" não procuraram a várzea para ocupar? Tentamos encontrar uma resposta para cada segmento. Por um lado, os migrantes pobres, nordestinos e sulistas, além da impossibilidade de acesso à rodovia, culturalmente não comportam em seu modo de vida a combinação terra-água-floresta para reproduzirem-se. Aqueles que migraram no surto da borracha e foram depois para a várzea passaram por um longo processo de *caboclicização*, deixando para seus descendentes o conhecimento sobre a terra formas e período de plantio na várzea; sobre a água cheia, vazante, piracema, pesca, navegação, mitos etc; e sobre a floresta - caças, resinas, sementes, raízes, madeiras, palhas, remédios, mitos etc.

Quanto aos grandes grupos empresariais, ou "paulistas" pensamos que o problema esteja na dificuldade de apropriação direta da renda diferencial I, aquela oriunda da fertilidade natural dos solos ou de sua localização frente aos mercados. Assim, as terras de várzea, se por um lado são possuidoras de uma grande fertilidade em virtude de regime fluvial anual, por outro estão ainda longe do acesso pelas

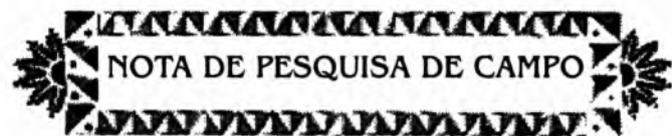
rodovias. Isto gera outro problema para os capitalistas, que é o da dificuldade de valorização da terra, reduzindo a ação de especuladores e grileiros. Como falar aqui em terra enquanto reserva de valor? A questão é a da impossibilidade da constituição de enormes fazendas de gado devido às características físicas da várzea, quando largas faixas, de até 100km, são completamente inundadas.

As terras de cabloco impõem problemas à rápida valorização do capital investido. Para o cabloco, o significado do que há sobre ela em nada se assemelha ao significado posto pelos latifundiários e especuladores.

Para finalizar, devemos lembrar que a Amazônia vem ingressando de forma cada vez mais intensa na divisão internacional do trabalho. Hoje a região exporta uma diversidade de produtos que vão de raízes, sementes, folhas e resinas até eletroeletrônicos, passando por minérios, madeiras e peixes (vivos e congelados). Não podemos, ainda, esquecer de que estamos na maior bacia hidrográfica do mundo, responsável pelo escoamento de um quinto do volume de água doce do mundo, e que este importante recurso natural é limitado e desigualmente distribuído e consumido pelo globo. Poderá, então, não ser surpresa se em breve este recurso transformar-se em mercadoria e entrar, também, na pauta de exportação da região. Por que não?

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Berta. *Geopolítica da Amazônia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1892.
- _____. *Amazônia*. São Paulo, Ed. Ática, 1990.
- CARDOSO, F. & MULLER, G. *Amazônia: Expansão do Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- GEOGRAFIA DO BRASIL, REGIÃO NORTE (VOL.3)*. Rio de Janeiro, F.I.B.G.E., 1989.
- GONÇALVES, Carlos W. et alli. *Infra-Estrutura Urbana e Viária*. In: *Amazônia Uma Proposta Interdisciplinar de Educação Ambiental*. Brasília, IBAMA, 1994.
- IANNI, Octávio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1979.
- _____. *A Luta pela Terra*. (3a. ed.) Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.
- MARTINS, José de S. *Expropriação e Violência*. (2a.ed.) São Paulo, Hucitec, 1982.
- _____. *A chegada do Estranho*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1993.
- MORAIS, Raimundo. *Na planície Amazônica*. (7a.ed.) Belo Horizonte, São Paulo, Edusp, 1987.
- NOGUEIRA, Ricardo J. *Amazonas: Estado Ribeirinho (Estudo do Transporte Fluvial de Cargas e Passageiros)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, F.F.L.C.H./ USP., 1994.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. *Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos*. Campinas, S.P., Papirus, 1987.
- PINTO, Lúcio F. *Amazônia: no Rastro do Saque*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.



NOTA DE PESQUISA DE CAMPO

Trabalho de campo: uma ferramenta do geógrafo

Vicente Eudes Lemos Alves¹

"O instrumento mais importante que o geógrafo leva para o campo é o próprio cérebro. Lá, ele não se limita a olhar, o que fazem todos os que viajam: turistas, viajantes. O geógrafo precisa ver, que significa, olhar associado ao ato de refletir: Observar, enfim." (Orlando Valverde)

O trabalho de campo sempre foi uma ferramenta importante no estudo do geógrafo. Se resgataremos um pouco da história do pensamento geográfico, atentaremos para o detalhe de que a prática da observação tornou-se um recurso imprescindível para os geógrafos das mais distintas gerações e nacionalidades. Somente para lembrarmos, a geografia já nasce como ciência, valorizando esse espírito de buscar na observação direta elementos para melhor compreensão da paisagem. Humboldt, por exemplo, foi um desses geógrafos que primeiro utilizou essa ferramenta para explicar os fenômenos que se manifestavam na superfície da terra.

Aliás, a vasta obra de Humboldt baseou-se enormemente nas observações por ele colhidas durante suas viagens aos vários lugares do planeta.² O mais interessante na obra desse autor é que, apesar de estar respaldada nas observações, ela não se caracteriza como empirista, na medida em que Humboldt conseguia aliar o trabalho empírico ao abstrato.³ Um outro elemento também importante em Humboldt é o fato de que ele considerava que a observação da paisagem não devia ser um exercício frio, sem emoção, mas justamente o oposto, ou seja, a natureza⁴ devia

ser observada com os sentimentos, isto é, contemplada da maneira mais prazerosa possível, e para que isso ocorresse era preciso que o observador deixasse fluir toda a sua sensibilidade.

De acordo com suas próprias palavras:

*"A natureza é o reino da liberdade, e para pintar vivamente as concepções e os prazeres que sua contemplação profunda espontaneamente engendra seria preciso dar ao pensamento uma expressão livre e nobre em harmonia com a grandeza e majestade da criação."*⁵

A herança deixada por Humboldt no que diz respeito à prática do trabalho de campo, no meu entender, constitui em um ensinamento importante para nós geógrafos, sobretudo para aqueles que adotam tal procedimento como um recurso a mais para o desvendamento da paisagem. Nesse sentido, considero que o trabalho de campo pode indicar caminhos que possibilitem obter novas interpretações sobre a realidade estudada. Contudo, é importante estarmos atentos para o fato de que o ato de observar, para o geógrafo, não deve ocorrer nem sem emoção e muito menos sem o compromisso com a realidade que se investiga; é preciso, ao mesmo tempo, colocar em prática o exercício de observar, aliado ao de sentir e refletir.

UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DE CAMPO

Algumas de minhas experiências com trabalho de campo demonstraram a necessidade de levar

1 Estudante de Pós-graduação do Departamento de geografia - FFLCH/USP

2 O continente americano foi desses lugares que Humboldt conheceu. Permaneceu aqui durante cinco anos, principalmente na América do Sul e Central (Venezuela, Colômbia, Peru e Cuba), onde produziu um material de grande utilidade não somente para a geografia, mas também para a Botânica, a Geologia, a Antropologia etc.

3 Moraes, A. C. R. *Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico*, p.43.

4 Em sua obra, Humboldt trabalha essencialmente com os elementos da natureza; o Homem é apenas mais um desses elementos.

5 Humboldt, A. *Cosmos*, V. I, pg. 40.

em conta algumas das questões levantadas acima. Dessa forma, tentaremos neste artigo mostrar, a partir de uma das minhas experiências de campo, o quanto é necessário o exercício de observar aliado ao de refletir quando se faz uma investigação de um determinado tipo de paisagem.

Ingressamos no programa de pós graduação do Departamento de Geografia FFLCH/USP, em 1995, ao qual apresentamos como proposta estudar o processo de modernização do espaço agrário do Sul do Piauí, região de cerrados que recentemente vem se transformando em uma área de interesse do grande capital do setor agropecuário.

A intenção de estudar aquela área nasceu após uma curta visita ao local e algumas leituras que realizei sobre aquele fenômeno, principalmente nos veículos da grande imprensa piauiense e também do Sudeste do país, nos quais frequentemente a interpretação apresentada sobre aquele processo era a de que estava ocorrendo, com a entrada do grande capital, uma 'revolução' na região, visto que a mesma possuía uma população predominantemente camponesa cuja base econômica sustentava-se na agricultura de subsistência. Esta representava portanto, a face atrasada nesse novo contexto em que vivia o país, e no qual o Piauí começava a se inserir. Passava-se, então, que o moderno chegava para superar o atraso.⁶

Na primeira etapa do curso dedicamo-nos às leituras; dentre outras, àquelas que abordavam o processo de modernização do espaço agrícola brasileiro, particularmente aquele que se deu nas regiões de expansão das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e mais recentemente do Nordeste (incluindo aqui também o Piauí, onde os grandes projetos agropecuários começaram a se instalar, principalmente nos cerrados do Sul do Estado, na década de 80). Após um volume considerável de leituras, percebemos que as mesmas não davam conta de explicar a realidade do Sul do Piauí, e que, portanto, precisaríamos solucionar, "in loco" algumas de nossas questões. Preparamos, então, um trabalho de campo sistematizado, a ser desenvolvido junto à área pesquisada, e que executamos no mês de janeiro de 1997.

No nosso primeiro contato com a região, percebemos que, no nível da aparência, a modernização apresentava seus resultados a partir das planta-

ções (soja, milho, arroz) em grandes propriedades que se tornavam por sua vez visíveis a todos que passavam pela estrada; também nas cidades apareciam alguns registros que nos indicavam que estavam ocorrendo transformações recentes naquele espaço. Detectamos, dentre outras coisas, que havia ali uma convivência de duas culturas distintas e que se manifestavam, por exemplo, na arquitetura das residências - algumas com características da cultura local e outras construídas no estilo da cultura dos novos habitantes, sobretudo da região Sul do Brasil. Observamos, ainda, nos hábitos das pessoas, manifestações do velho e do novo que conviviam concomitantemente. De um lado, pessoas locomovendo-se em jegues, uma característica da cultura camponesa do sertão, de outro, o estilo das sociedades ditas modernas, dentro do qual os automóveis importados e nacionais últimos modelos constituem os símbolos mais evidentes. Diante de tais observações, sentimos a necessidade de entender a realidade que se colocava à nossa vista para além da aparência. Para tanto, precisaríamos buscar um certo envolvimento com aquela sociedade, o qual estávamos iniciando naquele momento.⁷ Após contatos com camponeses, projeteiros⁸ e autoridades locais (que ocorreram tanto através de conversas 'descompromissadas' quanto de entrevistas sistematizadas, sendo que a maioria foi gravada), passamos a conhecer melhor o que realmente estava acontecendo com o processo de modernização daquela região.

Após tal procedimento, chegamos a várias constatações, dentre elas, a de que a tão propalada modernização, veiculada pelos meios de comunicação (e pelo próprio Estado piauiense que procura, a todo custo, passar a idéia de que para sair do atraso econômico em que se encontra é preciso oferecer todas as facilidades para que o grande capital se interesse por aquele Estado), na prática, apresentava vários complicadores. Alguns deles originavam-se no próprio Estado, na medida em que este possuía um papel contraditório na condução daquele processo, pois ao mesmo tempo que anunciava a elaboração de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento dos cerrados, principalmente no Sul do Estado, estas não produziam efeitos práticos, ao menos no que se referia à infra-estrutura que dá sustentação à produção e aos setores de bem estar da população.

6 Uma reportagem da revista ISTO É sobre a modernização da região trazia o seguinte título: 'O Piauí que dá certo'. ISTO É, 3 de agosto de 1994, nº 1296, pg. 47.

7 Obtive algumas facilidades nesse meu objetivo, pois temos parentes que residem em várias cidades da região.

8 Na região as pessoas que desenvolvem projetos agropecuários são chamadas de projeteiros

Verificamos, por exemplo, que o sistema viário é totalmente deficitário, pois as estradas que "cortam" a região estão praticamente intransitáveis, sendo que o mesmo ocorre com a energia elétrica, pois a falta de investimentos neste setor vem ocasionando quase que diariamente cortes em seu fornecimento, sobretudo para o Sul do Piauí. Em relação aos investimentos nos setores sociais, tais como educação e saúde, observamos que estes são praticamente nulos, o que aumenta ainda mais a carência daquela população.

Entretanto, em se tratando de estratégias para atrair o grande capital para as áreas de cerrados, o governo piauiense procura superar suas deficiências nos setores citados acima, concedendo grandes extensões de terras, em sua maioria devolutas, aos 'investidores' por preços praticamente irrisórios. Para se ter uma idéia, um hectare de terra na região pode ser comprado por R\$ 15,00. Este fato vem desencadeando um processo de concentração de terras ainda maior, em alguns casos, com o agravante de que muitos adquirem, através da compra, apenas uma parcela da terra, sendo que as outras são obtidas através da grilagem.⁹ É prática comum na região, por exemplo, um 'investidor' comprar um parcela de terra e anexar, através do grilo, todas as outras que estão ao seu redor. Tal procedimento é facilitado pela pouca fiscalização que existe. O mais grave disso tudo é o fato de que os posseiros que viviam nessas terras, muitos há dezenas de anos, foram ou estão sendo expulsos, o que vem ocasionando, nos últimos anos, um aumento de famílias sem terras. Atualmente já são freqüentes os conflitos pela posse da terra em várias localidades da região.

O trabalho de campo contribuiu ainda para desvendarmos outras questões, as quais foram importantes para avançarmos em nossa pesquisa.

Um item apresentado, sobretudo pela imprensa,¹⁰ para identificar o sucesso da modernização, era o crescimento do número da população camponesa empregada com salário. Quando se tocava nesta questão, freqüentemente aparecia a análise de que somente o fato da população local passar a ganhar um salário

mínimo já era um grande avanço, visto que os trabalhadores que antes recebiam salários irrisórios quando conseguiam empregar sua mão-de-obra agora passariam a ter o privilégio de receber essa quantia. Procuramos, então, verificar de que forma essa melhora refletia-se na vida dos camponeses assalariados do local. Após conversas com os próprios camponeses e com alguns projeteiros, constatamos que os beneficiados com a modernização, quase sempre, resumem-se a estes últimos, visto que, além de continuarem pagando salários irrisórios a seus empregados, estes somente são utilizados em determinados momentos de pico (no início da implantação do projeto ou em períodos de colheita) e para exercerem certas funções. No caso, as tarefas mais pesadas, como a de limpar a área, carregar sacos etc, são destinadas à população local, que na entressafra de suas atividades agrícolas complementa a renda familiar com o trabalho temporário. A mão-de-obra mais especializada é recrutada em outros lugares (normalmente em Barreiras/BA, onde a oferta de mão-de-obra que trabalha com maquinários é maior).

Diante dessa modernização perversa, ao camponês (aquele que ainda possui uma pequena propriedade) acaba restando como alternativa sua roça, de onde ele retira os meios de vida e, quando há excedentes de produtos, vende-os no mercado local. Encontramos vários camponeses nessa condição, que relataram a outra face dessa modernização, ou seja, aquela que exclui ainda mais a população pobre do local, a mesma que sempre ficou de fora de todos os recursos, que no discurso oficial e da academia, são destinados a resolver o problema da pobreza da região; recursos que, no final das contas, acabam sendo desviados para a engorda do boi do pecuarista tradicional e, mais recentemente, também ao melhoramento da monocultura ou da pecuária do 'moderno' fazendeiro. A população camponesa, além de não ter acesso a nenhum desses recursos e aos equipamentos sociais básicos, tais como educação e saúde, ainda sofre com a desvalorização de sua condição de camponês, na medida em que a modernização passa a ser vista como um processo comandado pelos grandes agropecuaristas, que produzem essencialmente para o mercado.

Finalmente, um outro fenômeno que caracteriza aquele processo de modernização, o qual foi possível desvendar somente com o trabalho de campo, refere-se ao fluxo migratório de população que ocorre na região e que se manifesta através de duas correntes distintas e de sentidos contrários.

9 Em reportagem sobre a grilagem na região sul, o jornal piaviense 'Diário do Povo' trazia, em 23 de agosto de 1996, a seguinte manchete: 'Paraiso dos grileiros - o vice - governador Osmar Araújo aponta os municípios da região sul como os preferidos para a grilagem'.

10 Existem poucos estudos mais aprofundados sobre o que vem acontecendo no sul do Piauí. Essa modernização é interpretada principalmente pela imprensa ou por órgãos do governo do Estado que produzem alguns estudos nos quais procuram demonstrar a viabilidade econômica da região.

Verificamos que uma dessas correntes é a representada por pessoas originárias do Sul e Sudeste do país, e que vêm ocupando recentemente os cerrados piauienses. Constatamos, contudo, que a maioria dessa população não se desloca diretamente daquelas regiões para o Piauí: muitos já participam de uma segunda migração, pois são famílias que se instalaram inicialmente nas áreas das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) e Nordeste (Oeste da Bahia) e agora deslocam-se para o Sul do Piauí em busca de terras baratas e incentivos fiscais do governo. Constatamos que nesse grupo existem duas categorias de migrantes. Uma categoria, representada por famílias bem sucedidas, vai para o Piauí com capital para investir na compra de terras nos cerrados e utilizá-las para atividades agropecuárias. Neste caso, trata-se do avanço do capital sobre o cerrado piauiense. A outra é composta por famílias descapitalizadas, que, comumente, venderam suas propriedades nas 'antigas' fronteiras, principalmente pelas dificuldades em mantê-las produzindo ou mesmo pela valorização das terras naquelas regiões, e vão tentar a sorte no Piauí. Segundo o que me relataram alguns dos migrantes dessa última categoria, ocorria que compensava mais vender seus antigos lotes, mesmo que pequenos, e investir o dinheiro obtido nas terras do Piauí, pois estas possuíam preços bem menores em relação aos de outros lugares. Porém, apesar de uma parcela dessas famílias com pouco capital ter conseguido comprar terras na região, as dificuldades encontradas, sobretudo para torná-las produtivas (falta de condições básicas de infra-estrutura, difícil acesso às propriedades etc) fez com que muitas abandonassem o projeto inicial, algumas delas preferindo até mesmo fazer o caminho de volta, principalmente aquelas que ainda mantinham vínculos familiares com a região de origem. Uma outra parcela desses migrantes optou por permanecer nas cidades da própria região, mas dedicando-se às atividades comerciais. Os que insistem em permanecer em suas propriedades vivem a mesma condição dos camponeses piauienses.

A outra corrente migratória é a de piauienses que se deslocam para os grandes centros urbanos (principalmente São Paulo e Brasília). Saem em busca de melhores condições de vida, já que a modernização em curso na região não consegue beneficiá-los. Resta então a essa população camponesa, uma única opção: migrar. Entre esses migrantes, observamos que existe uma parcela significativa de famili-

as que possuem pequenos lotes de terras, mas que dificilmente se desfazem delas quando migram (normalmente migram apenas alguns membros da família, às vezes, o chefe, outras vezes, os filhos mais velhos), e sim comumente partem com o intuito de permanecerem donos da terra.

Nesse sentido, foi possível perceber que a terra é um elemento central para os vários segmentos que ali chegaram ou que ali sempre viveram. Para o investidor capitalista, por exemplo, representa uma fonte de lucro, seja através da agropecuária comercial ou simplesmente da especulação. Para os camponeses piauienses ou os migrantes 'sulistas' pobres (aqueles que conseguiram terras e permanecem nelas) representa uma fonte de sobrevivência.

Diante das questões aqui apresentadas, concluímos que o trabalho de campo constitui uma ferramenta extremamente útil para o nosso trabalho de pesquisa. Ele representa uma oportunidade de compreender melhor determinadas manifestações da realidade, as quais, na maioria das vezes, somente com trabalho de gabinete não conseguiríamos nem ao menos perceber.

A meu ver, a observação de uma dada paisagem possui, dentre outras dimensões, a riqueza de colocar em contato direto o investigador com o objeto investigado. Contudo, esse procedimento exige que tal investigador possua muita sensibilidade e ao mesmo tempo preparo para lidar também com determinadas situações, às vezes adversas, para interpretar uma realidade que se manifesta como múltiplos fatores e processos, muitos dos quais pouco perceptíveis à primeira vista. Nesse sentido, é preciso que o investigador tenha o mínimo de vivência com a realidade que pretende estudar, e que adquira a confiança das pessoas com quem pretende obter informações; somente a partir de então, torna-se mais fácil desvendar tais manifestações.

Nessa nossa experiência de trabalho de campo, defrontamo-nos com algumas das situações colocadas acima, uma delas, por exemplo, foi a da desconfiança inicial das pessoas em relação aos motivos pelos quais éramos levados a querer informações sobre suas vidas. Contudo, essa desconfiança foi cedendo lugar à empatia e à credibilidade do pesquisador, pois, com o passar do tempo, eles próprios descobriram na nossa relação que tínhamos raízes nos lugares e admitiram que já éramos 'velhos conhecidos'. Este fato facilitou uma maior aproximação, sobretudo com os camponeses piauienses. Com a abertura que nos deram, pudemos realizar certo

acompanhamento do cotidiano da vida daquelas pessoas, o que nos permitiu obter uma outra visão da modernização. Esta é vista, agora, pelo olhar dos camponeses, resgatando outras dimensões de suas vidas, dando-lhes transparência e fazendo-os emer-

gir do discurso hegemônico e homogenizador (oficial ou acadêmico) como sujeitos sociais que concebem, produzem e representam o 'seu' espaço, hoje em transformação.

BIBLIOGRAFIA

- COSTA, R. Haesbaert da. "*Gaúchos*" no Nordeste: *Modernidade, Des-Territorialização e Identidade*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH/USP, 1995.
- DIÁRIO DO POVO. Teresina, 07 de maio de 1996.
- DIÁRIO DO POVO. Teresina, 23 de agosto de 1996.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Agrofolha. São Paulo, 23 de outubro de 1996, p.3.
- GOVERNO DO PIAUÍ. *Processo de Planejamento estratégico do Estado do Piauí*. Teresina, 1995.
- HUMBOLDT, Alexandre von. *Cosmos*. Paris, Gide Et J. Baudry, 1848.
- MEIO NORTE. Teresina de 1996.
- MORAES, Antônio Carlos R. *Contribuição para uma História Crítica do Pensamento Geográfico: Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1983.
- O DIA. Teresina, 01 de agosto de 1996.
- O DIA. Teresina, 28 de setembro de 1995.
- RIBEIRO, Efrém. *O Piauí que Dá Certo*. In: Revista ISTO É, Agosto de 1994, n(1296).
- TORRES, R.W.C.. "Cerrados Piauienses: O Celeiro de Alimentos em Exploração". In: *Carta CEPRO*. Teresina, V.15, n(01), jan/jun, 1994.
- TORRES, R.W.C. & COSTA, M.E. "Os Cerrados do Piauí e seus Aspectos Sócio-Econômicos" In: *Carta CEPRO*. Teresina, V.14, n(1), jul/dez, 1995.
- VALVERDE, Orlando. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro, CBPE/ INEP/MEC, 1964.

Endereço do autor: Vicente Eudes Lemos Alves

Endereço: Rua Cotia nº 3 - A. Vila Dirce - Carapicuíba - São Paulo.

CEP: 06324 360



RESENHA

RESENHA

BENKO, Georges *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo, Hucitec, 1996

Ricardo Castillo

Trata-se de uma obra que busca explicar a nova organização territorial do capitalismo contemporâneo, através das mutações econômico-sociais em curso nos países ditos desenvolvidos desde a crise que marca o esgotamento do regime fordista.

O autor apresenta, no decorrer dos capítulos, um balanço das teorias surgidas para explicar a crise que sucedeu a trinta anos de crescimento econômico e de ganhos sociais através do modelo adotado de produção e consumo de massa, este último sustentado por salários relativamente elevados (forte sindicalismo) e pelas políticas públicas de bem-estar social. Suas argumentações tendem para a adoção da teoria da regulação como modelo explicativo desta crise do início dos anos 1970 e da organização social, econômica e espacial que se segue. Assim, o regime de acumulação fordista, acompanhado de um modelo de regulação a ele correspondente, começa a dar lugar a um período de transição ainda incerto e não acabado, marcado pela flexibilidade nas relações de trabalho, produção e consumo.

A preocupação com a definição das noções de regime de acumulação e de modo de regulação está presente, assim como a comparação desta proposta explicativa com outras teorias surgidas a partir dos anos 1970 para interpretar a crise e sugerir ações de retomada da estabilização econômica e social, destacadamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos.

Particularmente importante para a geografia, pode-se encontrar nesta obra uma correlação entre cada período da história econômica recente e estratégias espaciais assumidas pelo processo de industrialização e seus desdobramentos na esfera da produção e do consumo. Igualmente importante para a geografia e para a economia regional é a minuciosa apresentação, em mais de um capítulo, da atual organização territorial do sistema produtivo e do deslocamento geográfico das atividades com todas as implicações sociais que daí resultam. Ressalte-se que

não há mecanicismo na interpretação das relações estabelecidas, primeiro porque o atual período encontra-se ainda em fase de estruturação e também porque as análises têm como base estudos empíricos detalhados regionais (Cité Scientifique Paris-Sud) e de empresas particulares (IBM).

Os termos **flexibilidade, mobilidade e fluidez** traduzem bem as tendências atuais de reestruturação do sistema produtivo, despolitizando frações da classe operária por meio de deslocalização e realocação das atividades econômicas como parte das estratégias de acumulação flexível - sem que um modelo perfeitamente delineável de saída capitalista da crise possa ser constatado. Segundo os próprios termos do autor, "a palavra-chave mobilidade /.../ remete não à dominação tendencial de um modelo ideal-típico pós-fordista que estaria plenamente delineado em seu programa e em seus aspectos produtivos, mas antes às numerosas zonas de incertezas que a acumulação contraditória e combinada em escala internacional veicula" Quanto ao termo flexibilidade, o autor insiste em seu caráter multidimensional, cujo objetivo é o de mudar as relações de produção exatamente para manter globalmente a estabilidade do sistema.

A crise do modelo fordista nas economias de capitalismo avançado faz renascer toda uma série de análises com base nos ciclos econômicos. Benko apresenta, assim, uma síntese das correntes de pensamento que buscam explicar a crise desta maneira, comparando, entre outros, a análise schumpeteriana com a teoria da regulação (ressaltando, dentro desta última, várias divergências de interpretação). O objetivo é o de chegar à compreensão de uma nova dinâmica espacial que se estabelece com base em três fenômenos principais: indústrias de alta tecnologia, sofisticação e desenvolvimento da economia de serviços (principalmente os *produce services*) e as atividades artesanais e multiplicação das PME (pequenas e médias empresas). Note-se que um dos ele-

mentos que levaram à retomada da teoria dos ciclos econômicos é a importância da dimensão tecnológica e o encurtamento do ciclo de vida do produto *high-tech* em comparação com o produto tradicional, levando em consideração as fases de desenvolvimento, maturação e estandarização. Porém, o autor alerta para o perigo do determinismo tecnológico na explicação da realidade capitalista contemporânea. Esta e o espaço geográfico que lhe corresponde devem ser interpretados a partir de um conjunto sintetizado no termo “modelo de desenvolvimento”, em que pelo menos três grandes aspectos devem ser considerados: forma de organização do trabalho, estrutura macro-econômica e modo de regulação.

O novo paradigma tecnológico (modelo de industrialização) provoca uma reestruturação geográfica em diversas escalas, indispensável à viabilidade e à reprodução de um novo sistema. Este novo sistema nada mais é do que a tentativa de saída da crise e retomada da estabilidade econômica sem contradizer os princípios básicos da economia de mercado.

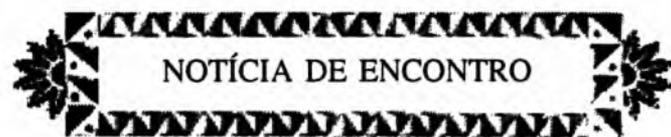
É nesta perspectiva que o autor considera mais sensato pensar em ondas ou ciclos do que em períodos. Este último pressuporia características constantes que estariam ausentes no momento atual. Enganam-se, pois, aqueles que acreditam encontrar na flexibilidade todas as respostas para a explicação das transformações políticas, sociais, econômicas e geográficas do capitalismo contemporâneo.

Muitos outros aspectos importantes da economia e da geografia contemporâneas podem ser encontrados nesta obra, tais como uma interpretação

do termo mundialização ou globalização, o desenvolvimento das noções de mobilidade do capital e do trabalho, o papel do Estado-Nação na relação entre seu território e aquele das grandes empresas dominantes, a nova fluidez do capital financeiro, cidade global, especialização dos lugares, tecnopólos, entre outros.

Ainda que se possa fazer uma crítica ao tom eminentemente econômico adotado pelo autor (quando se espera de um geógrafo um desenvolvimento teórico que revele os fundamentos de uma metodologia que, por sua vez, evidencie a importância e a particularidade da dimensão geográfica dentro da teoria social crítica), uma leitura atenta desta obra faz emergir as relações entre materialidades e ações que caracterizam o espaço geográfico contemporâneo ponto de chegada, talvez, da economia regional e ponto de partida, segundo uma dada interpretação, da geografia. Um bom exemplo é a constatação pelo autor do fato de que a “paisagem econômica” (materialização das atividades no espaço) é a primeira das formas de regulação que surge num momento de crise econômico-social.

No final do livro, encontra-se um glossário da geografia econômica do fim do século XX, criado para tornar mais didática esta aproximação da geografia com a história do pensamento econômico e com as novas teorias econômicas sobre as relações de trabalho e de produção.



Iº ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL BALANÇO GERAL DO EVENTO

Anderson Pereira Portugal¹

Dando continuidade a uma série de eventos, que desde 1992 vêm sendo organizados com o apoio da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o Departamento de Geografia - DG/USP - realizou de 1º a 3 de maio de 1997 o Iº Encontro Nacional de Turismo com Base Local.

A temática do evento, inédito no Brasil, mostrou mais uma vez o pioneirismo do DG/USP, na pessoa da coordenadora do evento, a professora Dra. Adyr Balastri Rodrigues, que já vem há algum tempo se preocupando com o papel do turismo alternativo na promoção do desenvolvimento local, como contraponto aos modelos globais de megaempreendimentos, representados, sobretudo, pelos modelos "sol e praia" e pelos parques temáticos de grande envergadura.

Além de contar com o aval da Reitoria e da FFLCH/USP, o evento foi realizado com o apoio da Tam/SA e de algumas agências de fomento, que sempre deram suas colaborações aos empreendimentos acadêmicos e científicos do Departamento de Geografia. São elas: a FAPESP, a FINEP, a CAPES, e a AGB seção São Paulo.

O Encontro teve como objetivo discutir algumas formas alternativas de promoção do desenvolvimento local ancorado no turismo, valorizando as iniciativas resultantes da vontade e das necessidades das localidades turísticas como possibilidade de viabilização de pequenos e médios empreendimentos comprometidos com a promoção da qualidade de vida dos lugares e populações envolvidos. Este tema foi discutido em quatro conferências e 135 exposições.

As atividades técnicas começaram com os cursos pré-evento (28 e 30/04), que trouxeram importantes contribuições para os participantes. Os professores Felisberto Cavalheiro (DG/USP) e Paulo dos

Santos Pires (FATUHVUNIVAL) ministraram o módulo "A Paisagem como Recurso Turístico". Já o tema "Produção do Espaço do Turismo" foi abordado pelo professor Rodolfo Bertone (Universidade de Buenos Aires) e, por fim, o professor Marcello Martinelli (DG/USP) discutiu o tema "Mensagem Cartográfica para o Turismo".

Os congressistas tiveram a grata oportunidade de assistir às conferências, que trataram de temas-chaves, representando momentos de profundas reflexões. A de abertura, intitulada "Turismo e Lugar: Microeconomia e Novo Planejamento" foi feita pelo professor Dr. Milton Santos (DG/USP), sendo seguida pela conferência da professora Dra. Adyr Balastri (DG/USP) "Turismo Local: Oportunidades para Inserção". Dois convidados de fora do Departamento também abrilhantaram este ciclo: Dra. Doris Ruschmann (ECA/USP), que discutiu os "Efeitos Ambientais do Turismo" e, por fim, o prof. Dr. Roberto Bouillon (Universidade de Camahue) falou sobre "Planeamiento del Turismo Local".

Quanto às mesas redondas, estas foram compostas em média por quatro componentes de várias áreas das Ciências Humanas, representantes de diversas instituições do Brasil. Os temas abordados foram muito diversificados, dos quais se pode destacar: "Turismo: novos enfoques das relações sociedade x natureza" "Turismo: do lugar para o global" "Turismo como motor do desenvolvimento local" "Turismo, paisagem e ambiente: viés do desenvolvimento sustentável" "Turismo e gestão territorial participativa" "Plano Nacional de Municipalização para o Turismo análise crítica" "Turismo, cultura e patrimônio" "Turismo: impactos sobre comunidades tradicionais" "Diretrizes para políticas de turismo

¹ Mestrando em Geografia Humana pelo DG/USP e membro da comissão técnica do encontro.

ambiental" "Estratégias para o desenvolvimento do turismo rural" "Turismo em áreas protegidas" "Ecoturismo no Brasil" "Turismo insular" "Turismo e termalismo" "Turismo e lazer em espaços urbanos", "Turismo e educação ambiental " "Turismo no ensino de 1º e 2º graus". "Mensagem cartográfica para o turismo" "Turismo e gênero" entre outros temas.

Como se vê, uma farta discussão foi feita durante este evento, que além de contribuir para um entendimento mais abrangente e crítico das muitas nuances desta atividade social, também lançou algumas questões para serem aprofundadas em oportunidades futuras, tais como:

1 Até que ponto se pode considerar a tendência de descentralização do turismo (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) como sendo um processo adequado às necessidades dos núcleos e quais as oportunidades efetivas de gestão participativa que serão criadas com o Programa de Municipalização?

2 De que forma o turismo pode colaborar para o aumento da renda local, dando oportunidade

de trabalho para a comunidade receptora, sem com isto provocar os tão indesejáveis impactos socioambientais?

3 - É correto se considerar o turismo alternativo como uma prática não predatória e comprometida com a qualidade de vida da população receptora?

4 - Que estratégias possibilitariam o tratamento crítico do turismo no ensino de 1º e 2º graus, de modo que sua abordagem não caísse nas já desgastadas discussões do modismo por ele alcançado?

5 Quais os novos parâmetros teórico-metodológicos para se investigar as novas faces do turismo, num momento em que se mostra como uma atividade merecedora de maiores estudos, tanto por parte da Geografia quanto por parte de outras ciências?

Estas e outras questões certamente serão levadas para Fortaleza, onde a Universidade Estadual do Pará, em conjunto com outras instituições, deverá realizar o 2º Encontro Nacional de Turismo com Base Local, previsto para o ano de 1999, e que será coordenado pelo professor Dr. Luiz Cruz Lima.



TESES E DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO DEFENDIDAS

TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

Modernização, espaço e novos conteúdos do presente na Venezuela

Delfina Trica

A formação sócioespacial venezuelana experimenta, desde o início dos anos 80, mudanças significativas que não se desvinculam das novas tendências que definem o mundo de fins do século XX. Na opinião de vários autores, esta situação estaria mostrando que o país se encaminha para formas diferentes de evolução, entrando, assim, em um período de transição entre o seu passado rentista e sua conservação em um país petroleiro capitalista.

É evidente que esta nova situação altera significativamente a importância dos diversos componentes que participam da vida social deste país. O Estado parece ser o ator mais atingido, pois a sociedade reclama dele mudanças substantivas. Em particular exige-se do Estado que deixe de ser concentrado e centralizado para se transformar em um outro, ou seja, exige-se que este propicie o contrário, quer dizer, sua desconcentração e descentralização. Este fato estaria em concordância com as novas necessidades de fluidez das ações hegemônicas (globais e nacionais) que caracterizam o mundo atual.

Da Geografia à Ciência Geográfica o discurso lógico

Elvio Rodrigues Martins

Trabalho destinado à análise dos fundamentos lógicos da ciência geográfica, bem como à articulação respectiva de seus conceitos e categorias. Constata-se a fundamentação tradicional desta ciência dentro da perspectiva da lógica formal, bem como suas raízes no pensamento kantiano. Neste sentido, busca-se a superação desta herança lógico-metodológica no horizonte da lógica concreta.

Variabilidade, fragilidade e dinâmica da paisagem em uma área de transição urbano-rural

Silvio Jorge C. Simões

Apresenta-se inicialmente uma revisão bibliográfica de diversos conceitos relacionados à dinâmica dos processos, à abordagem sistêmica e à cartografia de síntese. Com base nestas premissas, avalia-se o comportamento e a fragilidade de uma região situada a leste de Campinas. Através da avaliação qualitativa e semi-quantitativa se observa a evolução dos processos erosionais e dos movimentos de massa. Foram elaboradas cartas de fragilidade, considerando-se o ambiente natural e o modificado.

As transformações na produção artesanal de redes-de-dormir no nordeste brasileiro e suas relações com a reprodução do espaço

José Luis Lopes Araújo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as transformações da produção artesanal de redes-de-dormir no nordeste brasileiro e as repercussões dessas transformações onde esta atividade é exercida. Para se atingir tal objetivo, parte-se do pressuposto de que as transformações ocorridas decorrem de processos relacionados com a incorporação de matérias-primas industriais e com a ampliação do mercado de consumo, sobretudo quando a rede passa a ser considerada como um bem de lazer e de decoração. Este estudo procura abranger os diferentes segmentos relacionados com essa problemática em algumas cidades nordestinas. Numa pesquisa direta, coletaram-se informações sobre as matérias-primas, os instrumentos, as técnicas e as relações sociais inerentes à atividade. Este estudo mostra que as transformações verificadas abrangem a reorganização da produção de redes e o aproveitamento das técnicas de tecelagem das redes para a produção de outros bens, contribuindo, assim, para a reprodução do espaço.

**A indústria de equipamento elétrico do
nordeste catarinense: um estudo
de geografia industrial**

Marcos Aurélio da Silva

Este trabalho constitui um estudo de geografia econômico-industrial que tem por base empírica as firmas de equipamento elétrico do nordeste de Santa Catarina. Ele se divide em seis capítulos, distribuídos em quatro partes.

A primeira parte apresenta o objeto e os aspectos teórico-metodológicos desenvolvidos para sua investigação, a saber, as noções de dinâmica cíclica da economia e de formação sócio-espacial ambas ancoradas na tradição do pensamento marxista (capítulo I).

A segunda parte trata da gênese das firmas em estudo no contexto da industrialização da região sob foco o que permite também definir os traços centrais de sua formação social (capítulo II), bem como das políticas públicas relativas aos períodos recentes da industrialização brasileira e catarinense, consideradas numa perspectiva cíclica (capítulo III).

A terceira parte se volta para a análise da estrutura (capítulo IV) e funcionamento geoeconômico (capítulo V) da indústria, e representa um esforço de interpretação das estratégias concorrenciais traçadas em escala microeconômica - das firmas em si - à luz do arcabouço macro-analítico presente nas noções de dinâmica cíclica e formação sócio-espacial.

A quarta parte apresenta, na escala da região em caso, o processo de organização espacial que a acumulação industrial estudada acabou por definir (capítulo VI).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista GEOUSP, destina-se, prioritariamente, à publicação da produção acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

Os trabalhos enviados à secretaria da revista deverão atender ao seguinte padrão:

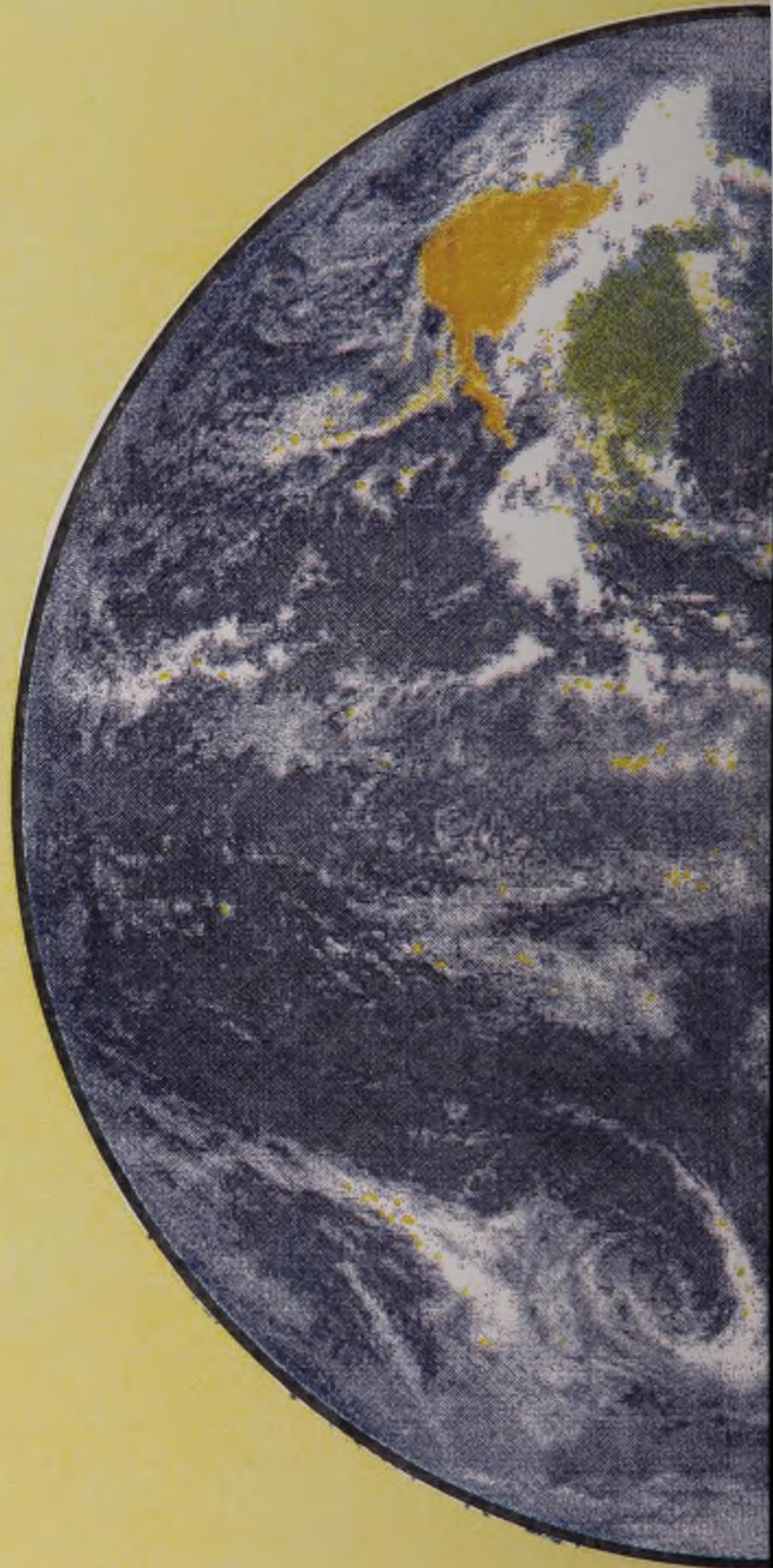
1. O original deverá ser digitado em “word for windows”, de preferência o “windows 95”, em letra número 09, espaço simples, devendo ser encaminhado com uma cópia e o disquete, e devidamente revisto pelo Autor;
2. Os artigos deverão ter, no máximo 18 laudas (tamanho A4); as notas de pesquisa, no máximo 10 laudas; as resenhas, no máximo 3 laudas e as notícias de encontro duas laudas;
3. Os artigos deverão conter um resumo em português e em francês ou em inglês, de no máximo 10 linhas; e três palavras chaves;
4. As figuras, mapas e fotos deverão apresentar boa resolução visual;
5. As citações devem aparecer em notas de rodapé ou no final do texto;
6. A bibliografia deve apresentar o seguinte padrão: a) Livro - Sobrenome, nome do Autor, Título do livro, Local da publicação, Editora, Ano da publicação; b) Artigo de revista - Sobrenome, nome do Autor, Título do artigo, Título do periódico, Número do volume, Editor, Data do volume; c) Artigo em coletânea - sobrenome, nome do Autor, Título do trabalho, in sobrenome do organizador, nome, título da coletânea, local da publicação, Editora, Data;
7. Os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por um membro da Comissão da revista;
8. Os autores deverão receber 3 exemplares da revista que contiver seu artigo, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP;
9. Os trabalhos encaminhados à secretaria da revista deverão ainda conter a data de elaboração do artigo bem como o endereço completo do Autor;
10. Solicita-se o uso de negrito toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, ao invés de sublinhados;
11. Os resumos no idioma estrangeiro escolhido devem ser redigidos **corretamente**.

Endereço para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL
Geosp – Revista da Pós-graduação do
Departamento de Geografia FFLCH/USP
Caixa Postal 2530 – CEP 01060-970 – São Paulo – SP – Brasil
Fax: (011) 818-3159
e-mail: geofflch@usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS
HUMANITAS LIVRARIA – FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel: (011) 818-4593 ou 818-4589
Fax: (011) 211-6281
e-mail: pubflch@edu.usp.br
<http://www.usp.br/fflch/fflch.html>

Título Geosp nº 2
Capa e projeto gráfico Eduardo Yázigi
Editor de arte Eliana Bento da Silva AmatuZZi Barros
Diagramação Walquir da Silva / Selma Maria Consoli Jacintho
Revisão Andrea de Marco Leite de Barros
Arte-final Erbert Antão da Silva
Divulgação Humanitas Livraria – FFLCH/USP
Formato 20 x 24 cm
Mancha 16,5 x 19,3 cm
Papel off-set 75 g/m² (miolo) e
cartão branco 240g/m² (capa)
Tipologia Bangkok
Impressão e Acabamento Gráfica – FFLCH/USP
Impressão da capa quadricomia
Número de páginas 104
Tiragem 500



U.S.P.

